

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LETÍCIA BONELLA

**Bancada feminina da bala: perfis e pautas das candidatas da Segurança Pública à
Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022**

PORTO ALEGRE

2024

Letícia Bonella

**Bancada feminina da bala: perfis e pautas das candidatas da Segurança Pública à
Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Moritz.

PORTO ALEGRE

2024

Letícia Bonella

Bancada feminina da bala: perfis e pautas das candidatas da Segurança Pública à Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Porto Alegre, 08 de outubro de 2024

Conceito final: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Christian Jecov Schallenmüller
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Juliane Sant'anna Bento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Rochele Fellini Fachinetto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CIP - Catalogação na Publicação

BONELLA, Leticia

Bancada feminina da bala: perfis e pautas das candidatas da Segurança Pública à Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022 / Leticia BONELLA. -- 2024. 116 f.

Orientadora: Maria Lucia de Freitas Moritz.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Mulheres. 2. Segurança pública. 3. Câmara dos Deputados. 4. Perfil sociopolítico. 5. Agendas eleitorais. I. Moritz, Maria Lucia de Freitas, orient. II. Título.

“Uma pessoa sozinha não é uma pessoa inteira: existimos na relação com os outros.”

(Margaret Atwood, no livro “Os Testamentos”)

“A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.”

(Chimamanda Ngozi Adichie, no livro “Sejamos todos feministas”)

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos sempre me deixa com um misto de emoções. Sinto-me reflexiva, olhando para toda minha caminhada acadêmica e percebendo que, por mais solitária que ela seja, ela também foi cheia de pessoas maravilhosas, que me fizeram sentir viva. Além disso, a ansiedade é presença constante durante esta escrita - tenho medo de não ter as palavras certas para expressar minha imensa gratidão - e, além disso, receio que possa me descuidar e esquecer de agradecer algumas pessoas, pois foram muitas que passaram pela minha jornada e deixaram alguma marca.

O mestrado foi uma montanha-russa de desafios, do começo ao fim. Cada etapa trouxe algo novo, desde a experiência universitária até a adaptação a uma cidade completamente desconhecida. Por isso, preciso começar agradecendo à pessoa que esteve ao meu lado desde o início dessa aventura. Leonardo, desde que a ideia de seguir na vida acadêmica tomou forma, você esteve ao meu lado, me incentivando, me apoiando nos momentos difíceis e celebrando comigo as pequenas vitórias. Meu amor, você é luz na minha vida.

Minha gratidão se estende à minha família, que mesmo à distância, celebrou cada pequena conquista como se estivesse ao meu lado. À minha mãe Marli, meu irmão Diego, minha cunhada Aline, meus sobrinhos Alan, Victoria e Olívia, suas palavras de encorajamento e alegria foram o combustível que me manteve firme nos momentos de dúvida e de saudade.

Não posso deixar de mencionar e agradecer às pessoas que se tornaram minha família nesses últimos anos. Marília e Stephani, vocês duas fizeram Porto Alegre se tornar a cidade mais aconchegante do mundo, eu não posso sequer imaginar como teria sido tudo isso sem ter vocês para conversar, chorar e, principalmente, para me fazer rir e perceber que a vida é maravilhosa quando é compartilhada com as pessoas certas. Marília, Stephani e Ágata, nossos encontros semanais, cheio de risadas, conversas, desabafos, conselhos e boas comidas, são uma alegria sem igual.

Maiara, não tenho como expressar em palavras a gratidão que sinto por você, todos esses anos de amizade - algo em torno de 7 anos - só mostram como nossa parceria funciona, seja para desabafar, estudar juntas, reclamar da vida ou apoiar quando tudo dá errado. Obrigada por ser presença constante e um porto seguro em meio à tempestade.

Muitas outras pessoas cruzaram meu caminho neste período e não posso deixar de mencioná-las aqui: Bianca, Oscar, Andressa, Diana, Denise e muitas outras, que me fizeram uma pessoa mais feliz e grata pela vida. Vocês tornaram tudo mais leve, especialmente nos momentos em que eu achei que não seria possível, obrigada!

Também gostaria de agradecer à Mariza, que foi a primeira pessoa que conheci quando cheguei em Porto Alegre e se tornou uma amiga muito querida. Você me fez ver a beleza nesta cidade e transformou ela no meu lar. Seu modo de ver a vida é poesia, me inspira a sonhar, viver e conquistar tudo que eu quiser!

Eu não poderia deixar de mencionar aqui meus pequenos furacões, Apollo e Athena, que, embora não leiam este texto e nem compreendam por que passo tanto tempo em frente ao computador, ao invés de lhes fazer carinho, estiveram comigo durante todo o mestrado, oferecendo apoio emocional, muito amor, carinho e ronronados.

Por fim, agradeço a todas as professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, com os quais tive o privilégio de compartilhar saberes e experiências. Um agradecimento especial à minha orientadora, Maria Lúcia que, com paciência, sabedoria e uma intuição aguçada, guiou-me na escrita desta dissertação. Suas orientações foram essenciais para que eu pudesse transformar minhas ideias em algo concreto e significativo.

RESUMO

Esta dissertação investiga o papel de candidatas femininas oriundas da Segurança Pública, que concorreram a vagas na Câmara dos Deputados nas eleições brasileiras de 2018 e 2022. O objetivo central é entender como essas mulheres utilizaram suas trajetórias profissionais para moldar suas identidades políticas e campanhas eleitorais. A pesquisa busca responder às seguintes questões: Qual o perfil sociopolítico dessas candidatas? Quais pautas foram defendidas pelas eleitas em suas campanhas eleitorais, e em que medida a vinculação com a área de segurança pública molda a identidade política dessas mulheres? A dissertação estrutura-se em dois eixos principais. O primeiro aborda o perfil sociopolítico das 157 candidatas, enquanto o segundo analisa as campanhas das seis deputadas federais eleitas, com foco em suas agendas e na utilização de suas experiências profissionais como base para suas campanhas. Dividida em três capítulos, a dissertação inicia debatendo a sub-representação feminina no cenário político brasileiro e os desafios enfrentados pelas mulheres para alcançar posições de poder, incluindo também uma revisão bibliográfica. Neste item são abordados conceitos-chave como: “política de idéias” e “política de presença”, neoconservadorismo e a Teoria dos Campos de Bourdieu, com ênfase na ideia de conversão de capital. O segundo capítulo elabora o perfil sociopolítico das candidatas, enquanto o terceiro analisa as campanhas das deputadas eleitas, concentrando-se em suas agendas eleitorais e no uso de suas trajetórias profissionais em suas campanhas. Os resultados revelam que todas as deputadas eleitas analisadas usaram suas carreiras na Segurança Pública para construir uma imagem de autoridade e credibilidade. As Deputadas Federais vitoriosas em 2018 fizeram uso mais abrangente do “discurso do medo” e de pautas punitivas, priorizando o combate à criminalidade. Em 2022, as agendas se diversificaram, incorporando temas de direitos das mulheres e de minorias sociais. No entanto, a análise mostra que, embora tenha havido um aumento numérico de mulheres para a Câmara dos Deputados, as agendas dessas deputadas federais nem sempre refletem os interesses femininos, destacando sua adesão à “política de presença” em detrimento da “política de idéias”.

Palavras-chave: Mulheres; Segurança pública; Câmara dos Deputados; Perfil sociopolítico; Agendas eleitorais.

ABSTRACT

This dissertation investigates the role of female candidates from the Public Security sector who ran for seats in the Brazilian House of Representatives in the 2018 and 2022 elections. The central aim is to understand how these women utilized their professional trajectories to shape their political identities and electoral campaigns. The research seeks to answer the following questions: What is the sociopolitical profile of these candidates? What issues were advocated by the elected candidates in their electoral campaigns, and to what extent does their connection to the public security sector shape their political identity? The dissertation is structured around two main axes. The first addresses the sociopolitical profile of the 157 candidates, while the second analyzes the campaigns of the six elected federal deputies, focusing on their agendas and the use of their professional experiences as a foundation for their campaigns. Divided into three chapters, the dissertation begins by discussing the underrepresentation of women in Brazilian politics and the challenges faced by women in reaching positions of power, also including a literature review. This section addresses key concepts such as "politics of ideas" and "politics of presence," neoconservatism, and Bourdieu's Field Theory, with an emphasis on the idea of capital conversion. The second chapter elaborates on the sociopolitical profile of the candidates, while the third analyzes the campaigns of the elected deputies, concentrating on their electoral agendas and the use of their professional trajectories in their campaigns. The results reveal that all the elected deputies analyzed used their careers in Public Security to build an image of authority and credibility. The victorious Federal Deputies in 2018 made broader use of the "fear discourse" and punitive policies, prioritizing the fight against crime. In 2022, their agendas diversified, incorporating issues related to women's rights and social minorities. However, the analysis shows that, although there was a numerical increase in women in the House of Representatives, the agendas of these federal deputies do not always reflect women's interests, highlighting their adherence to the "politics of presence" to the detriment of the "politics of ideas."

Keywords: women; public security; Chamber of Deputies; socio-political profile; electoral agendas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Candidatas das Forças de Segurança Pública para o Cargo de Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022	47
Gráfico 2: Ocupações declaradas no registro de candidatura x ano eleitoral (2018 e 2022)	48
Gráfico 3: Candidaturas por região eleições 2018 x 2022	58
Gráfico 4: Distribuição das candidaturas por espectro político dos partidos	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição nome de urna x ano eleitoral (2018 e 2022)	50
Quadro 2: Faixa etária das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)	51
Quadro 3: Escolaridade das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)	53
Quadro 4: Cor/raça autodeclarada x ano eleitoral (2018 e 2022)	54
Quadro 5: Estado civil das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)	55
Quadro 6: Candidaturas por estado/região x ano eleitoral (2018 e 2022)	57
Quadro 7: Distribuição partidária x posição ideológica x ano eleitoral (2018 e 2022)	63
Quadro 8: Resumo dados biográficos das candidatas eleitas: 2018 e 2022	71
Quadro 9: Categorias das postagens do Instagram	73
Quadro 10: Número de postagens nas contas de Instagram das candidatas	74

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Gráfico Mortes Violentas intencionais no Brasil, de 2011 a 2022	42
Figura 2: Mortes Violentas Intencionais x Estado (2021 e 2022)	43
Figura 3: Taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais nos anos de 2021 e 2022	44
Figura 4: Candidatos da Segurança Pública - eleições de 2022	49
Figura 5: Reprodução de post do Instagram de Policial Katia Sastre (26 de agosto de 2018)	77
Figura 6: Reprodução de post do Instagram de Policial Katia Sastre (12 de setembro de 2018)	79
Figura 7: Reprodução de post do Instagram de Major Fabiana (20 de agosto de 2018)	83
Figura 8: Reprodução de post do Instagram de Major Fabiana (03 de setembro de 2018)	86
Figura 9: Reprodução de post do Instagram de Coronel Fernanda (16 de agosto de 2022)	88
Figura 10: Reprodução de post do Instagram de Delegada Ione (20 de setembro de 2022)	92
Figura 11: Reprodução de post do Instagram de Delegada Ione (19 de setembro de 2022)	93
Figura 12: Reprodução de post do Instagram de Delegada Ione (17 de agosto de 2022)	94
Figura 13: Reprodução de post do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (23 de setembro de 2022)	96
Figura 14: Reprodução de post do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (05 de setembro de 2022)	97
Figura 15: Reprodução de post do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (19 de setembro de 2022)	98

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Nome do partido
DEM	Democratas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	PODEMOS
PPL	Partido Pátria Livre
PR	Partido Da República
PROS	Partido Republicano Da Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UNIÃO	União Brasil

SUMÁRIO

1 Introdução	13
2 Revisão bibliográfica e definição de conceitos	19
2.1 A (sub)representação feminina no cenário político brasileiro	19
2.2 A política de idéias e de presença aplicada às candidatas advindas da Segurança Pública	23
2.3 Neoconservadorismo atravessando as pautas eleitorais em 2018 e 2022	26
2.4 Conversão de capital: da "farda" ao parlamento.	32
3 Da segurança pública para a política institucional: candidaturas femininas	40
3.1 Segurança pública em números: a criminalidade urbana no Brasil	40
3.2 Perfil sociopolítico das candidatas da segurança pública nas eleições de 2018 e 2022	46
3.2.1 Ocupações declaradas e uso do título profissional no nome de urna	47
3.2.2 Quem são elas? Perfil sociodemográfico das candidatas	51
3.2.3 Quem são elas? Perfil político-partidário das candidatas	56
4 Segurança pública e mulheres na agenda eleitoral das vitoriosas	66
4.1 A biografia das eleitas: conhecendo as vitoriosas de 2018 e 2022	66
4.2 Pautas de campanha das eleitas: mulheres ou segurança pública?	72
5. Considerações finais	100
Referências Bibliográficas	105
APÊNDICE A – Lista das 157 candidatas analisadas na dissertação	111

1 Introdução

As discussões acerca da implementação e recrudescimento de medidas de segurança pública têm ganhado espaço e chamado a atenção da população brasileira. Assim, cada vez mais, surgem reivindicações envolvendo questões nessa área. Isso inclui temas como: aumento da repressividade e controle estatal da criminalidade, manutenção da ordem pública, expansão do policiamento, diminuição da maioria penal, construção de presídios e aumento de vagas no sistema carcerário, entre outras ações.

Neste sentido, os motivos dos avanços da pauta sobre segurança são os mais variados, a exemplo da ocorrência de diversas práticas delitivas, que colocam a população em estado de alerta e constante medo da violência urbana desenfreada. Cenário este que acaba, por conseguinte, propiciando a ascensão de candidaturas que trazem maior enfoque aos problemas de falta de estrutura e financiamento estatal para as instituições encarregadas de manter a ordem e a segurança pública no país.

Nesse contexto, tais discursos costumam ter muito apelo junto ao eleitorado em uma conjuntura entendida como de ameaça ou desarranjo social. Aproveitando-se dessa situação, surgem candidaturas que prometem enfrentar a "desordem". Dessa forma, muitos representantes e candidatos a cargos eletivos têm intensificado discursos que vão ao encontro de parcela do eleitorado brasileiro que demanda pelo aumento das medidas de segurança pública. Com essa conjuntura favorável, inúmeros agentes das forças repressivas estatais utilizam sua experiência profissional para adquirirem visibilidade e popularidade. Assim, impulsionam suas candidaturas a mandatos eletivos, despertando confiança no eleitorado e dando origem ao que ficou conhecido como "Bancada da bala":

A Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical. As experiências de violência – compartilhadas ou vivenciadas pelos indivíduos, em conjunto com os casos noticiados diariamente pelos meios de comunicação – alimentam e acabam por traçar os contornos desse diagnóstico. Haveria um excesso de liberdade e uma perda de autoridade das instituições, sustentada pela incapacidade das leis democráticas e do Estado de Direito de promover a ordem (FAGANELLO, 2015, p. 150).

Esse cenário de (in)segurança pública tem apresentado índices preocupantes, atingindo seu pico no ano de 2017, exigindo respostas governamentais, por meio da implementação de políticas públicas para revertê-los. À vista disso, tem-se observado uma tendência de aumento no número de candidaturas e de parlamentares brasileiros que moldam seus discursos buscando englobar questões envolvendo a contenção da criminalidade e da violência, bem como o aumento da repressividade das medidas de segurança pública. Nesse sentido, as eleições gerais brasileiras, de 2018 e 2022, são um exemplo dessa afirmação, uma

vez que houve um aumento no protagonismo de candidatos e candidatas com vinculação profissional neste setor.

Assim sendo, a presente dissertação tem interesse em analisar as candidaturas de mulheres com essa vinculação profissional, que concorreram ao cargo de Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022. Também deve ser considerada a expansão do neoconservadorismo na última década, à medida que isso potencializou o crescimento deste perfil de candidaturas nas duas últimas disputas eleitorais. Em 2018, foram 35 candidatas deste segmento à Câmara dos Deputados, no pleito seguinte, o número subiu para 122¹. Como explica Gallego (2018), houve a militarização da política e da vida, com a produção da dualidade entre o “inimigo interno” e o “cidadão de bem”, a partir de uma arquitetura estatal e uma sociedade racistas, patriarcais e genocidas, que instrumentalizam o medo como controle. Ainda sobre o assunto, a autora reflete que

Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. “Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionismo”... Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (GALLEGO, 2018, p. 08)

Sob esse viés, diante do expressivo aumento dessas candidaturas, as indagações que norteiam esta dissertação são: Qual o perfil sociopolítico destas candidatas? Quais foram as pautas defendidas pelas eleitas em suas campanhas eleitorais e em que medida a vinculação com a área da segurança pública forja a identidade política destas mulheres?

Para responder a essas questões, as hipóteses dessa dissertação são: as candidatas apresentam perfil sócio-político semelhante, estão vinculadas a partidos de direita e são provenientes de estados com altos índices de criminalidade urbana; as candidatas advindas dos órgãos de segurança pública buscam converter seu capital profissional em capital político, visando agregar confiabilidade às suas candidaturas; as candidatas criam uma identidade política ancorada em seus cargos e atividades desempenhadas nas entidades da Segurança Pública na intenção de alcançar maior adesão junto ao eleitorado; e as candidatas eleitas usam de sua experiência na área de segurança pública para apresentar uma agenda político-eleitoral com pautas securitárias-repressivas voltadas ao combate à criminalidade.

Para tanto, esta dissertação está estruturada em dois eixos investigativos. Inicialmente, a partir de um conjunto de variáveis, objetiva-se analisar o perfil sociopolítico das 157 candidatas, com vinculação profissional no setor da segurança pública, que

¹ Destas, duas foram eleitas em 2018 e quatro em 2022.

concorreram para o cargo de Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022, no Brasil. Em um segundo momento, serão examinadas as seis Deputadas Federais eleitas nestes anos, tomando como base suas propagandas de campanha, uma vez que o objetivo é compreender quais foram as pautas que integraram suas agendas eleitorais, bem como investigar em que medida seus vínculos profissionais moldaram suas identidades políticas e contribuíram para a conquista do eleitorado.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro aborda uma discussão acerca da desigualdade política de gênero no Brasil, contextualizando a longa luta das mulheres para se inserir no espaço político, bem como os obstáculos que enfrentam nesse cenário. Esse capítulo também apresenta uma revisão bibliográfica de conceitos fundamentais para a análise proposta, começando pelas noções de “política de idéias” e “política de presença”, as quais foram desenvolvidas pela autora Anne Phillips. O objetivo ao explorar esses dois conceitos é compreender como as candidatas da segurança pública estão posicionadas na política institucional, buscando articular as demandas voltadas para as mulheres (“política de idéias”) ou, em vez disso, políticas voltadas para a repressão e segurança pública (“política de presença”).

Em seguida, o capítulo 2 aborda o neoconservadorismo e sua influência crescente na política brasileira, moldando o discurso e as pautas de diversos candidatos, tal como veremos nas candidatas aqui em análise. Ainda, recorre-se à Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, enfatizando a conversão de capitais, para demonstrar como as experiências prévias podem ser somadas e transformadas em capital político, ressaltando a necessidade de se entender essas dinâmicas e como elas refletem nas candidatas oriundas da Segurança Pública.

O capítulo três aborda o perfil sociopolítico das 157 candidatas. Dessa forma, é elaborado um banco de dados reunindo um conjunto de variáveis tais como: nome de urna, filiação partidária, estado pelo qual concorreram, idade, escolaridade e profissão declarada. São utilizadas fontes primárias e secundárias para a elaboração deste banco de dados, a partir da coleta de informações junto ao *site* da Justiça Eleitoral, páginas oficiais das candidatas e das matérias veiculadas na mídia. Coletar os dados das fichas cadastrais do TSE possui algumas limitações, porque, como explicam Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 131):

Candidatos podem declarar, sem qualquer critério, qualquer coisa. Não se pede, por exemplo, para que se indique a ocupação atual nem, no caso de se exercer mais de uma atividade, aquela que é responsável pela maior fonte de renda. Não há nenhuma orientação para que se preencha a ficha de candidatura diferenciando a carreira na qual foi formado (“curso superior”) da ocupação que realmente pratica. Assim, não é raro constatar que um mesmo indivíduo, quando se recandidata, informe uma profissão completamente diferente daquela da eleição anterior. Além de tudo, o candidato pode optar por preencher a ficha indicando como profissão “outras”.

Outrossim, para determinar se uma candidata estava vinculada às entidades da Segurança Pública, considerou-se a profissão que ela declarou em seu registro de candidatura. As profissões incluídas nessa análise foram Bombeira Civil e Militar, Policiais Civil e Militar e membros das Forças Armadas². No entanto, em alguns registros, as candidatas declararam outras profissões, como “servidora pública”, “advogada”, “médica”, “deputada” ou “vereadora”. Para garantir a inclusão dessas candidatas no banco de dados, foram analisados também os “nomes de urna” ou “nomes de registro”, selecionando aquelas que mencionaram suas patentes provenientes das instituições militares nesse espaço.

Neste íterim, é importante ressaltar aqui que, conforme explica o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), a segurança pública trata-se de um campo formado por diversas instituições que atuam direta ou indiretamente em soluções para problemas de manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violência. Não se resume às organizações policiais, mesmo que essas tenham papel central no debate público da área³. Além disso, cabe esclarecer que, embora no Art. 144, da Constituição Federal Brasileira⁴, estejam elencadas somente as polícias (federal, rodoviárias, civis, militares, penais e corpos de bombeiros) como responsáveis pelo exercício da segurança pública, para os efeitos do presente trabalho, será utilizada a nomenclatura “Segurança Pública” para definir as candidatas que possuem ligação com as instituições da Polícia Civil e Militar; Corpo de Bombeiros Civil e Militar; Forças Armadas.

No quarto e último capítulo, a partir da biografia das seis Deputadas eleitas em 2018 e em 2022, será traçado o perfil político delas, tomando como base as informações sobre financiamento de campanha, experiências profissionais e ativismo político prévio. Na sequência, será analisada a agenda eleitoral manejada pelas seis candidatas eleitas⁵ em suas

² Nessa categoria estão as militares na ativa e as reformadas que, segundo a Lei 9.698/46, “é o militar desobrigado, definitivamente, do serviço militar e considerado pensionista, ou não, do Estado” (BRASIL, 1946).

³ Art. 78 Código Tributário Nacional. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 2023).

⁴ Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

⁵ Duas em 2018, Katia da Silva Sastre e Fabiana Silva de Souza e quatro em 2022, Adriana Sauthier Accorsi, Ione Maria Moreira Dias Barbosa, Katarina Feitoza Lima Santana e Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira.

campanhas eleitorais veiculadas no Instagram. O intuito é compreender quais foram os mecanismos utilizados pelas candidatas e, principalmente, se mobilizaram seus cargos profissionais nas instituições de Segurança Pública e a pauta securitária-repressiva para conquistar votos e/ou se enfatizaram questões relacionadas com a proteção dos direitos das mulheres.

Para tanto, foram analisadas todas as postagens feitas nos perfis de Instagram das eleitas, durante o período oficial de campanha eleitoral⁶, fazendo-se uma seleção das que abordaram a temática “Segurança Pública” e “mulheres”, com o intuito de investigar qual foi o tema mais abordado nas campanhas.

Para realizar a presente pesquisa, foi utilizada a abordagem metodológica quali-quantitativa. Isso porque, conforme Creswell (2010) aponta, a pesquisa com método qualitativo é um meio de explorar e entender o significado atribuído por indivíduos ou grupos para um problema social ou humano. A pesquisa envolve questões e procedimentos que emergem através dos dados coletados no ambiente do participante, a análise indutivamente construída com base nas particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado das informações coletadas. Os pesquisadores que utilizam esse método buscam uma maneira de encarar a pesquisa através de um estilo indutivo, com foco no significado e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Ademais, no tocante ao método quantitativo, o autor assinala que é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre variáveis, as quais podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados através de procedimentos estatísticos. Os pesquisadores que se engajam nessa forma de investigação têm suposições sobre testagem dedutiva das teorias, criação de proteção contra vieses, controle de explicações alternativas e a capacidade para generalizar e replicar os achados (CRESWELL, 2010). Nesse sentido, pode-se dizer ainda que:

Pesquisas quali são tradicionalmente associadas a interesses de pesquisa tipicamente subjetivistas. Em contraste, pesquisas quanti geralmente respondem às exigências do paradigma “positivista”, cujo interesse de pesquisa é centrado no estabelecimento de leis causais (KIRSCHBAUM, 2013, p. 180).

Cabe esclarecer que, diante do extenso conjunto de 157 candidatas selecionadas e considerando a limitação temporal para a pesquisa e a escrita da dissertação, optou-se por fazer um recorte, a fim de estudar mais a fundo as seis Deputadas Federais que se elegeram nos dois últimos pleitos. A análise de suas pautas de campanha justifica-se pelo êxito obtido

⁶ Em 2018 foi de 16 de agosto a 05 de outubro, e em 2022, de 16 de agosto a 30 de setembro.

por essas candidatas nas urnas, o que permite a elaboração de um panorama mais aprofundado sobre a construção de sua identidade política.

2 Revisão bibliográfica e definição de conceitos

Novos atores têm surgido no cenário político brasileiro nos últimos anos. A crescente onda de candidaturas de profissionais vinculados às instituições da Segurança Pública é um fenômeno que chama a atenção, em especial nas duas últimas eleições gerais (2018 e 2022). Por esse motivo, a presente dissertação busca compreender a trajetória das mulheres vinculadas às referidas corporações e que se lançam na disputa eleitoral, em busca de um mandato eletivo. Este capítulo aborda conceitos fundamentais para a compreensão dessas candidaturas, a exemplo do neoconservadorismo, da “política de idéias” e da “política de presença”, bem como a Teoria dos Capitais, de Bourdieu.

2.1 A (sub)representação feminina no cenário político brasileiro

A presença de mulheres em locais de poder ou de visibilidade social sempre esteve preterida em relação aos homens, haja vista que a sociedade contemporânea está organizada e enraizada em bases falocêntricas, machistas e patriarcais. Para conquistar empregos, cargos e posições sociais privilegiadas e que detenham poder, as mulheres precisam percorrer um caminho longo e cheio de obstáculos. Dessa forma, ao observar algumas instituições estatais que detêm destaque social e cargos que envolvam autoridade, como por exemplo, na área da Segurança Pública, a presença feminina ainda é tímida, embora venha crescendo nos últimos anos.

Sob esse viés, a participação política feminina é fruto de uma extensa trajetória marcada por lutas que remontam à segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando o movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos reivindicando o direito das mulheres de votar e serem votadas. No Brasil, a luta pelo direito ao voto feminino teve início no século XIX, durante a constituinte de 1891. Porém, foi somente em 1932 que as brasileiras conquistaram, por fim, o direito ao sufrágio (PINTO, 2003).

Neste contexto, desde então, avanços significativos têm sido observados em relação à participação política feminina. Porém, a presença de mulheres, em cargos eletivos, ainda é pequena, em comparação ao número de homens nos mesmos cargos. Conforme aponta Miguel (2014), nas décadas seguintes à obtenção do direito ao voto feminino, ficou claro que era possível a existência concomitante do voto das mulheres, com uma elite política quase exclusivamente masculina. Ainda hoje é observável a baixa proporção de mulheres nas

esferas de poder⁷ político em quase todos os países do mundo. Tal situação, ainda segundo o autor, acontece devido a inúmeros entraves que dificultam, e até mesmo inibem a vontade de iniciar, a participação feminina na política. Os obstáculos vão desde impedimentos na vida doméstica, a “dupla jornada de trabalho” daquelas que exercem trabalho remunerado e cuidam dos afazeres domésticos, os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção da política como um ambiente masculino:

Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto (MIGUEL, 2014, p. 105)

A respeito da representatividade feminina e da paridade de participação, Fraser (2002) aponta que a paridade não é somente uma questão numérica mas, pelo contrário, trata-se da condição de ser um par, isto é, de estar interagindo com os outros “em pé de igualdade” e essa condição não é garantida apenas por números. A significativa sub-representação feminina nas instituições políticas demonstra as disparidades qualitativas dessa participação também na vida social, contudo, a autora afirma que as cotas numéricas nem sempre são a melhor solução, pois, em sua concepção, deixa aberta a questão sobre o grau de representação ou nível de igualdade necessários para assegurar a paridade participativa.

Dessa forma, Fraser entende que o obstáculo para a paridade é a má distribuição e o reconhecimento equivocado. Por exemplo, para a disparidade de gênero na representação política, além da desinstitucionalização dos valores androcêntricos, faz-se também necessária a reestruturação da divisão do trabalho, a fim de eliminar a dupla jornada, que é um enorme obstáculo distributivo à plena participação das mulheres na vida política.

Aderindo a essa mesma crítica, Moritz (2021) salienta que a questão financeira afeta em demasia as candidaturas femininas, uma vez que as disputas mais competitivas exigem maiores recursos econômicos e as mulheres têm menos condições de angariar fundos, em virtude de sua entrada tardia na arena político-eleitoral. Entretanto, além do menor acesso a recursos financeiros, as mulheres também enfrentam outro problema, que é a falta de tempo livre para dedicar-se à vida político-partidária, dado que possuem dificuldade em conciliar a

⁷ De acordo com o relatório “Mulheres no Parlamento em 2023” feito pela União Interparlamentar, a proporção de mulheres nos parlamentos nacionais aumentou 0,4 pontos percentuais, indo de 26,5% em janeiro de 2023 para 26,9% em janeiro de 2024. Ainda, apontou que, em 2023, as mulheres ocuparam 27% das cadeiras nas câmaras baixas e 31% nas câmaras altas. A presença de mulheres como presidentas de parlamentos também teve um aumento de 1,1% pontos percentuais, subindo para 23,8% nos 12 meses até janeiro de 2024 (Inter-Parliamentary Union, 2023)

esfera pública com as demandas da vida privada (maternidade, casamento, cuidado com a casa, etc).

Acerca da presença da mulher no cenário político institucional, Pinto e Moritz (2009) elucidam a existência de três possibilidades: 1) a mulher como cidadã, que não se diferencia do homem por sua condição de gênero, 2) a mulher que se apresenta pela visão tradicional, como cuidadora de si e do outro (do lar, das crianças, dos idosos, da casa, mãe, professora), esta é a mulher que conhece seu lugar, mesmo na política e 3) a mulher que chega à política pela sua luta feminina ou que, mesmo possuindo outra trajetória, incorpora a luta pelos direitos das mulheres à sua militância. As autoras indicam que a primeira e a segunda condição encontram uma aceitação bastante razoável no Brasil, já para a terceira opção, é mais difícil de acontecer. As autoras ainda complementam:

Todavia, há uma grande barreira para que mulheres se coloquem na disputa eleitoral como defensoras dos direitos alcançados e de novas lutas. Há uma grande ausência de mulheres feministas ou mulheres que defendam publicamente as causas das mulheres nos legislativos municipais, estaduais e federal. Tal situação não pode ser atribuída simplesmente a um preconceito do eleitorado, que não as elege. Só poderíamos dizer isso com um certo valor de verdade se houvesse no mercado eleitoral brasileiro tais candidatas, mas elas são muito raras e aparecem às vezes em partidos muito alternativos, sem chances de vitória (PINTO; MORITZ, 2009, p. 68).

No mesmo contexto, conforme elucidado por Moritz (2019), as mulheres no Brasil possuem três portas de entrada para a política. A primeira, através de relações familiares, as chamadas “herdeiras políticas”, cujo ingresso na política é marcado por laços familiares, especialmente maridos, ex-maridos e pais. A segunda, diz respeito à militância (social, sindical, estudantil), as quais estão mais vinculadas a partidos de esquerda. E uma terceira via, que é comumente denominada como *outsiders*, fazendo parte desse grupo as mulheres que adquiriram destaque na vida profissional ou em seu meio de atuação e usam desse capital específico para adentrar no campo político.

Ademais, Carreras (2012) aponta que o conceito de *outsiders* pode ser operacionalizado e medido através da trajetória anterior dos candidatos. O autor destaca duas abordagens conceituais para construir a definição de candidatos *outsiders*, os quais: a) não tiveram uma carreira anterior na política e b) participam das eleições como independentes políticos ou em associação com novos partidos.

Além disso, Picussa e Codato (2022) referem que os *outsiders* são muitas vezes caracterizados como populistas ou *anti-establishment* e, dessa forma, seriam líderes que ganham notoriedade política fora do sistema partidário tradicional, uma vez que possuem um discurso voltado à crítica da classe política e apresentam-se como “heróis salvadores do

povo”, que atuam ou pretendem atuar na esfera política, enquanto criticam a classe política instituída. Ademais, como destaca Pinto

[...] a existência desses espaços públicos *outsider* provoca a reconfiguração, de alguma forma, da própria representação. Esta reconfiguração não é um movimento automático, nem assegurado, entretanto a tensão provocada pela presença dos novos sujeitos é fundamental para o alargamento da democracia nos espaços de representação. Trata-se aqui de pensar a incorporação de novas demandas, novos interesses e novos sujeitos no discurso daqueles que pretendem ser representantes (PINTO, 2001, p. 104).

Como podemos observar, as candidatas oriundas dos órgãos da Segurança Pública e que concorreram à Deputada Federal nas eleições de 2018, fazem parte deste grupo das *outsiders* - aspecto que será abordado com mais profundidade no Capítulo 4. Como essas mulheres não fazem parte do grupo das "herdeiras políticas" e nem possuíam um passado de militância, elas apenas possuem seus cargos e funções profissionais nas instituições da Segurança Pública como atributo para lançarem suas candidaturas, aproveitando e explorando alguma visibilidade adquirida a partir da profissão.

Para conquistar o eleitorado, converteram sua experiência profissional em capital político, promovendo a construção de sua identidade e de sua agenda eleitoral. Com este processo, essas candidatas criaram uma espécie de atalho para adentrar no campo da representação política, espaço tão hostil às mulheres. Aproveitam, assim, a aceitação por parte de uma parcela da população para conquistar adeptos aos seus ideais e pautas eleitorais mais conservadoras.

A partir das considerações feitas acima, é possível reconhecer que a entrada das mulheres profissionais da Segurança Pública, no cenário político brasileiro, se dá através da imagem social criada, que as vê como defensoras e heroínas dos cidadãos de bem contra os infortúnios causados pelas pessoas consideradas criminosas e disruptivas. Por esse motivo, no período de suas campanhas, destacam sua patente, colocando-as no nome registrado na Justiça Eleitoral, na urna eletrônica⁸, e em todo seu material de campanha⁹. Assim, ao associar o cargo/função ao seu nome passam a ter um instrumento apelativo e uma "marca eleitoral", que vai embasar a construção de sua identidade na política.

Amparadas na crescente onda de utilização de discursos repressivos e do destaque dado pela mídia às questões envolvendo violência, criminalidade e segurança pública, as

⁸ As categorias profissionais identificadas e mais recorrentes nos nomes de urnas das candidatas foram: “Delegada”, “Capitã”, “Sargento”, “Coronel”, “Policial”, “Major”, “Cabo”, “Tenente”, “Bombeira”, “Oficial”, “Inspetora”.

⁹ Folhetos, propagandas, “santinhos”.

profissionais dessa área aproveitam-se desse caminho facilitado, para adentrar no campo político-partidário e disputar um mandato eletivo.

Embora a inserção dessas candidatas seja importante para a luta desenvolvida em torno da presença das mulheres em cargos políticos, as ideias, pautas e projetos que defendem, nem sempre estão em concordância com os ideais feministas de aumento de direitos para o público feminino. Logo, configura-se a disputa de perspectivas entre a política de idéias e a política de presença, que será vista no próximo subitem.

2.2 A política de idéias e de presença aplicada às candidatas advindas da Segurança Pública

Dois conceitos também embasam teoricamente esta dissertação, quais sejam, política de idéias e política de presença, desenvolvidos por Anne Phillips. Assim, a autora define “política de idéias”:

Nós todos podemos desejar ser representados por pessoas que consideramos mais sábias ou mais capazes do que nós, porém, diante da escolha entre alguém mais competente e alguém de cujas opiniões compartilhamos, em geral nos sentimos mais seguros dando nosso apoio ao segundo. O partido político nos fornece os dados necessários para fazermos nossa escolha política: olhamos para o rótulo mais do que para a pessoa e torcemos para que não nos traia (PHILLIPS, 2001, p. 269)

Phillips aponta que, dessa forma, as lealdades são moldadas pelas comunidades nas quais as pessoas nasceram ou vivem, bem como apoiam partidos que melhor convêm aos interesses particulares, pois a compreensão mais idealizada das ideias políticas poderia separá-las dos aspectos da existência material. Outrossim, destaca que escolher os representantes com base em suas crenças e opiniões ou no partido que representam, não é necessariamente a melhor maneira de proteger os interesses minoritários, nem de encorajar os cidadãos a deliberar sobre questões políticas. Isso porque, essa forma de deliberação pode ser vista como uma “fachada” para as pessoas financeiramente seguras e com acesso à mídia, as quais garantem suas reeleições.

Já a “política de presença”, na concepção da referida autora, está relacionada com representação igualitária entre os diferentes grupos de pessoas que se reconhecem marginalizadas, excluídas ou silenciadas. Dessa forma, representação adequada é a presença da variedade de experiência que somente alguém pertencente ao grupo pode representar. Ou seja, é interpretada como uma representação mais abrangente dos diferentes grupos sociais, que compõem o corpo de cidadãos. Por esse motivo, as preocupações contemporâneas sobre representação justa frequentemente são traduzidas em reformas, assim como os sistemas de cotas para mulheres, por exemplo (PHILLIPS, 2001).

Muitos dos argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de demandas por presença política: demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos. Neste importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre quem e o quê é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de idéias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença (PHILLIPS, 2001, p. 272)

Pinto (2001), ao discutir as noções de participação e representação de grupos que constituíram uma identidade que os diferencia dos demais, de modo que não se sentem representados pelos modelos existentes, salienta que o ponto central é quem deve representar quem. A autora questiona: a luta das mulheres é pela representação de todas as mulheres, sem qualquer distinção, ou pela representação de mulheres que se constituem politicamente como tal? Para ela, essa distinção é importante para a discussão do espaço de participação política, porque a primeira situação trata-se estritamente de justiça numérica na representação e a segunda refere-se ao significado político da representação. E é nesse ponto que se encontra o impasse, pois parece adiantar pouco para as mulheres eleger muitas mulheres que não tenham compromisso com as causas defendidas pelo feminismo, por outro lado, se os homens de todos os matizes ideológicos e de posições diferenciadas, sobre diversos temas, podem ter assento no Legislativo, por que somente as mulheres conscientes merecem o mesmo privilégio?

Outra questão é a da natureza da representação da mulher. Em termos de teoria democrática, temos dois problemas a enfrentar: a presença da mulher e a presença da mulher enquanto sujeito de sua causa, isto é, enquanto sujeito político mulher. São presenças de qualidades distintas que pressupõem problemas distintos. Os parlamentos democráticos deveriam ser uma representação estatística da sociedade? A resposta afirmativa a essa questão beira o absurdo, pois, se assim fosse, pouco sobriaria para a escolha do eleitorado. Um parlamento não é mais democrático porque tem entre os seus membros um número proporcional de mulheres, negros, indígenas e homens que corresponda ao universo dos eleitores. [...] a situação inversa é muito reveladora do fenômeno da exclusão, pois é muito pouco provável que um parlamento sem a presença de negros, mulheres e indígenas tenha grandes preocupações com as causas próprias desses grupos, até porque essa ausência já denuncia suas condições subalternas (PINTO; MORITZ, 2009, p. 65).

Neste viés, insta pontuar que a importância da presença de representantes de diferentes grupos sociais em cargos políticos parte da perspectiva de que, sem representantes que vivenciaram as situações de opressão e violência específicos daquele grupo, não se pode produzir políticas que efetivamente os auxiliem e promovam verdadeiramente a inclusão social dessas pessoas. Como destaca Fraser (2002), normas culturais elaboradas de forma injusta contra alguns, são institucionalizadas pelo Estado e pela economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem a participação igualitária na fabricação da cultura em

esferas públicas e no cotidiano. O resultado disso é um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica.

Para as mulheres, por exemplo, a disputa eleitoral é um campo com enorme desvantagem em relação aos homens, isso porque elas são mais afetadas pela questão econômica e as disputas competitivas exigem maiores aportes financeiros, tendo em vista a entrada tardia na arena político-eleitoral, que diz sobre as mulheres terem menor capacidade de arrecadar fundos, o que diminui suas chances de vitória. Além dos recursos financeiros escassos, as mulheres também possuem menos tempo livre para se dedicarem à política, tendo em vista a dificuldade enfrentada em conciliar a vida pública com as demandas da vida privada. Logo, tem-se um ciclo vicioso que agrava ainda mais a desigualdade de gênero na arena política (MORITZ, 2019). À vista disso, é possível asseverar que:

Certamente, uma característica principal da injustiça de gênero é o androcentrismo: a construção autoritária de normas que privilegiam características associadas com a masculinidade. Ao lado disso está o sexismo cultural: a desvalorização e depreciação aguda de coisas vistas como “femininas”, paradigmaticamente - mas não apenas - da mulher. Essa depreciação é expressa em um rol de punições sofridas pelas mulheres, incluindo agressão sexual, exploração sexual e violência doméstica; trivialização, coisificação e humilhação estereotípica nas representações da mídia; molestamento e depreciação em rodas as esferas de vida cotidiana; sujeição a normas androcêntricas nas quais as mulheres aparecem como menos importantes ou desviantes e que contribui para prejudicá-las até mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminação; discriminação atitudinal; exclusão ou marginalização em esferas públicas e corpos deliberativos; negação de plenos direitos legais e proteções iguais (FRASER, 2001, p. 261).

Relativamente à representação, Young (2006) discorre sobre seu conceito e significado. Para a autora, trata-se de um processo que ocorre ao longo do tempo e possui momentos ou aspectos distintos, consistindo em um relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre o eleitorado e o representante e entre os representantes no ambiente de tomada de decisões. Como a proximidade entre os eleitores e os agentes, a representação varia entre momentos de autorização e prestação de contas. Ademais, nesse contato entre eleitores e representantes, a desconexão é sempre uma possibilidade e a conexão é mantida através de antecipações e retomadas em momentos de autorização e prestação de contas. Logo, um processo representativo é pior quando a separação tende ao rompimento, em contrapartida, melhor, quando estabelece e renova a conexão entre os atores.

A autora também destaca que em um processo eficaz de autorização, uma esfera pública de discussões define os principais pontos de disputa ou de luta, para que os processos parlamentares sejam efetivamente representativos e não apenas um papel desempenhado pelas elites através de suas próprias vontades. O processo democrático de autorização dos

representantes deve ser representativo e inclusivo em sua deliberação (YOUNG, 2006).

Outrossim, a autora esclarece que:

O principal problema normativo da representação é a ameaça de desconexão entre o representante único e os muitos que ele ou ela representa. Quando os representantes se tornam muito afastados, os eleitores perdem a percepção de que exercem influência sobre a produção de políticas, desafeiçoam-se e se abstêm da participação. Estabelecer e manter processos de representação legítimos e inclusivos impõe responsabilidades tanto para os representantes como para os cidadãos. Estes precisam estar dispostos e aptos a mobilizar uns aos outros para participar ativamente tanto do processo de autorização quanto do de prestação de contas. Os representantes devem ouvir essas discussões públicas e as diversas demandas, permanecer conectados com os eleitores e expor as razões de suas ações e avaliações em termos que retomem aquelas discussões. Essa mobilização e essa conectividade podem ser promovidas ou obstadas pelo desenho das instituições representativas (YOUNG, 2006, p. 156).

No entanto, é importante notar que a presença crescente dessas candidatas na política, como àquelas com vínculos na Segurança Pública, não significa necessariamente um avanço na representação das mulheres como um todo. Logo, a representatividade de gênero vai além da mera presença de mulheres em cargos políticos; é necessário que essas representantes efetivamente defendam agendas que promovam a igualdade de gênero e abordem questões específicas enfrentadas pelas mulheres na sociedade.

Esta breve definição conceitual revela-se importante à medida que, no Capítulo 4 desta dissertação, serão analisadas as pautas que compõem a agenda eleitoral das candidatas vinculadas à Segurança Pública e que foram eleitas Deputadas Federais em 2018 e 2022. Busca-se identificar se elas possuem propostas de campanha voltadas para atender demandas das mulheres (feministas ou não), ou se suas propostas eleitorais estão permeadas por aspectos envolvendo suas profissões e a Segurança Pública, tais como aumento e recrudescimento de leis penais punitivas, diminuição da maioria penal, aumento do sistema carcerário e outros. É necessário voltar os olhos para esses pontos para entender se estamos diante de uma representação feminina que possui uma política de presença ou se são candidatas comprometidas com a pauta dos direitos das mulheres, ou seja, uma representação que vai ao encontro da política de idéias.

2.3 Neoconservadorismo atravessando as pautas eleitorais em 2018 e 2022

Buscando entender o crescimento no número de candidatas vinculadas à segurança pública nas eleições de 2018 e 2022, é necessário debruçar-se sobre a expansão do neoconservadorismo na política brasileira na última década. Por esse motivo, são necessárias algumas considerações acerca do tema, visando elucidar a ressignificação dos

conservadorismos na sociedade brasileira. Atualizando esse conceito, Vaggione, Machado e Biroli (2020), adotam o termo “neoconservadorismo” e esclarecem que,

Esse termo foi formulado inicialmente nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, para descrever as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura. A partir de então, seria utilizado não apenas para descrever o modo como as ideologias conversadeiras se definiram no contexto estadunidense, mas para lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores - religiosos e não religiosos - visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano. Conceitualmente, permitiu uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, assim como entre antipluralismo e neoliberalismo (VAGGIONE, MACHADO, BIROLI, 2020, p. 27)

Moll (2015) aponta que a desilusão com o liberalismo estadunidense, com o conservadorismo moderado e a oposição ao comunismo, promoveu uma nova geração de conservadores, os chamados neoconservadores. Eles partiram do mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Além disso, acreditavam que o Estado teria passado a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato, usurpando o lugar da família, da igreja e da comunidade, resultando em problemas morais advindos do Estado totalizante (liberal ou comunista). Por conta disso, além de medidas econômicas, era necessário reforçar os valores clássicos ocidentais, para organizar uma base normativa para os Estados democráticos, liderados por homens capazes e ilibados.

Almeida (2018) destaca que o neoconservadorismo é uma reação ao *Welfare State*, à contracultura e à nova esquerda. Dessa forma, para os neoconservadores, a ruptura com as bases que consolidaram a sociedade ocidental fez com que as diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo raciais, consideradas naturais entre os indivíduos e sempre presentes na ordem social, fossem apagadas. Para eles, abandonar essas diferenças, em nome de uma suposta sociedade sem classes, acabaria em uma degradação cultural sem precedentes. A prova de tal afirmação estaria na “infestação” de grupos que ganharam forças, em virtude da permissividade do assistencialismo estatal, como os *hippies*, os sindicalistas, os estudantes, os comunistas, os negros e as feministas.

Esse cenário neoconservador é observado como uma crescente onda na política latino-americana. Segundo Vaggione (2020), esse fenômeno está localizado em uma temporalidade política específica, demarcada por conquistas importantes nas esferas legais, advindas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Exemplos de tais avanços são a extensão da permissão ao aborto, o reconhecimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a aprovação de leis de identidade de gênero. Por conseguinte, os impactos de tais

acontecimentos fizeram surgir, de forma não intencional, rearticulações através de estratégias, discursos e atores renovados no campo conservador.

A conjuntura acima descrita teve um crescimento notável na sociedade brasileira a partir das eleições de 2018, tendo seu ápice no pleito de 2022, quando emergiram com maior frequência candidaturas cujos discursos centravam-se em valores morais, como a defesa da família, da religião, dos bons costumes e dos cidadãos de bem. Essas "bandeiras" foram assumidas e evidenciadas por diversos atores políticos, entre esses, algumas das candidatas advindas da segurança pública aqui estudadas. O que se viu, em especial na figura de Bolsonaro e seus apoiadores, foi que:

Ao menos desde junho de 2013, intensificaram-se as ações de militarização da vida e da política, ações essas que foram fortalecidas com o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. Isso ocorre por meio da lógica, própria ao período da ditadura militar, da produção do inimigo interno às relações sociais, o qual é caracterizado como ameaça à ordem e à paz (TELES, 2018, p. 78).

Biroli (2017) explica que, no Brasil, a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, possibilitou a ampliação de setores reacionários sobre o controle da política nacional e prolongou-se no ambiente político. Essa conjuntura possibilitou a retirada de direitos trabalhistas, recuos nas definições e fiscalização do trabalho escravo, assim como a inclusão de uma intervenção militar como alternativa no cenário político. Tais práticas contribuíram para um cenário de conformação de um ambiente social de liberalismo extremado, deixando em perigo o pluralismo e os direitos individuais.

A autora salienta, ainda, que estava em curso a promoção de códigos morais conservadores, através de vários grupos sociais, que apostam na reação de algumas camadas populacionais às transformações sociais nos padrões conjugais, afetivos e sexuais, que ficam explícitos nos ataques à arte e ao pensamento crítico observados nos últimos anos. Dessa forma, os atores reacionários repetem discursos contra o esquerdismo, o comunismo, os radicalismos feministas, o movimento LGBTQIA+ e os movimentos negros, opondo-se a projetos de orientação socialista, igualitários e de reconhecimento das diferenças, assim, combatendo um patamar civilizatório e a igual dignidade em sociedades plurais e complexas:

[...] consolidaram-se setores que, em defesa de princípios como a vida, a família ou a liberdade de crença, constituem uma frente conservadora cuja presença se intensificou nos últimos anos. Observa-se em todo o continente a conformação de mobilizações e alianças políticas que têm como um de seus propósitos a restauração de uma ordem moral ameaçada. A consolidação do conservadorismo moral - o neoconservadorismo [...] - impactou a região de formas e com intensidade variadas (VAGGIONE, 2020, p. 54)

No rastro do panorama descrito anteriormente, a "onda neoconservadora" propiciou o surgimento e deu abrigo a candidaturas ligadas ao campo ideológico da direita e da

extrema-direita. É nesta esteira que as candidatas vinculadas à segurança pública se apresentam para a disputa eleitoral, e encontram uma "trilha de oportunidade", condição que vem crescendo na última década. Entre 2014 e 2018 teve-se, respectivamente, 24 e 35 candidatas, saltando para 122 em 2022. Note-se que a maioria dessas candidaturas foram lançadas por partidos de direita, merecendo destaque para as mulheres vinculadas ao PSL¹⁰ e ao PL¹¹, em 2018 e 2022, respectivamente.

Nesta perspectiva, Gallego (2018) afirma que, ao longo dos últimos anos, ocorreu a reorganização e fortalecimento político das direitas, cujo fenômeno recebeu uma variedade de conceitos e sentidos (direitas, novas direitas, onda conservadora, fascismo, reacionismo, ...) e que é, indiscutivelmente, o protagonista, tanto nacional como internacionalmente, da reorganização neoconservadora que, em muitas ocasiões, advém de posturas autoritárias e antidemocráticas. Além disso, aponta que, na América Latina e no Brasil, em um cenário global de recessão democrática, culminou para a ascensão da “nova direita”, que possui duas características principais: ataques ao Estado garantidor de direitos civis e humanos e a obsessão por questões culturais.

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso (MIGUEL, 2018, p. 20 e 21).

É possível constatar uma forte afinidade desse discurso com o populismo de direita. Segundo Lynch (2021), esta ideologia é orientada pelo imperativo de preservação da ordem recorrendo à autoridade e que descreve o povo como um conjunto de famílias de elite econômica que sentem sua moral ameaçadas por uma minoria de subversivos que atacam a propriedade privada e os bons costumes. Além disso, o autor destaca que o argumento populista é praticado por uma liderança democrática que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade e que:

¹⁰ Teve sete candidatas em 2018.

¹¹ Teve 17 candidatas em 2022.

Esse modelo populista de representação recorre a discursos baseados preferencialmente na linguagem dos afetos ou nas paixões, apelando a um “povo” concebido como um singular coletivo, ou seja, um ente, não fictício e formado por indivíduos diferentes, mas como uma entidade homogênea dotada de vontade própria. O povo é considerado como um agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou obstaculizada por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade monopolizaria os recursos de poder (LYNCH, 2021, p. 225).

A partir das reflexões acerca da expansão neoconservadora, é possível observar, na política brasileira dos últimos anos, a intensa circulação e popularidade de discursos eleitorais que fomentam sentimentos de insegurança e de indignação da população, em relação ao crime e à violência, advogando por formas mais autoritárias de controle social, exaltando a violência estatal e formas de justiça privada, incentivam, ainda, hostilidades sociais contra determinados grupos. Além disso, discursos que contrapõem os direitos humanos à segurança pública, expressos na ideia de que esses direitos são aplicáveis somente para benefícios de supostos criminosos, tornaram-se muito difundidos e os atores políticos mobilizaram o apoio popular, convertendo-o em sucesso eleitoral. Tais discursos circulam por diferentes segmentos da sociedade, mas são os atores das instituições de controle social, em especial policiais e militares, àqueles profissionais que mais buscam convertê-los em capital político, vez que sua experiência torna-se um recurso facilmente instrumentalizado e produtivo para a agenda eleitoral (NOVELLO; ALVAREZ, 2022).

O Fórum de Segurança Pública (2022) salienta que, para entender o crescimento da participação política de agentes das forças repressivas, é preciso levar em consideração múltiplos movimentos no campo da segurança pública. Um exemplo disso, é a construção de uma narrativa, que tem resumido a política à guerra contra o mal, no qual os policiais são vistos como guerreiros, com o dever de reconstruir a ordem, a moral e os bons costumes.

Observa-se, assim, a intensa circulação e popularidade eleitoral de discursos que mobilizam sentimentos de insegurança e indignação da população em relação ao crime e à violência, em sentidos que advogam formas autoritárias de controle social, exaltam a violência estatal e formas de “justiça privada” e fomentam hostilidades sociais contra determinados grupos (NOVELLO, ALVAREZ, 2022, p. 87).

Assim, os profissionais das instituições de segurança pública se veem como injustiçados e desvalorizados pelos “governos de esquerda”, que defendem a promoção e a garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, sem qualquer distinção, o que não é bem visto pelas categorias policiais. Essas ideias levam à militarização da política e da vida, na qual há a produção de uma dinâmica dualista entre “inimigo interno” *versus* “cidadão de

bem”, criada a partir de um Estado e uma sociedade de indivíduos racistas e patriarcais, que instrumentalizam o medo como tecnologia de controle (GALLEGO, 2018). Dessa forma:

A matriz da guerra implica o desenvolvimento de uma disposição pragmática, urgente e hierarquizante. Na política do “matar ou morrer”, é produzida uma perspectiva da vida social hierarquizada em dois grandes grupos opostos: de um lado, as forças de segurança e os cidadãos de bem; do outro, o resto dos indivíduos, caracterizados por um conjunto de comportamentos e discursos que simbolizam o universo do mal. Apesar de essas demarcações apresentarem regularidade ao longo do tempo, suas transformações ficam ao sabor das fronteiras morais e políticas. No jogo das classificações binárias, situa-se a concepção de direitos fundamentais como algo de natureza meritocrática, facultativa e destinada aos que pertencem às categorias “cidadãos de bem”, “pai de família trabalhador” e “cumpridor da lei”. Os demais estão às margens da comunidade política e humana e devem ser combatidos (NOVELLO; ALVAREZ, 2022, p. 86).

Como será visto nos capítulos a seguir, as campanhas eleitorais das mulheres ligadas à segurança pública estão pautadas em manifestações e falas que remetem às suas trajetórias profissionais, a qual é dotada de saberes, valores e competências específicas, que traduzem e enunciam questões relacionadas com as instituições da segurança pública, em especial à moral e aos “bons costumes”. Ademais, algumas eleitas trouxeram para suas campanhas uma articulação entre punição e moralidade, a qual potencializa a difusão dos discursos e conservadorismos sociais, legitimados através da cultura e formação institucional, ou seja, o saber-fazer advindo da experiência. Além disso, é importante destacar que o discurso do enfrentamento possui forte impacto de audiência e reprodução para as candidatas deste grupo.

Neste contexto, é possível identificar, em algumas campanhas, temas alinhados com os princípios do pensamento neoconservador. Essas temáticas incluem a proteção à família, a discussão sobre a necessidade de recrudescimento e a implementação de medidas de Segurança, visando salvaguardar a população “de bem”, diante do aumento da criminalidade urbana dos últimos anos, conforme os dados trazidos pelo Fórum da Segurança Pública e que serão analisados no Capítulo 3.

Contudo, é importante considerar que o neoconservadorismo não é um fenômeno homogêneo, e existem diferenças entre os candidatos e as candidatas ligadas a essa corrente política. Nem todas as candidatas da segurança pública adotam um discurso extremamente conservador, haja vista que algumas possuem posições mais moderadas em relação a questões de gênero e direitos das mulheres. Além disso, nem todas as candidatas, aqui estudadas, estão vinculadas à partidos de direita, algumas candidaturas de profissionais da segurança pública foram lançadas por partidos de esquerda¹². Portanto, é importante um olhar mais criterioso

¹² Em 2018 esses partidos foram: PDT, PHS, PSB, PODE, PPL, PMN, PSOL. Em 2022 eram: Cidadania, PT, PMB, PSB e PDT.

sobre as candidatas eleitas e suas propostas eleitorais, com a finalidade de obter uma melhor compreensão sobre sua orientação político-ideológica.

Como já foi mencionado, as propostas eleitorais das candidatas vinculadas à Segurança Pública e que se tornaram Deputadas Federais nas duas últimas eleições¹³ serão objeto de análise no Capítulo 4 desta dissertação. Essa abordagem faz-se necessária para compreender como essas mulheres utilizaram seus cargos profissionais como um atalho para galgar posições no campo da representação, convertendo suas experiências na área da segurança pública em capital político para a construção de suas identidades políticas e agendas eleitorais.

2.4 Conversão de capital: da "farda" ao parlamento.

Tendo em vista que as candidatas da Segurança Pública, durante o exercício de seus cargos nas referidas instituições, acumulam experiências, credibilidade e visibilidade, perante a população, isto serve para aumentar seu capital social e cultural. Tal concentração de capital lhes permite convertê-lo em capital político para, assim, acessar o campo político e lançar suas candidaturas para cargos eletivos. Buscando compreender como se dá esta conversão de capital realizada pelas candidatas da Segurança Pública, faz-se pertinente abordar os conceitos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, especialmente a conversão do capital profissional em capital político.

Conforme explica Thomson (2018), a noção de campo social desenvolvida por Bourdieu é um meio para investigar a atividade humana, assim, nesta, o campo compreende posições ocupadas por agentes (pessoas ou instituições), os quais possuem limites no que podem fazer e o que pode ser feito também é moldado pelas condições do campo. Segundo a autora, Bourdieu defendeu uma estrutura que juntaria um trio de explicações interdependentes e construídas em conjunto, sem nenhum deles ser primário, dominante ou causal: o campo, o capital e o *habitus*. Cada um desses pontos é integral para a compreensão do mundo social e estão interligados, podendo ser compreendidos apenas na desconstrução caso a caso.

Assim, partindo da explicação conceitual de *habitus*, que, segundo elucidada Peters (2020), trata-se de uma mediação entre o indivíduo e o social. Para Bourdieu, o *habitus* é socialmente gerado, mas também socialmente gerador, no momento em que os agentes

¹³ Nas eleições de 2018 as candidatas eleitas foram Katia da Silva Sastre e Fabiana Silva de Souza e em 2022 foram Adriana Sauthier Accorsi, Ione Maria Moreira Dias Barbosa, Katarina Feitoza Lima Santana e Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira.

mobilizam suas disposições para agir no mundo social e, dessa forma, contribuem historicamente nos processos pelos quais o mundo social se reproduz e se transforma. Além disso, *habitus* também é considerado como as capacidades práticas, sem as quais os agentes não podem operar no mundo social. Portanto,

[...] o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007, p. 164)

Bourdieu (2007, 1983) também aponta que os *habitus* são distintos e operadores de distinções, são diferenciados e diferenciadores. Além disso, o autor afirma que condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes. Thomson (2018) destaca que o *habitus* e o campo constituem uma dialética pela qual práticas específicas produzem e reproduzem o mundo social que também os cria.

Ao prosseguir com a análise da Teoria dos Campos, desenvolvida por Bourdieu, este define o conceito de "campo" da seguinte maneira:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Saint Martin (2022) elucida que a noção de campo possibilita analisar as relações objetivas e subjetivas entre atores ou grupos sociais, bem como as conexões entre diferentes espaços e tipos de dominação, de concorrência e de solidariedade. O autor ainda sustenta que todos os agentes engajados em um campo possuem interesses fundamentais em comum e que a luta entre eles pressupõe uma concordância acerca do que merece ser disputado. Ademais, eles possuem vantagens advindas de diversas espécies de capital (econômico, cultural, social, simbólico), assim, por esse motivo, “A configuração teórica do conceito de campo remete à dinâmica da regularidade do social. Um campo traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução” (Montagner e Montagner, 2010, p. 261).

Ortiz (1983) salienta que o campo trata-se de um espaço no qual manifestam-se relações de poder e se estrutura com base na distribuição desigual de um *quantum* social, que determinará as posições ocupadas pelos agentes em seu seio. Esse *quantum* é definido por Bourdieu como “capital social”. A estrutura do campo pode ser entendida com base em dois pólos opostos: os dominantes, que possuem um máximo de capital social, e os dominados,

que são definidos pela ausência ou raridade de capital social específico, determinante do espaço em questão.

A estratégia utilizada pelos agentes se orienta pela posição que detém no interior do campo, tendo em vista que os atores buscam sempre uma maximização dos lucros, ou seja, investem em determinado tipo de capital para acumulá-lo o mais rapidamente possível. Esse investimento está relacionado com sua posição atual e potencial no interior do campo (ORTIZ, 1983). Os agentes utilizam estratégias diferentes para manter ou melhorar suas posições dentro do campo, com o intuito de acumulação de capitais (THOMSON, 2018).

Neste ínterim, Bourdieu nomeou quatro formas de capital: econômico, cultural, social e simbólico (este, está ligado a questões que representam todas as outras formas de capital e podem ser trocadas em outros campos, como credenciais). Ademais, os agentes que possuem formas particulares de capital têm vantagem, desde o começo. Logo, a utilizam para acumular e avançar mais do que outros.

Capital, seja na forma de propriedades materiais ou capital cultural, representa um poder sobre um campo, em certo momento, e sobre o produto acumulado do trabalho passado, sobre conjunto dos instrumentos de produção e sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens, um conjunto de rendimentos e de ganhos. Nesse sentido, as espécies de capital são os poderes definidores das probabilidades de ganhos em um determinado campo. Isso porque, para cada campo e subcampo, há uma espécie de capital particular, que ocorre como poder e como objeto em jogo nesse campo. Dessa forma, a posição de um agente em um espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa na distribuição dos poderes que atuam em cada um dos campos, seja capital econômico, social, escolar, cultural ou simbólico. Além disso, salienta que a posição social e o poder atribuídos aos sujeitos de um campo particular, dependem do capital específico que eles podem mobilizar (BOURDIEU, 1989). O autor destaca que:

[...] sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivas (bens econômicos e culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação neste mercado, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, na relação com este campo, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente, que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital - que pode exercer, todavia, um efeito de contaminação (BOURDIEU, 2007, p. 107).

Saint Martin (2022) esclarece que, para Bourdieu, um capital ou uma espécie de capital trata-se do que é eficiente em um determinado campo, tanto como arma quanto como desafio de luta. Assim, um capital permite que seu detentor exerça um poder e exista em um campo determinado. Ademais, ele existe e funciona apenas em relação a um campo, isso, porque “Cada espécie particular de capital está ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e de eficácia que o campo no interior do qual tem curso” (BOURDIEU, 2011, p. 203). Assim, importante frisar que:

[...] existem vários campos na sociedade e eles estão numa cadeia de relações assimétricas e hierarquicamente situadas. Pode-se mesmo afirmar que os campos são áreas concretas do mundo social e suas relações são historicamente construídas. Dessa forma, as relações entre os campos são entre campos dominantes e campos dominados, e os agentes podem usar a estratégia migratória entre eles, através da “conversão” (Montagner e Montagner, 2010, p. 263).

A transição de um campo a outro faz-se através da conversão de capital, ou seja, os agentes acumulam uma certa quantidade de capital, ou mais de um tipo de capital (por exemplo, capital cultural e social ou capital econômico e social) em determinado campo e utilizam esse diferencial para adentrar em outro campo, que possua um capital distinto do seu originário. Como explica Bourdieu:

O capital pessoal de notoriedade e de popularidade - firmado no facto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação” - é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (BOURDIEU, 1989, p. 190 e 191).

Assim, conforme Miguel, Marques e Machado (2015) explicam, capital convertido é, por exemplo, quando a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política. No mesmo sentido, Pinto (1996), assinala que muitos agentes chegam ao campo político porque acumulam capital em outros campos e necessitam do campo político para que seu campo de origem se reproduza. A autora aponta que o trânsito do campo da política para o campo da produção cultural, ou de forma contrária, é muito comum, assim como ocorre no caso de um ator com grande popularidade, o qual encontra muito mais espaço para adentrar no campo da política, do que um agente que possui uma atividade que não pressupõe popularidade ou exposição. Pode-se citar aqui exemplos de pessoas com alta popularidade que entraram para a disputa eleitoral, tais como: o humorista Tiririca, o

ex-jogador de futebol Romário, os cantores Sérgio Reis, Sérgio Aguiar, o ex-participante do BBB Jean Wyllys e muitos outros¹⁴.

Miguel (2003), ao abordar as diferentes espécies de capital elaboradas por Bourdieu, estabelece uma divisão tríplice dos conceitos, apontando os capitais delegado¹⁵, convertido e heroico. Para a análise estabelecida aqui, são relevantes os últimos dois conceitos, os quais o autor aponta estarem interligados, sendo o segundo uma subespécie do primeiro. Dessa forma, Miguel esclarece que, o capital heroico é originado de uma ação inaugural, que foi realizada em situação de crise. Quanto ao capital convertido, o autor estabelece que ele surge quando

[...] a notoriedade e a popularidade obtidas em outras áreas são transferidas para a política. É o caso, por exemplo, de intelectuais, artistas ou esportistas que ingressam na vida parlamentar. Neste caso, é relevante identificar a “taxa de conversão”, que varia de espécie de capital para espécie de capital e é função das próprias lutas políticas (MIGUEL, 2003, p. 121).

Seguindo a discussão, Miguel (2003) destaca que o político de capital convertido possui um grande capital não político e busca convertê-lo para alcançar posições mais elevadas, salientando, ainda, que os diferentes tipos de capital possuem eficácia diferenciada ao migrarem de um campo para outro. Dessa forma, o campo político tenta impor taxas de conversão diferenciadas para cada tipo de capital. Por exemplo, o capital econômico é convertido com facilidade em capital educacional, em virtude da possibilidade de investimento em educação, já sua conversão em capital artístico é mais difícil.

Além do supradito, a respeito do campo político, Bourdieu (1989) elucida que ele é o lugar de concorrência pelo poder, através da disputa pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte, ou da totalidade dos “profanos¹⁶”. O porta-voz apropria-se da palavra, muitas vezes do silêncio, e da força do grupo, contribuindo para sua produção ao conceder uma palavra que será reconhecida como legítima no campo político. A força de suas palavras mede-se pela capacidade de mobilização que elas possuem e pelo poder do grupo que as reconhece.

Dessa forma, o autor também indica que o campo político é um campo de lutas e que a vida política pode ser descrita através da lógica da oferta e da procura, em virtude da

¹⁴ Nesse sentido, alguns nomes de pessoas famosas que se tornaram políticas no Brasil podem ser conferidos nos seguintes endereços:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/outsidere-na-politica-relembre-dez-famosos-que-foram-eleit-os-no-brasil-6emza2aph0emnz4pf86zubnlg/>;

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/outsidere-na-politica-relembre-dez-famosos-que-foram-eleit-os-no-brasil-6emza2aph0emnz4pf86zubnlg/>;

¹⁵ O autor esclarece que, capital delegado é “entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária” (MIGUEL, 2003, p. 121).

¹⁶ Os profanos são aqueles agentes que não possuem as condições necessárias para adentrar no campo político.

desigual distribuição dos instrumentos de produção e de representação do mundo social. Assim, é no campo político que se geram, na concorrência entre os agentes envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, dentre os quais os cidadãos comuns, os “consumidores”, devem escolher. À vista disso:

O campo político como campo de produção produz visões de mundo, cada grupo, classe ou fração de classe trata de transformar seus interesses particulares em interesses gerais. Cada fração trata de fazer crer ao campo consumidor que seu produto vai preencher melhor as suas necessidades. Neste sentido, o capital político é o capital simbólico por excelência (PINTO, 1996, p. 226)

Ademais, o campo político é permeado de lutas simbólicas, nas quais os adversários portam “armas”, capitais e poderes simbólicos, desigualmente distribuídos. Consequentemente, o capital político “É, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2011, p. 204). Além disso, importante salientar que há uma

[...] capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas (uma das grandes tarefas permanentes da sociologia é a de recolocar a história no princípio de diferenças que, espontaneamente, são tratadas como diferenças naturais). Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de portavoz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação (BOURDIEU, 2011, p. 196)

Quanto ao capital político, Bourdieu (1989) descreve-o também como uma forma de capital simbólico, isto é, um crédito, que é firmado na crença e no reconhecimento, pelas inúmeras operações, através das quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhes reconhecem. É uma força objetiva, produto de atos de reconhecimento, que, como crédito e credibilidade, só existe na e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. Isso porque,

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (MIGUEL, 2003, p. 121).

Assim, tendo em mente que “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos (BOURDIEU, 1989, p. 159)”, importante esclarecer que o poder simbólico está totalmente relacionado ao capital político. Isso porque, é um poder dado por aquele que está sujeito, para aquele que o exerce. Trata-se de um crédito, uma fé, uma autoridade, a qual ele

lhe deposita através de sua confiança. É um poder que só existe porque aquele que está sujeito acredita que ele exista (BOURDIEU, 1989):

Os agentes que estão em concorrência no campo de manipulação simbólica têm em comum o fato de exercerem uma ação simbólica. São pessoas que se esforçam para manipular visões de mundo (e, desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade social [...]. Todas essas pessoas que lutam para dizer como se deve ver o mundo são profissionais de uma forma de ação mágica, que, mediante palavras capazes de falar ao corpo, de “tocar”, fazem com que se veja e se acredite, obtendo desse modo efeitos totalmente reais, ações (BOURDIEU, 1990, p. 122).

A partir da Teoria do Campos de Bourdieu, é possível aduzir que as candidatas da Segurança Pública acumulam capital cultural e social em seu ambiente profissional, através da vivência dos valores e das práticas que permeiam as corporações militares e policiais. Assim, fazendo uso da visibilidade que o cargo agrega a sua imagem pessoal, bem como aproveitando-se das condições políticas, que permitiram a emergência do discurso policial/militarizado, nos últimos anos, as candidatas mobilizam o capital adquirido e acumulado, através de sua experiência profissional, buscando convertê-lo em capital político. Dessa forma, elas buscam transpor as barreiras de seu campo originário, facilitando seu ingresso no campo político.

Por essa razão, essas mulheres exploram em suas campanhas eleitorais seu pertencimento a um grupo profissional específico, detentor de expertise e técnicas próprias. Desta forma, elas também se distinguem de outras candidaturas. Como será analisado posteriormente, essas candidatas, em suas campanhas eleitorais, lançam mão de pautas e criam uma identidade política vinculada à temática securitária-repressiva, voltada ao combate da criminalidade, recrudescimento da vigilância sobre a população e sobre o sistema penal.

Conforme apontam Cioccarri e Persichetti (2018), os/as candidatos/as utilizam o discurso do medo, para amparar suas campanhas, aproveitando a conjuntura de um país cuja maioria da população lida cotidianamente com a violência urbana. Além disso, a imagem do delinquente é construída em oposição ao "cidadão de bem", um "outro" que, por seus crimes, atrapalha o bom andamento da sociedade. Assim, devido ao papel social assumido pelas forças de segurança pública, seus agentes sentem-se como indivíduos dotados de uma missão, dada por sua profissão, como guardiões da sociedade e da ordem. Possuem um perfil anti-pluralista e apresentam pouca abertura para outros temas, que não envolvam a segurança pública (Macaulay, 2019):

Os aspectos identitários da vida policial como a valorização das tradições, da moralidade cristã e a espetacularização dos embates são transpostos para a vida política como forma de justificativa da proteção desses “cidadãos de bem”, o que aponta para uma cidadania cindida pela desigualdade abertamente admitida entre aqueles que merecem usufruir de seus direitos - em especial, o direito à vida - e aqueles que abandonaram o direito à cidadania para entrar no crime (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018, p. 206).

Logo, ao fazer a conversão do capital acumulado durante sua trajetória profissional, o objetivo das candidatas é adquirir o capital necessário para adentrar no campo político. O intuito delas é que as demandas e necessidades de sua classe profissional, bem como as voltadas para parte da população, simpática às medidas mais repressivas e de combate à criminalidade, sejam verdadeiramente ouvidas, consideradas e postas em prática, através dos mecanismos políticos disponíveis para os ocupantes de cargos eletivos. Isso porque:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial - isto é, explícita e pública - da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxonomias instituídas, como os títulos (BOURDIEU, 1989. p. 146).

É notável como a carreira, as experiências e a visibilidade profissional influenciaram e contribuíram para que as candidatas da segurança pública se lançassem na corrida eleitoral. Especialmente após a deposição da Presidente Dilma, no ano de 2016, e da vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, nas eleições de 2018. A conversão do capital profissional em capital político, foi o que fortaleceu e ajudou a construir a imagem política de cada uma destas mulheres e das respectivas agendas eleitorais.

Como destacado acima, o capital pessoal de notoriedade, adquirido no desenvolvimento do trabalho junto aos órgãos de segurança pública, assim como as pautas que vinculam essas candidatas à proteção da sociedade, da moralidade e dos bons costumes, garantiu-lhes maior visibilidade junto ao eleitorado, o que contribuiu para o sucesso de algumas dessas candidaturas, como se verá no capítulo 4.

3 Da segurança pública para a política institucional: candidaturas femininas

No presente capítulo, pretende-se traçar o perfil sociopolítico das candidatas que apresentaram vinculação profissional com a Segurança Pública e que concorreram ao cargo de Deputada Federal, nas eleições de 2018 e 2022. A escolha de estudar esse grupo em específico, se deu em virtude do significativo crescimento das candidaturas, que vincularam suas campanhas eleitorais a temas referentes à segurança pública, por exemplo, controle da criminalidade, recrudescimento das medidas de segurança e assuntos relacionados.

Por esse motivo, ao traçar o perfil sociopolítico, o objetivo é lançar um olhar mais aprofundado sobre as 157 postulantes ao cargo de Deputada Federal nas duas últimas eleições, que usaram seu vínculo profissional com a Segurança Pública nas suas campanhas e nas agendas eleitorais. Para traçar o perfil dessas candidatas, foi elaborado um banco de dados, reunindo um conjunto de variáveis tais como: nome registrado na urna, filiação partidária, estado/domicílio eleitoral, idade, escolaridade e profissão declarada. Para tanto, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, incluindo o TSE, páginas oficiais das candidatas e matérias veiculadas na mídia.

Outrossim, antes de avançar com a proposta central deste capítulo, cabe abordar as condições objetivas que serviram para emergir este tipo de candidatura no cenário eleitoral brasileiro recente: dados sobre a criminalidade no país. Isso porque, o aumento da criminalidade e da insegurança no cenário brasileiro pode contribuir para o crescimento das candidaturas de servidores da segurança pública, uma vez que tais atores aproveitam de seu *status* profissional e, através dele, buscam ingressar no campo da representação, convertendo-o em capital político. Para esta migração de um campo para outro, mobilizam discursos que fomentam na população sentimentos de insegurança e indignação com relação aos índices de criminalidade e violência social, fazendo disso um artifício para conquistar votos (NOVELLO E ALVAREZ, 2022).

3.1 Segurança pública em números: a criminalidade urbana no Brasil

Como já destacado anteriormente, as demandas acerca da implementação e recrudescimento de medidas de segurança pública têm ganhado espaço e chamado a atenção da população brasileira. Cada vez mais, surgem reivindicações voltadas para providências envolvendo questões nessa área, tais como: aumento da repressividade e do controle estatal da criminalidade, manutenção da ordem pública, expansão do policiamento, diminuição da maioria penal, construção e aumento do sistema carcerário, entre outras ações.

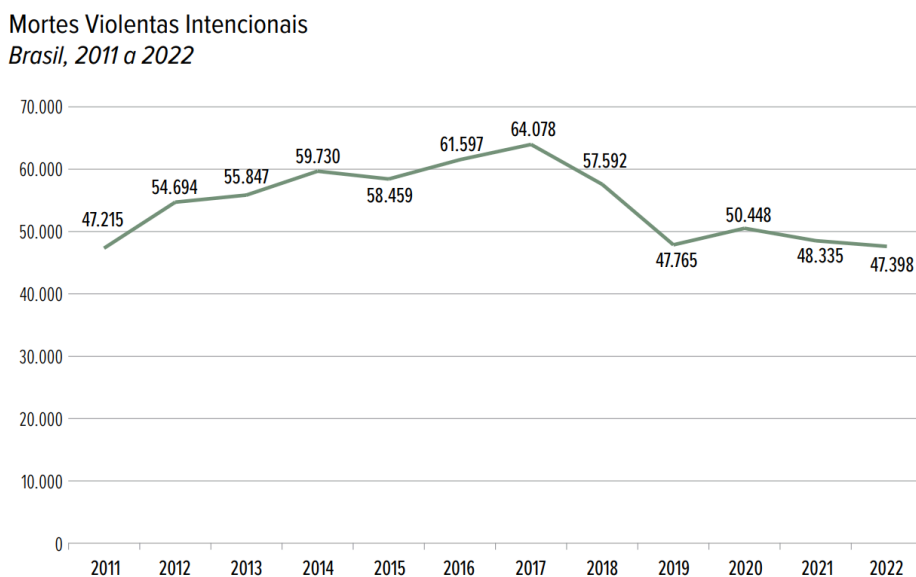
Neste sentido, os motivos por trás de tais reivindicações envolvendo a segurança, são os mais variados, como a ocorrência de diversas práticas delitivas, que colocam a população em estado de alerta e constante medo da violência nos principais centros urbanos do país. Tal cenário acaba propiciando a ascensão de candidaturas que apontam a falta de estrutura e o financiamento estatal, para as instituições encarregadas de manter a ordem e a segurança pública. Esses discursos surgem como um recurso apelativo, a ser explorado em campanhas eleitorais, como identificado no caso das candidatas novatas a cargos eletivos e que precisam tornar-se conhecidas junto ao eleitorado.

A preocupação com a violência e criminalidade não é de todo descabida. Segundo o Observatório de Segurança Pública (OSP), na última década, esta área passou a ser considerada uma questão fundamental e principal desafio ao Estado brasileiro. Dessa forma, ganhou considerável visibilidade pública e está muito presente nos debates de especialistas, assim como desperta interesse na população em geral, isso porque:

Os problemas relacionados com o aumento das taxas de criminalidade, o aumento da sensação de insegurança, sobretudo nos grandes centros urbanos, a degradação do espaço público, as dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da justiça criminal, a violência policial, a ineficiência preventiva de nossas instituições, a superpopulação nos presídios, rebeliões, fugas, degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei, corrupção, aumento dos custos operacionais do sistema, problemas relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais e morosidade judicial, entre tantos outros, representam desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil (OSP, 2023).

Conforme os dados apresentados pelo 17º Anuário de Segurança Pública, a taxa de mortes violentas no Brasil é elevada, a considerar que entre 2011 e 2022, sempre esteve acima de 47 mil mortes, atingindo o ápice no ano de 2017, quando chegou a 64.075. A partir daí, entrou em descenso, conforme demonstra a Figura 1 a seguir apresentada.

Figura 1: Gráfico Mortes Violentas intencionais¹⁷ no Brasil, de 2011 a 2022



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023

A variação nas taxas apresentadas acima, bem como a queda observada a partir de 2019, ocorrem por vários motivos. Segundo Figueiredo (2022), geralmente, a literatura classifica os determinantes do crime em dois grupos: um econômico, associado ao nível e distribuição de renda, e o outro, mais relacionado com a segurança pública, como crescimento do tráfico de drogas, baixo investimento na referida área, corrupção, posse e porte de armas, atuação do poder judiciário e outros.

A conexão complexa entre variáveis econômicas e crime, além do baixo número de evidências causais ligando aspectos relacionados à segurança pública e taxa de homicídios, geram uma série de questões relativas à dinâmica recente da taxa de homicídios brasileira. O fato é que após atingir um pico em 2017, a taxa de homicídio brasileira vem apresentando uma queda expressiva e nunca antes registrada nessa série temporal (FIGUEIREDO, 2022, p. 06).

Neste estudo, ao analisar os números de mortes violentas em cada Unidade da Federação (UF), é possível notar que o estado mais violento no ano de 2022 foi o Amapá, seguido pela Bahia e pelo Amazonas. No outro extremo, as Unidades com menores taxas de

¹⁷ Segundo o FBSP (2022, p.24) “mortes violentas intencionais (MVI), categoria criada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que agrega as vítimas de homicídio doloso (incluindo feminicídios e policiais assassinados), roubos seguidos de morte, lesão corporal seguida de morte e as mortes decorrentes de intervenções policiais.”

A categoria de mortes violentas intencionais (MVI) inclui os registros de homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte, as mortes provocadas pelas polícias e o número de policiais mortos, a partir das bases de dados criminais produzidos pelas Unidades da Federação. A utilização dessa categoria de mortes violentas intencionais é, portanto, uma opção metodológica adotada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para dar visibilidade ao fenômeno da violência letal registrada pelas organizações policiais no país em todas as suas esferas. Isso porque a categoria “homicídio doloso” não inclui dois tipos criminais importantes para compreensão da violência: o roubo seguido de morte (latrocínio) e as mortes decorrentes de intervenções policiais, também chamadas de autos de resistência. (LIMA, 2019, p. 65-66).

violência letal foram: São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal. Na Figura 2, estão elencadas todas as UFs, com seus respectivos números absolutos e taxas de MVI:

Figura 2: Mortes Violentas Intencionais x Estado (2021 e 2022)

Brasil e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais - MVI				
	Número Absoluto		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)
	2021 ⁽³⁾	2022	2021	2022	
Brasil	48.335	47.398	23,9	23,3	-2,4
Acre	194	237	23,6	28,6	21,0
Alagoas	1.138	1.186	36,4	37,9	4,2
Amapá	491	371	67,4	50,6	-25,0
Amazonas	1.672	1.531	42,8	38,8	-9,3
Bahia	7.069	6.659	50,0	47,1	-5,9
Ceará	3.419	3.123	39,0	35,5	-9,0
Distrito Federal	351	318	12,6	11,3	-10,1
Espírito Santo	1.170	1.122	30,7	29,3	-4,8
Goiás	1.863	1.780	26,7	25,2	-5,6
Maranhão	2.024	1.897	29,9	28,0	-6,5
Mato Grosso	889	1.072	24,6	29,3	18,9
Mato Grosso do Sul ⁽⁴⁾	511	515	18,7	18,7	-0,2
Minas Gerais ⁽⁴⁾	2.523	2.588	12,3	12,6	2,2
Pará	2.964	2.997	36,7	36,9	0,6
Paraíba ⁽⁴⁾	1.108	1.036	28,0	26,1	-6,9
Paraná	2.404	2.595	21,2	22,7	7,2
Pernambuco ⁽⁴⁾	3.370	3.423	37,3	37,8	1,3
Piauí ⁽⁴⁾	780	818	24,0	25,0	4,5
Rio de Janeiro	4.762	4.485	29,7	27,9	-5,8
Rio Grande do Norte	1.308	1.212	39,7	36,7	-7,7
Rio Grande do Sul	1.977	2.044	18,2	18,8	3,2
Rondônia ⁽⁴⁾	475	542	30,1	34,3	14,0
Roraima	232	194	37,4	30,5	-18,4
Santa Catarina	746	689	10,0	9,1	-9,0
São Paulo ⁽⁵⁾	3.666	3.735	8,3	8,4	1,3
Sergipe	795	768	36,2	34,8	-3,9
Tocantins	434	461	28,9	30,5	5,5

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023

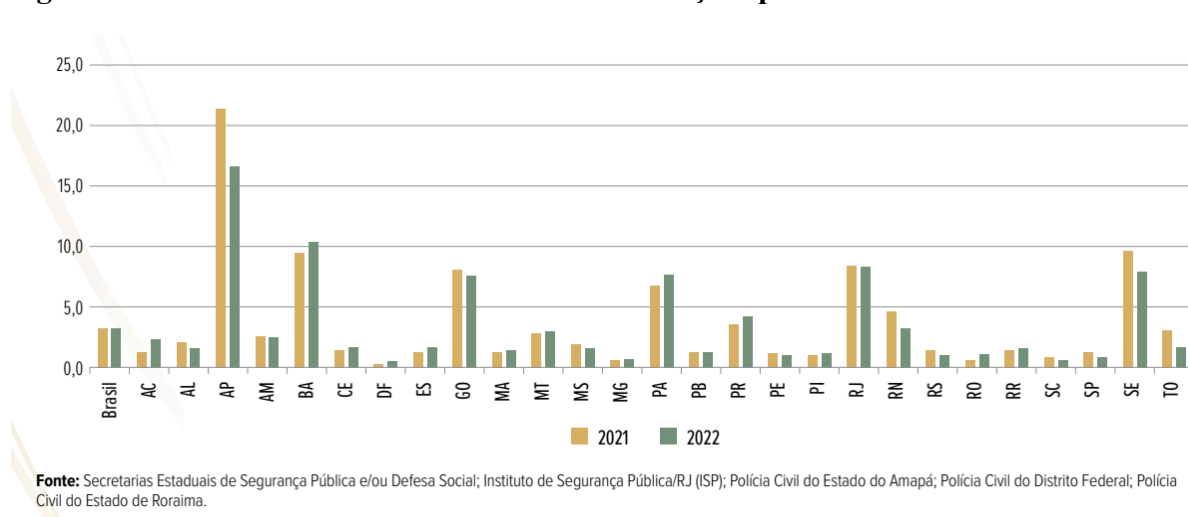
O Anuário (2023) esclarece que a mensuração da violência entre os diferentes estados exige que os números absolutos dos fenômenos analisados sejam ponderados, a partir de um denominador padronizado. No caso das mortes violentas, o denominador é a população de cada unidade federativa, uma vez que tais eventos estão diretamente relacionados com o indivíduo. Assim, tal abordagem não implica em ignorar situações de violência extremada, em locais e regiões específicas, no entanto, ao considerar a população geral, essas situações podem não ter um impacto significativo.

Isso explica porque estados como São Paulo e Rio de Janeiro não são destacados como mais violentos, apesar de apresentarem números absolutos elevados de violência¹⁸. Esses estados possuem uma população consideravelmente grande¹⁹, o que resulta em taxas de violência proporcionalmente menores em comparação a estados menos populosos. Nesse sentido, sobre a variação dos índices de violência nas Unidades da Federação, o Observatório da Segurança Pública explica que:

O Brasil possui localidades críticas de incidência de mortes violentas que, geralmente, estão mais presentes em municípios imersos em determinados contextos como: proximidade a fronteiras internacionais; litorâneos de médio e grande porte; grande população e alto PIB; regiões de conflitos agrários; e zonas com forte sistema de pistolagem (OSP).

Outro dado interessante que aparece no Anuário, e merece ser destacado, é a taxa de mortes decorrentes de intervenção policial. Nesse sentido, em 2022, o Amapá apresenta a taxa mais alta de letalidade policial, mais de uma em cada três mortes violentas intencionais, foi causada pelos agentes das forças públicas. Na sequência estão a Bahia e o Rio de Janeiro²⁰. Por outro lado, Pernambuco e Rio Grande do Sul²¹ têm as menores taxas: duas mortes causadas por policiais para cada 100 mil habitantes (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Na Figura 3 abaixo, apresenta-se a distribuição das mortes decorrentes de intervenções policiais nos estados brasileiros, nos anos de 2021 e 2022:

Figura 3: Taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais nos anos de 2021 e 2022



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023²²

¹⁸ Em 2022 o Rio de Janeiro apresentou 4.485 mortes violentas e São Paulo 3.735.

¹⁹ Segundo o censo de 2022, São Paulo conta com 44.411.238 habitantes e o Rio de Janeiro 16.055.174 habitantes. São os estados mais populosos do Brasil, juntamente com Minas Gerais concentravam 39,9% da população brasileira em 2022. Em São Paulo vivia cerca de um quinto da população brasileira (21,8%).

²⁰ Seguidos do Sergipe, Pará e Goiás (IBGE, 2023).

²¹ Seguidos de Rondônia e Piauí.

²² Gráfico extraído do site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Os dados apresentados na Figura 3 demonstram que a letalidade policial no Brasil é relevante, tornando os agentes das forças públicas um dos principais causadores de mortes violentas intencionais, evidenciando que “O medo que emerge através da percepção de fragilidade serve como um dispositivo de governo e autoriza o uso da força desmedida por parte das instituições” (TELES, 2018, p. 79). No mesmo sentido, Lima (2019) evidencia que a violência é uma constante no país, seja ela cometida pelos criminosos ou pelos agentes do Estado. Assim, a violência estatal é legitimada como uma resposta legítima ante o crime, a insegurança e o medo, encontrando aceitação como parte de nossas relações sociais e, por consequência, reforçando e perpetuando essa dinâmica na sociedade:

Vivemos numa guerra muda que parece não mais provocar indignação social desde que circunscrita às periferias e favelas. E, em meio à exploração do medo e desse traço de identidade do brasileiro, mercadores misóginos e intolerantes da morte, travestidos de justiceiros e defensores da moral e dos bons costumes, dos “indefesos” e “desarmados” cidadãos, vão ganhando eleições e espaço no debate público da década de 2010 (LIMA, 2019, p. 64-65).

É neste contexto político e social que os profissionais da Segurança Pública, em geral, encontram motivação para ingressar na carreira política, como também é o caso das candidatas objeto deste estudo. Além disso, para compreender o crescimento dessas candidaturas nas duas últimas eleições, é necessário refletir sobre o avanço do neoconservadorismo no cenário político brasileiro, a partir de 2016.

Essa expansão, conforme já abordado no capítulo anterior, permitiu que emergissem pautas eleitorais voltadas para o resguardo da moralidade, a restauração da lei e o restabelecimento da ordem. Como se verá no próximo Capítulo, a emergência dessas temáticas encontra abrigo nas candidaturas ligadas à partidos de direita, tal como identificado em algumas das candidatas em análise nesta dissertação.

Dessa forma, desde o ano de 2010, políticos com apelos eleitorais voltados para pautas “justiceiras”, pregando a valorização e defesa da família, da moral e dos bons costumes, vêm ganhando espaço eleitoral. Por esse motivo, muitos representantes e candidatos a cargos eletivos têm intensificado discursos, que vão ao encontro de uma fração do eleitorado brasileiro, que acolhe e propaga debates clamando por mais medidas de segurança pública e mais repressivas. Aproveitando-se dessa conjuntura, muitos agentes das forças repressivas estatais, utilizam sua experiência profissional para adquirir visibilidade e ganhar popularidade e, assim, impulsionar suas candidaturas a mandatos eletivos, despertando confiança no eleitorado, na medida em que

A experiência profissional dos agentes públicos incumbidos da segurança é um recurso social facilmente instrumentalizável durante as campanhas, uma vez que demandas nesse campo tendem, em geral, para o reforço e/ou a ampliação das formas mais repressivas de controle social (BERLATTO, CODATO, BOLOGNESI, 2016, p. 80).

Além disso, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), em análise das candidaturas de profissionais da Segurança Pública, explica que

O foco político dos candidatos ligados à segurança pública desloca-se para a defesa da ideia de enfraquecimento das travas legais impostas aos policiais e para a liberdade de eles próprios determinarem a legitimidade da narrativa e das ações que estruturam as representações sociais acerca dos rumos e sentidos das políticas de segurança pública e de administração de conflitos de uma sociedade – a exemplo da defesa por parte de Jair Bolsonaro da ampliação da excludente de ilicitude para todas as mortes decorrentes de intervenção policial, independentemente de investigação sobre a legitimidade dos fatos geradores de tais mortes e o controle da legalidade feito pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. As polícias estão, cada vez mais, buscando ganhar autonomia em relação aos controles civis que, na prática, já as controlavam apenas excepcionalmente nas últimas décadas, em uma arquitetura institucional que fortalece a figura do presidente da República. Isso é ainda mais sensível em momentos em que líderes populistas e autoritários, como Jair Bolsonaro, ocupam tal cargo (FBSP, 2022, p. 05)

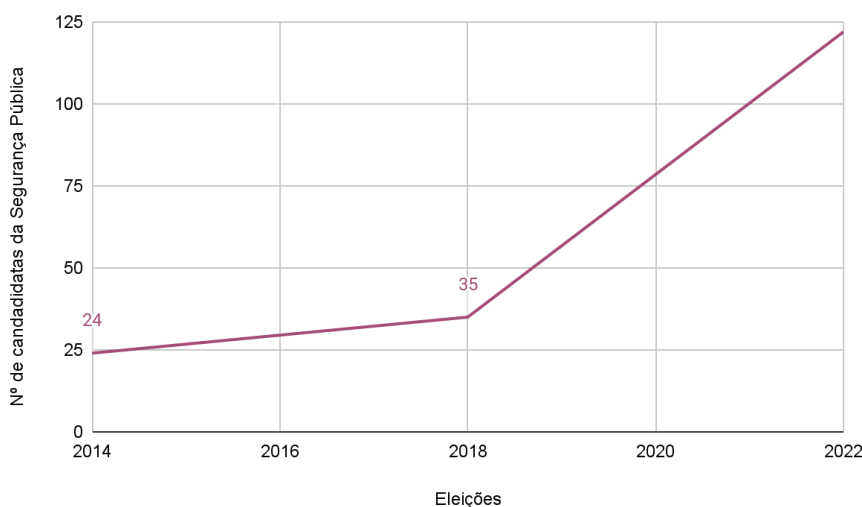
Considerando todas as informações até aqui expostas, passa-se a análise direcionada ao perfil das mulheres provenientes das instituições estatais, vinculadas à segurança pública, que se lançaram na corrida eleitoral em busca de mandato na Câmara dos Deputados em 2018 e 2022.

3.2 Perfil sociopolítico das candidatas da segurança pública nas eleições de 2018 e 2022

Nesse tópico será abordado um conjunto de variáveis que permitem delinear o perfil sociopolítico das 157 candidatas da Segurança Pública, que se apresentaram para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, nos pleitos de 2018 e de 2022. Primeiramente, com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico das candidatas, serão analisados os dados envolvendo: idade, cor/raça, escolaridade e estado civil. Na sequência, serão examinadas as variáveis político-partidárias: filiação partidária, campo ideológico e estado/domicílio eleitoral. O objetivo é detalhar quem são estas mulheres que adentram no campo político usando as especificidades da sua carreira profissional, em especial no combate ao crime e no cuidado/proteção da sociedade.

Nas eleições de 2018, 35 candidatas ao cargo de Deputada Federal possuíam vínculos com as forças de segurança pública. Em contraste, nas eleições de 2022, houve um salto significativo, esse número quase quadruplicou, passando para 122 candidaturas.

Gráfico 1: Candidatas das Forças de Segurança Pública para o Cargo de Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Essa expansão é resultado de uma série de fatores, como discutido no capítulo anterior. Um dos principais motivos é o avanço e a disseminação do neoconservadorismo, especialmente após o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, que preparou as condições para a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018. Assim, a ampliação de candidaturas da direita/extrema-direita desencadeou vários debates envolvendo questões relacionadas à moralidade, à família tradicional brasileira, à criminalidade urbana, entre outros temas. A partir dessa conjuntura, favorecedora da emergência desse tipo de candidatas, é que se tem as condições para o seu crescimento numérico e a consolidação da sua presença no cenário eleitoral. Isso porque, encontram nesse contexto uma possibilidade de instrumentalizar politicamente a sua identidade profissional, associada à Segurança Pública.

O proeminente aumento dessas candidaturas desperta interesse em estudá-las no âmbito acadêmico, lançando um olhar mais atento sobre elas. Busca-se, dessa forma, identificar como é o perfil sociopolítico dessas candidatas que emergiram na política nacional nos últimos anos.

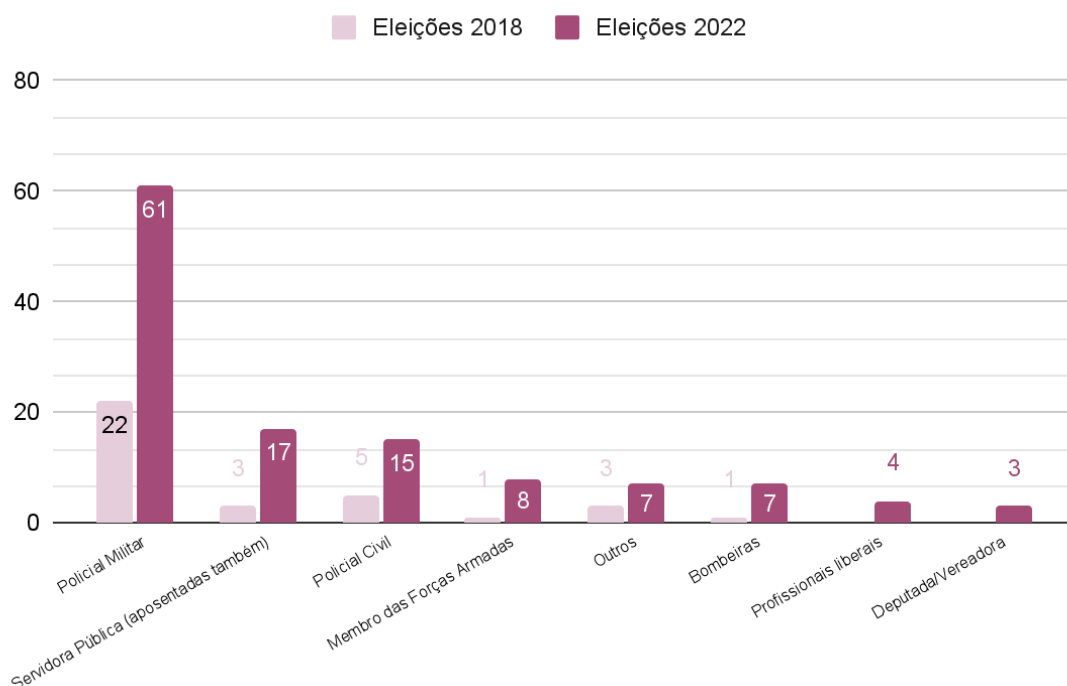
3.2.1 Ocupações declaradas e uso do título profissional no nome de urna

Antes de analisar os dados declarados pelas postulantes ao cargo de Deputada Federal, é importante esclarecer sobre o preenchimento da informação “ocupação”, declarada pelas mesmas ao realizar o registro de suas candidaturas junto ao TSE. Também merece esclarecimento a utilização do cargo, título ou patente registrado como “nome de urna”. Todos os candidatos e candidatas devem registrar sua candidatura junto à Justiça Eleitoral e, a partir

destas fichas de inscrição, é possível extrair informações básicas sobre cada um/a. Para fins desta dissertação dois itens foram importantes de serem buscados: o nome adotado para a urna e a ocupação declarada.

Dentre as principais profissões declaradas pelas candidatas aparecem como resposta: advogada, médica, servidora pública, além do cargo eletivo²³. A seguir, a distribuição das ocupações declaradas nas eleições de 2018 e 2022:

Gráfico 2: Ocupações declaradas no registro de candidatura x ano eleitoral (2018 e 2022)²⁴



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Os dados apresentados revelam que, em ambas as eleições, a profissão mais comum entre as candidatas foi a de policial militar, representando 62,8% das candidaturas em 2018 e 50% na eleição subsequente. No entanto, houve uma variação nas ocupações que aparecem em segundo lugar: em 2018, foi a de policial civil, com 14%, enquanto em 2022, foi a de servidora pública, também com 14%.

Os dados encontrados no pleito de 2022 seguem a tendência geral das candidaturas de policiais, identificadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde policiais

²³ Servidor Público Estadual, Servidor Público Federal, Outros, Advogado, Deputado, Servidor Público Civil Aposentado, Médico, Vereador, Servidor Público Municipal

²⁴ A categoria “Profissionais liberais” inclui médicas e advogadas.

A categoria “Servidora Pública” inclui os três níveis de atuação: Federal, Estadual e Municipal.

militares foram os que mais disputaram as eleições, em comparação com outras instituições militares, como se pode ver na próxima Tabela do FBSP.

Figura 4: Candidatos da Segurança Pública - eleições de 2022

Candidatos policiais, por ocupação informada ao TSE

Ocupação informada	Candidatos policiais
Policial Militar	824
Militar Reformado	244
Policial Civil	192
Bombeiro Militar	119
Membro das Forças Armadas	60
Outras ocupações	449
Total	1.888

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - Dados gerados em 19/08/22 às 13h06; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Obs: Total de policiais calculado a partir das ocupações e dos nomes de urna dos candidatos.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública²⁵

Como estratégia e forma de atrair a atenção do eleitorado, as candidatas aqui estudadas, registraram seus cargos/funções com o nome a ser utilizado na urna, ou seja, esse "nome de registro", que aparece em todo material de campanha (folhetos, propagandas, “santinhos”), na propaganda veiculada no período do horário eleitoral gratuito, bem como na urna eletrônica no dia da votação. Dentre as 157 candidatas analisadas, 108 utilizaram essa estratégia, representando 63% em 2018 e, na eleição seguinte, chegando a 70,5%, com destaque para as patentes de sargento, cabo e delegada.

²⁵ Tabela extraída do Informe de Análise das candidaturas de profissionais da Segurança Pública nas eleições de 2022.

Quadro 1: Distribuição nome de urna x ano eleitoral (2018 e 2022)

Nome de registro	Eleições 2018		Eleições 2022	
	N	%	N	%
Sargento (SGT)	6	27%	21	25%
Cabo (CB)	6	27%	6	7%
Delegada	3	14%	13	15%
Major	3	14%	5	6%
Coronel	2	9%	9	11%
Policial	1	4,5%	6	7%
Tenente	-	-	7	8%
Capitã			5	6%
Subtenente (Sub Ten)	-	-	4	5%
Policial federal ou “Federal”	-	-	3	4%
Bombeira	-	-	2	2%
Inspetora	-	-	2	2%
Outras ²⁶	1	4,5%	3	3%
Totais	22	100%	86	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Ao associar sua imagem política à função desempenhada junto aos órgãos de Segurança Pública, elas pretendem atingir uma parcela do eleitorado simpática aos discursos de mais ordem na sociedade e, desta forma, potencializar sua capacidade de angariar votos. Assim, buscam capitalizar politicamente em cima da imagem de heroínas e defensoras da população brasileira, buscando transpor para o cenário político-eleitoral essa admiração de uma parcela da sociedade²⁷. A ideia subjacente é que essas profissionais, ao ingressarem na política institucional, poderiam intervir efetivamente na construção de um país mais seguro, livre de ameaças e violências:

²⁶ “Suboficial”, “Comissionária” e “Civil”.

²⁷ Segundo pesquisa desenvolvida pelo IPEC em 2023, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Federal são as instituições que apresentaram maior grau de confiabilidade entre a população. Para ver mais: https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_ICCS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2023.pdf.

Além disso, como em qualquer outra profissão, corporações policiais desenvolvem interesses próprios. Nelas podem surgir, como de fato surgem, notoriedades pessoais: comandantes carismáticos, ativistas de diferentes causas, principalmente trabalhistas, líderes de greves, agenciadores de questões com grande apelo social (a luta contra “a violência”, “a criminalidade”, “a corrupção”, “a impunidade” etc.) e, naturalmente, os paladinos de causas ultraconservadoras. Há todo incentivo institucional para que candidaturas personalistas assim prosperem mesmo com pouca identificação partidária [...] (BERLATTO, CODATO, BOLOGNESI, 2016, p. 91)

Para uma maior compreensão dessas candidatas oriundas de instituições militares, passa-se a análise de seu perfil sociopolítico. Essa análise revelará informações mais abrangentes, para compreender o crescente interesse dessas mulheres pela política no Brasil, em especial nas duas últimas eleições.

3.2.2 Quem são elas? Perfil sociodemográfico das candidatas

Neste subitem, serão analisadas as variáveis sociodemográficas das candidatas: idade, escolaridade, faixa etária, cor/raça e estado civil, visando traçar um perfil das candidatas ligadas à Segurança Pública, que se lançaram na disputa pelo cargo de Deputada Federal nas eleições de 2018 e 2022.

As 157 candidatas em análise tinham entre 22 e 66 anos, havendo concentração na faixa etária 3 (40 - 49 anos), tendo como idade-média 47 anos, em ambas as eleições. Os dados podem ser visualizados no Quadro abaixo.

Quadro 2: Faixa etária das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)

Faixa etária	Eleições 2018		Eleições 2022	
	N	%	N	%
De 20 a 29	-	-	1	1%
De 30 a 39	8	23%	10	8%
De 40 a 49	15	43%	66	54%
De 50 a 59	9	26%	37	30%
60 anos ou +	3	8%	8	7%
Totais	35	100,00%	122	100,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Ao examinar os dados, percebe-se que a faixa etária das candidatas não sofreu alterações significativas de uma eleição para outra, permanecendo a maior concentração na faixa entre 40 e 49 anos. Porém, houve um decréscimo entre as candidaturas mais jovens (30 - 39 anos). Essa faixa etária com maior incidência, é onde também se encontram a maioria do grupo total de mulheres que se lançaram candidatas à Câmara dos Deputados nas referidas

eleições, conforme dados do TSE²⁸. Como já identificado em outros estudos²⁹, a maior concentração de candidatas e eleitas ao cargo de Deputada Federal na faixa etária entre 40 e 59 anos, indica a entrada tardia das mulheres no campo da representação política. Supõem-se que depois dos 40 anos, as mulheres já possuem uma vida pessoal mais estável, com menos preocupações relacionadas à criação dos filhos e construção de carreira, por exemplo. Como destacado no capítulo anterior, é importante levar em conta que a divisão social dos papéis sexuais relegou a mulher à esfera privada, de trabalho doméstico, maternidade e cuidado dos idosos, impossibilitando-as de uma participação mais efetiva na esfera pública e, conseqüentemente, na política institucional. Uma vez que

Entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor. O insulamento na vida doméstica retira delas a possibilidade de estabelecer a rede de contatos necessária para se lançar na carreira política. Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral como responsáveis pelo lar, no fenômeno conhecido como “dupla jornada de trabalho”, tendo reduzido seu tempo para outras atividades, incluída aí a ação política. Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar (MIGUEL, 2014, p. 94)

Dentro desta perspectiva, e já tratado anteriormente, muitas são as causas para a escassa participação feminina na política, como, por exemplo, a falta de recursos financeiros ou de tempo para investir na preparação política e dedicar-se à campanha eleitoral. É preciso ter em vista que, as mulheres acima dos 40 anos já possuem uma vida pessoal mais estruturada e, por conta disso, podem dispor de mais tempo para realizar ativismo social e/ou participar de atividades partidárias e, até mesmo, ter condições financeiras melhores para empreender a corrida eleitoral. Tais fatores possibilitam iniciar e se dedicar com mais afinco à sua carreira política, do que mulheres mais jovens.

Os grupos dominantes dispõem de mais bens materiais, que lhes permitem agir de forma eficaz na arena política. Está incluído aí o tempo livre, primeiro recurso necessário para a atividade política. No caso das mulheres, essa é uma exigência particularmente importante. A presença no campo político, sobretudo a ocupação de suas posições mais centrais, carrega exigências de disponibilidade de tempo que trabalham de forma objetiva contra aqueles que estão presos a outros tipos de compromisso. Como, dada a organização atual da sociedade, as mulheres são as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas, o tempo se torna uma barreira importante para o início ou o progresso de uma carreira política; com frequência, limitam sua ambição [...] (MIGUEL, 2014, p. 105).

Além disso, é possível inferir que, as mulheres acima de 40 anos, já concluíram sua formação universitária e estão com suas carreiras profissionais mais desenvolvidas ou

²⁸ <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?session=9263859408091>

²⁹ Segundo dados da Câmara dos Deputados (2018), nas eleições de 2018, 56,8% das candidatas à Deputada Federal tinham entre 40 a 59 anos. No mesmo sentido, Cypriano *et al* (2022), apontou que a média de idade das mulheres que concorreram à Câmara dos Deputados em 2018 e 2022 estava em torno dos 46 anos. Além disso, segundo dados coletados no Observatório Nacional da Mulher na política, das 91 Deputadas Federais eleitas em 2022, quase 30% (27) estavam na faixa entre 40 e 49 anos (ONMP, 2024).

estáveis. Essa inferência é respaldada pelos dados apresentados no Quadro 3, onde se denota uma predominância de candidatas com Ensino Superior completo ou incompleto. Em 2018, esse grupo representava 66% das candidatas, aumentando para 84% em 2022.

Quadro 3: Escolaridade das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)

Escolaridade	2018		2022	
	N	%	N	%
Ensino Superior ³⁰	23	66%	103	84%
Ensino Médio	11	31%	19	16%
Ensino Fundamental	1	3%	-	-
Totais	35	100%	122	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Tendo em vista que as mulheres aqui analisadas possuem carreira profissional em instituições da segurança pública, as quais, em sua maioria, requerem aprovação em concurso público para ingresso no quadro de servidores, é esperado que a maioria das candidatas esteja cursando, ou já tenha concluído, o Ensino Superior. Isso porque, vários cargos dessas instituições exigem, como pré-requisito para participação no concurso e investidura no cargo, o título universitário.

Outrossim, o acesso ao ambiente acadêmico rompe com alguns obstáculos da participação feminina na política, possibilitando afastar-se do ambiente doméstico e criar relações interpessoais, conforme destacado no capítulo 2. O ambiente universitário é um local propício para desenvolver redes de contatos e conviver com pessoas que podem impulsionar a posição social. Como discorrido no capítulo anterior, de acordo com Bourdieu, a política é um campo no qual somente entram as pessoas que possuem mais bens materiais, que lhes permitem agir na arena política. Logo, mulheres que somam mais capitais, como a formação acadêmica e uma carreira profissional, possuem mais chances de sucesso na corrida eleitoral, uma vez que

A política se organiza na forma de um “campo”, no sentido atribuído ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu. É um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto (MIGUEL, 2014, p. 66).

³⁰ Completo e incompleto

Quanto à cor/raça autodeclarada pelas candidatas, o quadro 4 demonstra que houve um crescimento das candidaturas de mulheres negras, as quais eram 46%, em 2018, e aumentaram para 53%, em 2022. Enquanto que as candidatas brancas, que eram a maioria em 2018, tiveram encolhimento numérico quatro anos depois.

Quadro 4: Cor/raça autodeclarada x ano eleitoral (2018 e 2022)

Cor/raça autodeclarada	2018		2022	
	N	%	N	%
Branca	19	54%	55	45%
Negras ³¹	16	46%	65	53%
Amarela	-	-	1	1%
Não informada	-	-	1	1%
Totais	35	100%	122	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Essa tendência de crescimento na presença de mulheres negras nas eleições, reflete o panorama geral das candidaturas femininas no Brasil, que ocorreu tanto para vagas de Deputada Federal como para Deputada Estadual. Segundo dados do TSE³², nas eleições de 2018, 1.510 mulheres brancas disputaram vagas na Câmara dos Deputados, enquanto 1.217 mulheres negras disputaram o mesmo cargo. Já em 2022 houve uma inversão: as concorrentes negras apresentaram um salto de quase 60%, totalizando 1.922, superando as 1.734 postulantes brancas naquele ano.

Embora o número de candidatas negras tenha ultrapassado a de candidatas brancas em 2022, o mesmo movimento não se repete entre as eleitas. Das quatro que conquistaram o mandato neste pleito, apenas uma se autodeclarou parda³³. Já na disputa de 2018, as duas eleitas eram brancas. Isso demonstra que, mesmo havendo uma alteração significativa no número de mulheres negras competindo, elas ainda encontram maiores dificuldades na para vencer a disputa eleitoral, quando comparadas com as candidatas brancas. Esses dados comprovam que

³¹ De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial: art. 1º, IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (BRASIL, 2010).

³² https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p0_ano=2018&session=207223706311259

³³ Ione Maria Moreira Dias Barbosa foi a candidata eleita que se autodeclarou parda em seu registro de candidatura para as eleições de 2022. Como referido anteriormente, as candidatas eleitas serão alvo de análise do próximo capítulo.

Na prática, as posições de representantes políticas tendem a ser monopolizadas por aquelas em situação privilegiada (profissionais brancas heterossexuais burguesas ou de classe média). Elas são representantes das mulheres, em geral, ou de uma parcela das mulheres, com determinadas características distintivas? (MIGUEL, 2014, p. 102)

Quanto ao estado civil, observa-se que, no pleito de 2018, a maioria das candidatas registraram-se como solteiras (43%). Já em 2022, a concentração foi de mulheres casadas (36%). A distribuição das candidatas de acordo com seu estado civil, pode ser visualizada no Quadro 5, onde consta a distribuição nas duas eleições.

Quadro 5: Estado civil das candidatas x ano eleitoral (2018 e 2022)

Estado civil	2018		2022	
	N	%	N	%
Solteiras	15	43%	39	32%
Casadas	11	31%	44	36%
Divorciadas	8	23%	34	28%
Viúva	1	3%	3	2%
Separadas	-	-	2	2%
Totais	35	100%	122	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

A presença de mais mulheres solteiras disputando eleições é algo que pode ser atribuído ao fato de que, tais candidatas, possuem maior liberdade para dedicar-se às atividades de campanha, bem como para desempenhar os compromissos do mandato, em comparação com as mulheres casadas:

Os dados de diversos países revelam que, entre ocupantes de cargos públicos, o percentual de viúvas e solteiras é muito maior que o de viúvos e solteiros. A família, que para eles pode representar uma retaguarda de apoio à carreira, para elas conta como um fardo. Em outras palavras: mecanismos de incentivo à participação política podem ser meritórios, mas as condições para o exercício paritário do poder dependem ainda de medidas como creches, divisão das tarefas domésticas e fim da discriminação de gênero no mercado de trabalho (MIGUEL, 2014, p.106)

Outro ponto relevante a ser considerado sobre as candidaturas analisadas é que, a presença e crescimento, nas eleições de 2022, de candidatas casadas, pode ser observado como uma estratégia de campanha. Isso porque, como será mais explorado no Capítulo 4, as campanhas eleitorais das candidatas vinculam, além de sua imagem profissional, também a figura maternal, de esposa, cuidadora da família e dos filhos, construindo, com isso, o discurso do cuidado, muito vinculado à figura da mulher na política:

A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas à assistência social, à família ou à educação. As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas

menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. As marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino. Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada do que faz com seus competidores do sexo masculino (MIGUEL, 2014, p. 106).

Com base nos dados apresentados, é possível inferir que as candidatas à Deputada Federal vinculadas profissionalmente aos órgãos da Segurança Pública são, em sua maioria, servidoras dos quadros da Polícia Militar, possuem entre 40 e 49 anos e cursaram, ou estão cursando, ensino superior. Observa-se, também, que nas eleições de 2018, houve maior presença de mulheres solteiras, enquanto nas eleições de 2022, as casadas foram maioria. Outro dado que se alterou, entre uma eleição e outra, foi referente à cor/raça das candidatas, pois, enquanto em 2018 havia mais candidatas brancas, na eleição seguinte, as mulheres negras apresentaram-se em maior número.

3.2.3 Quem são elas? Perfil político-partidário das candidatas

O presente subitem destina-se à análise dos dados eleitorais e partidários das candidatas ligadas à segurança pública, com o objetivo de traçar seu perfil político-partidário. Para tal, serão examinadas as seguintes variáveis: filiação partidária, campo ideológico e estado/domicílio eleitoral.

As Unidades Federativas pelas quais estas candidatas mais se lançaram foram: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. No outro extremo, em 2018, 10 estados não tiveram candidaturas dessas mulheres, situação que se alterou quatro anos depois, quando todas as 27 UFs contaram com, no mínimo, uma candidatura vinculada à área da segurança pública. O Quadro 6 apresenta a distribuição das candidaturas por estados, agregadas por região geográfica.

Quadro 6: Candidaturas por estado/região x ano eleitoral (2018 e 2022)

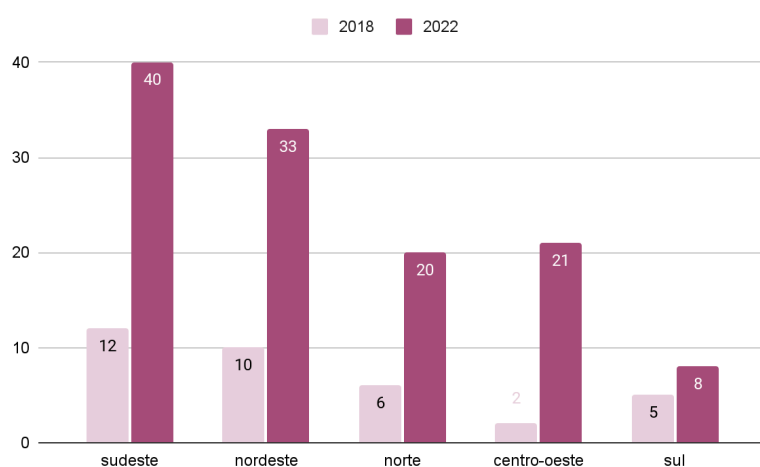
Estados/regiões de candidatura	2018		2022	
	N	%	N	%
Região Norte	6	17	20	16
Acre	-	-	1	1
Amazonas	2	6	5	4
Amapá	2	6	2	2
Pará	1	3	6	5
Rondônia	-	-	3	2
Roraima	1	3	2	2
Tocantins	-	-	1	1
Região Nordeste	10	29	33	27
Alagoas	-	-	1	1
Bahia	3	8	9	7
Ceará	-	-	1	1
Maranhão	1	3	1	1
Paraíba	2	6	4	3
Pernambuco	-	-	7	6
Piauí	2	6	3	2
Rio Grande do Norte	1	3	4	3
Sergipe	1	3	3	2
Região Centro-Oeste	2	6	21	17
Distrito Federal	-	-	6	5
Goiás	1	3	6	5
Mato Grosso do Sul	1	3	6	5
Mato Grosso	-	-	3	2
Região Sudeste	12	34	40	33
Espírito Santo	-	-	3	2
Minas Gerais	2	6	7	6
Rio de Janeiro	4	11	10	8
São Paulo	6	17	20	16
Região Sul	5	14	8	7
Paraná	3	8	4	3
Rio Grande do Sul	2	6	2	2
Santa Catarina	-	-	2	2
Totais	35	100	122	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

A região geográfica com maior número de candidaturas da Segurança Pública, em ambos os pleitos, foi a Sudeste (34% e 33%), seguida do Nordeste (29% e 27%). Vale ressaltar que, conforme informa o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), os estados

do RJ e SP, possuem os maiores efetivos de policiais civis e militares do país, podendo este fato ser um indicativo que ajuda a explicar porque aí se tem os maiores números de candidatas dessas instituições disputando vaga para a Câmara dos Deputados. No entanto, vale chamar a atenção para o crescimento deste tipo de candidatas na região Centro-Oeste, que triplicou a oferta entre 2018 e 2022, indo de 6% em 2018, para 17% em 2022. No sentido inverso, na região Sul caiu quase pela metade a nominata com estas candidaturas, de 14% em 2018 para 6,6% em 2022.

Gráfico 3: Candidaturas por região eleições 2018 x 2022



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Além do tamanho do efetivo de policiais civis e militares, também cabe observar a conjuntura de violência em dois estados da região Sudeste, caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Em ambos, há uma correlação significativa entre o número de candidatas da área da Segurança Pública e a frequência de ocorrências de Mortes Violentas Intencionais (MVIs) nessas localidades, como ilustrado na Figura 2 (página 43). Em 2022, o Rio de Janeiro ocupou a segunda posição do *ranking* nacional, registrando 4.485 casos de MVIs, enquanto São Paulo figurou em terceiro lugar, com um total de 3.735 ocorrências. Também é relevante destacar que a Bahia liderou a lista com 6.659 MVIs no mesmo ano e é a terceira UF com o maior quantitativo destas candidatas, conforme apresentado no Quadro 6, acima. Estes dados sugerem uma associação entre os estados com altos índices de mortes violentas intencionais e aqueles que apresentaram maior quantidade de mulheres com vinculação profissional ligada à Segurança Pública concorrendo ao cargo de Deputada Federal.

Além disso, quanto ao expressivo aumento na região Centro-Oeste, não se pode afirmar a existência de uma causa única para o referido evento. Um dos fatores para o crescimento pode ser a maior aceitabilidade do discurso conservador e securitário para o

eleitorado da região, o que incentiva as candidatas ligadas às instituições da segurança pública a se lançarem na carreira política. A receptividade de pautas conservadoras é evidenciada pelo fato de que, em 2022, o Centro-Oeste foi a segunda região onde Bolsonaro conquistou mais votos³⁴, atrás apenas da região Sul³⁵.

Em contrapartida, embora a região Sul tenha sido onde Bolsonaro obteve a maior proporção de votos em 2022, foi também a região que registrou a maior queda nas candidaturas de mulheres vinculadas à área de segurança pública. Diversos fatores podem ter contribuído para esse cenário. Um aspecto relevante a ser considerado é o machismo estrutural, que permeia tanto as instituições de segurança quanto a política regional, o que pode desmotivar muitas mulheres a ingressarem na vida política. Esse ambiente hostil gera falta de apoio para candidaturas femininas, além de baixa adesão do eleitorado, que, influenciado por essa lógica regional patriarcal, prefere eleger homens para ocupar cargos políticos. Dessa forma, a combinação entre machismo estrutural e a dinâmica política regional, pode explicar, em parte, a redução no número de candidaturas femininas na região Sul.

Para reforçar essa análise, observa-se que, nos três estados da região (PR, SC e RS), tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022, os Deputados Federais mais votados foram homens. Em 2018, no Paraná, o candidato mais votado para a Câmara dos Deputados possuía vínculo com as instituições militares³⁶. Da mesma forma, em 2022, o Deputado Federal mais votado no Rio Grande do Sul, também tinha ligação com a Segurança Pública³⁷. Esse panorama evidencia que, embora candidatos da área de segurança pública alcancem sucesso eleitoral, as candidatas mulheres da região Sul ainda enfrentam barreiras significativas para obter espaço nesse meio.

Em relação à filiação partidária, os dados indicam que houve uma grande pulverização das candidatas entre as siglas, com 17 diferentes partidos na eleição de 2018 e 22 legendas distintas no pleito seguinte. No que tange à posição ideológica, os partidos de direita tiveram uma presença superior e crescente, representando 53% em 2018 e 64% em 2022. Já os partidos de esquerda apresentaram uma queda significativa, passando de 41%, em 2018, para 18% em 2022. Por fim, o número de candidaturas femininas da área da Segurança Pública vinculadas aos partidos de centro triplicou, saindo de 6% em 2018 para 18% em 2022.

³⁴ Bolsonaro recebeu 60,2% dos votos, enquanto Lula recebeu 39,8% (PODER360).

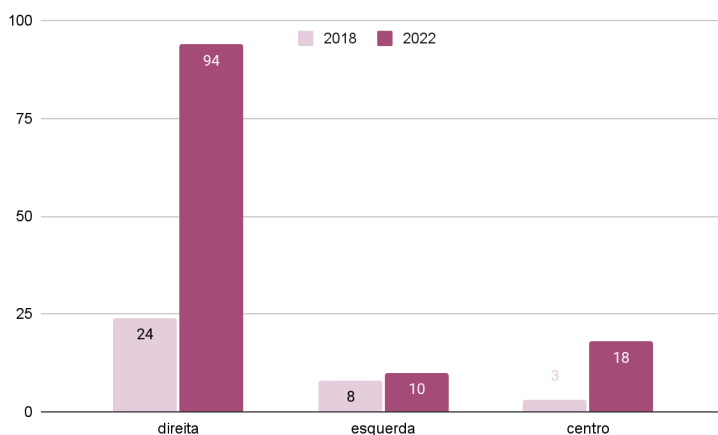
³⁵ Na região, Bolsonaro recebeu 61,8% dos votos e Lula recebeu 38,2% (PODER360).

³⁶ “Sargento Fahur” concorreu pelo PSD e obteve 314.963 votos. Os dados podem ser conferidos em:

<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/eleitos-deputado-federal-pr-quem-ganhou/>

³⁷ Segundo a Agência Câmara Notícias (2022), Tenente Coronel Zucco foi o Deputado Federal mais votado em 2022, com 259 mil votos.

Gráfico 4: Distribuição das candidaturas por espectro político dos partidos³⁸



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Embora os partidos de direita tenham se consolidado como a principal escolha para as candidatas da área de Segurança Pública, é importante destacar o crescimento significativo de candidaturas associadas a partidos de centro. Esse aumento pode estar relacionado a uma estratégia voltada para atingir um eleitorado mais amplo e diversificado, uma vez que os partidos de centro costumam ser opções que simbolizam uma espécie de equilíbrio, sem radicalismos ou posições extremas. Essa diversificação ideológica também se refletiu nos discursos das campanhas das candidatas eleitas. Como será analisado no capítulo 4, as Deputadas Federais eleitas em 2022 buscaram ampliar o escopo de suas pautas e propostas, incorporando temas mais variados, afastando-se de um discurso predominantemente securitário-repressivo, o qual foi mais dominante nas campanhas das eleitas em 2018.

Ademais, o quadro acima acompanha o panorama de crescimento da direita e extrema-direita no cenário político brasileiro. Como elucidada Casimiro (2018), não se pode reduzir esse avanço aos acontecimentos ocorridos no ano de 2015, quando protestos contra o PT e o governo da ex-presidenta Dilma dominaram as ruas, culminando em seu *impeachment* em 2016. Segundo o autor, o processo de reorganização das classes dominantes tem raízes

³⁸ De acordo com a classificação feita por Krause, Machado e Miguel no livro “Coligações e disputas eleitorais na nova república”, com base nas eleições proporcionais e majoritárias de 2014, os partidos do campo da direita são PTB, DEM, PP, PTC, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PT do B, PTN, PR, PRB, PSD, PEN, PROS e SD. Os de esquerda são: PT, PSB, PDT, PCB, PCO, PHS, PMN, PSTU, PV, PCdoB, PPS e PPL. E de centro: PSDB e PMDB. Ao desenvolver a questão da classificação ideológica dos partidos, Machado (2017, p. 53) sustenta que “o sistema partidário brasileiro é complexo não apenas pela diversidade de partidos, mas também devido a questões históricas e regionais que marcam profundamente e dão o contorno das agremiações partidárias, implicando diferentes cursos de ação. O autor esclarece ainda que “A distribuição no *continuum* ideológico do atual formato do sistema partidário nacional brasileiro possui como ponto de partida a aglomeração de lideranças políticas do regime anterior. Todos os partidos políticos brasileiros surgiram, em maior ou menor medida, a partir da coordenação entre políticos oriundos da ARENA ou do MDB. A posição entre apoiadores e opositores do regime permitiu a construção de modelos que reafirmavam a percepção, junto ao eleitorado, quanto a estes partidos (MACHADO, 2017, p. 48).

mais profundas, remontando à década de 1980, quando o discurso da direita ganhou maior proporção e radicalidade. Houve o abandono de uma espécie de constrangimento que continha as manifestações mais extremadas; após esse período, elas passaram a caracterizar o avanço da direita no Brasil, o qual vem ganhando amplitude, intensidade e radicalização do discurso ao longo do tempo.

Na América Latina e no Brasil há um cenário de exaustão da Onda Rosa, na qual governos à esquerda, de caráter progressista, estiveram à frente de muitos países da região no início do século. Parte do antipetismo organizado no processo do *impeachment* se radicalizou progressivamente desde 2015, deixando de lado as ilusões de que o Judiciário poderia resolver os problemas do sistema político e passando a apostar nos militares como arautos da ordem - o que naturalmente foi acompanhado de uma defesa de um suposto legado positivo da ditadura militar (CARAPANÁ, 2018, p. 38)

Ainda sobre o tema, Duarte (2023) relata que o intervalo entre março de 2015 e março de 2016 foi marcado pelo retorno às ruas de grupos de direita, reunidos sob pautas antidemocráticas e reacionárias, somando conservadores e ultraliberais nas manifestações que legitimaram o golpe que levou ao *impeachment* da ex-Presidenta Dilma, em 2016. A autora aponta que “Foi nesse meandro de insegurança política que as frações de direita mais tradicionais e os segmentos mais extremados e fascistizantes se unificaram e se acomodaram em torno do bolsonarismo” (DUARTE, 2023, p. 09). O auge dessa movimentação foram as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro, figura que caracteriza o (re)posicionamento da direita brasileira e do neoconservadorismo, uma vez que

Ao longo das quase três décadas em que atuou em mandatos parlamentares, sempre adotou posturas reacionárias e ideologizantes em torno de pautas morais, tendências fascistizantes, disseminação de discursos de ódio contra minorias sociopolíticas e defesa sistemática da ditadura militar. Sua identificação com o militarismo decorre da sua própria passagem pelo exército, de onde deriva a fidelidade eleitoral dos militares e seus familiares para com os bolsonaros, pela defesa de interesses corporativos das tropas em torno de salários e outros direitos (DUARTE, 2023, p. 10).

Quanto à distribuição partidária das candidatas, pode-se destacar que, referente aos partidos de esquerda, houve maior presença de candidatas vinculadas ao PDT e ao PHS, nas eleições de 2018. Em contraste, no pleito de 2022, a oferta de candidaturas da esquerda foi liderada pelo PT, PMN e PSB, partidos que não lançaram candidaturas femininas vindas dos órgãos de segurança pública na eleição anterior.

No campo ideológico do centro, destaca-se a presença contínua do MDB, em ambas as eleições, sendo o único partido deste espectro em 2018, com três candidaturas registradas. Já em 2022, o MDB não apenas manteve sua participação, como também dobrou sua oferta de candidaturas, ampliando-a para seis. Além disso, no mesmo pleito, o centro contou com a

presença de mais partidos, com destaque para o PSDB e o Avante, que apresentaram quatro candidatas cada um.

No campo da direita, o PSL foi o partido que acumulou o maior número de candidaturas em 2018, reunindo 20% do total, seguido pelo Patriota, com 14%. Em 2022, o cenário manteve-se com o predomínio dos partidos de direita, os quais quase quadruplicaram a oferta de candidaturas em relação à eleição anterior. O PL sobressaiu como o partido com maior quantidade de candidatas, com 14% do total e, na sequência, o PTB e o Republicanos, que possuíam 9% das candidaturas.

É notável que, em ambos os pleitos, os partidos que mais apresentaram candidatas foram aqueles que o ex-presidente Bolsonaro estava vinculado. Em 2018, quando ele concorreu e venceu a Presidência da República, estava filiado ao PSL. Já nas eleições de 2022, após trocar de partido, Bolsonaro concorreu à reeleição pelo PL, não sendo reeleito.

Quadro 7: Distribuição partidária x posição ideológica x ano eleitoral (2018 e 2022)

Campo ideológico	Eleições 2018			Eleições 2022		
	Partidos	Candidatas		Partidos	Candidatas	
		N	%		N	%
ESQUERDA	PDT	2	6%	PT	3	2%
	PHS	2	6%	PMN	3	2%
	OUTROS ³⁹	4	12%	PSB	3	2%
				PDT	1	1%
Totais	7	8	24%	4	10	7%
CENTRO	MDB	3	8,50%	MDB	6	5%
				PSDB	4	3%
				Avante	4	3%
				Cidadania	4	3%
Totais	1	3	8%	4	18	14%
DIREITA	PSL	7	20%	PL	17	14%
	Patriota	5	14%	PTB	11	9%
	Solidariedade	3	7%	Republicanos	11	9%
	PRTB	2	6%	UNIÃO	9	7%
	PTB	2	6%	Patriota	8	7%
	OUTROS ⁴⁰	5	15%	PODE	8	7%
				PSD	7	6%
				Progressistas	6	5%
				PROS	5	4%
				PRTB	4	3%
				Agir	3	2%
				Solidariedade	2	2%
				PSC	2	2%
			Partido Novo	1	1%	
Totais	9	24	68%	14	94	78%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>

Os dados acima evidenciam que a opção ideológica das candidatas da segurança pública é o campo da direita. Esse é um fenômeno que já vem sendo observado na política brasileira há algum tempo. Berlatto, Codato e Bolognesi (2016), ao analisar as candidaturas de policiais civil, militar, bombeiros militares e membros das Forças Armadas (ativos ou

³⁹ Nessa categoria estão os partidos PSB, PPL, PMN e PSOL, que tiveram apenas uma candidatura cada um.

⁴⁰ Nessa categoria estão os partidos PR, PROS, DEM, DEMOCRACIA CRISTÃ E PODE, que tiveram apenas uma candidatura cada um.

reformados), que concorreram a deputado federal no Brasil, nas eleições entre 1998 e 2014, afirmaram que

A percepção convencional sobre esse grupo é que seus integrantes são exclusivamente de direita, reúnem-se sob as siglas dos grandes partidos conservadores e representam correntes autoritárias de opinião da sociedade, que suas campanhas mobilizam temas como redução da maioria penal, aumento do efetivos policiais, aprofundamento da repressão violenta ao crime e liberação do porte de armas, além de uma agenda conservadora em questões comportamentais. De fato, um exame dos dados agregados mostra que 70% destes candidatos lançaram-se por partidos de direita, embora estivessem presentes em todos os partidos do espectro ideológico (Berlatto, Codato e Bolognesi, p. 82-83, 2016).

Esses dados e apontamentos corroboram as reflexões feitas no capítulo anterior, sobre o avanço do neoconservadorismo, e a preferência de se filiarem a partidos de direita. Os autores evidenciam que esse desenvolvimento foi significativamente notório, acarretando múltiplas consequências para o cenário político e para a sociedade brasileira. É inegável que

Ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. “Direitas”, “novas direitas”, “onda conservadora”, “fascismo”, “reacionismo”... Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (GALLEGO, 2018, p. 08)

Assim, é possível inferir que, as candidatas à Deputada Federal vinculadas profissionalmente aos órgãos da Segurança Pública são, em sua maioria, servidoras dos quadros da Polícia Militar, com candidaturas concentradas nos estados da região Sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Majoritariamente, elas estão filiadas a partidos de direita, com destaque para o PSL⁴¹ em 2018 e o PL em 2022. Predominantemente, estão situadas na faixa etária entre 40 e 49 anos e possuem formação de nível superior, em andamento ou concluída. É perceptível que, nas eleições de 2018, houve uma maior presença de mulheres solteiras, enquanto nas eleições de 2022, as casadas foram a maioria. Outra mudança significativa, entre uma eleição e outra, foi em relação à cor/raça das candidatas: em 2018, predominavam as candidatas brancas, enquanto em 2022, as mulheres negras se apresentaram em maior número.

Neste sentido, diante das transformações em curso, torna-se relevante aprofundar a análise sobre o desenvolvimento das pautas de campanha e da agenda eleitoral das candidatas oriundas da Segurança Pública, que alcançaram êxito ao serem eleitas para o cargo de Deputada Federal, nas eleições de 2018 e 2022, o que será o foco do próximo capítulo. O

⁴¹ O PSL deixou de existir no ano de 2022, quando se fundiu com o Democratas e deu origem à União Brasil. Bolsonaro foi eleito no ano de 2018 pelo PSL, deixando a legenda em 2019. No ano de 2021 vinculou-se ao PL, partido pelo qual concorreu à reeleição nas eleições de 2022.

intuito é compreender quais foram as propostas de campanha que compuseram suas agendas eleitorais, se priorizaram questões envolvendo a segurança pública ou deram atenção para assuntos relacionados às demandas das mulheres. O estudo voltado para a análise detalhada dessas candidatas visa, não apenas compreender as nuances das estratégias políticas adotadas por elas, mas, também, identificar como ocorreu a construção da imagem dessas candidatas perante o eleitorado. Essa abordagem é crucial para confirmar uma das hipóteses levantadas nesta dissertação.

4 Segurança pública e mulheres na agenda eleitoral das vitoriosas

No capítulo anterior foi desenhado o perfil sociopolítico de todas as 157 candidatas à Deputada Federal, com origem profissional ligada à Segurança Pública, que disputaram as eleições de 2018 e 2022. Nestes dois pleitos, apenas seis se elegeram e é a biografia e as propostas de campanha dessas Deputadas que o presente capítulo vai abordar.

Inicialmente, será apresentada uma biografia dessas Deputadas, contendo informações como: estados onde se elegeram, dados pessoais – como estado civil, idade à época da eleição, área de formação acadêmica (entre outros) –, filiações partidárias, existência de ativismo social ou político-partidário, votação e despesas de campanha.

A segunda parte do capítulo está dedicada ao exame das propostas de campanhas das referidas deputadas, mais especificamente, as que foram veiculadas em seus perfis no Instagram, durante o período eleitoral. O enfoque da análise recaiu sobre os *posts* que abordavam pautas vinculadas com a Segurança Pública e com os direitos das mulheres.

4.1 A biografia das eleitas: conhecendo as vitoriosas de 2018 e 2022

Nas eleições de 2018, 35 candidatas da Segurança Pública apresentaram-se para disputar vaga para a Câmara dos Deputados, sendo eleitas apenas duas. Já em 2022, foram 122 candidaturas e somente quatro conquistaram mandatos. O presente tópico analisa os dados biográficos das referidas candidatas eleitas.

Katia da Silva Sastre, elegeu-se aos 42 anos pelo estado de São Paulo e estava filiada ao PR⁴². No seu registro de candidatura, adotou o nome “Policia! Katia Sastre”, tendo em vista seu cargo na Polícia Militar, mesma corporação de seu marido, o capitão André Alves. Katia tornou-se PM em 1997 e sua formação acadêmica é em arquitetura e urbanismo. Foi eleita com mais de 264 mil votos, foi a mais bem votada dentre todas as seis Deputadas da Segurança Pública, sendo a terceira mulher mais bem votada para a Câmara dos Deputados em 2018. Porém ao tentar a reeleição em 2022, agora pelo PL, não obteve sucesso e ficou como suplente. Nesta eleição fez apenas 60 mil votos, ou seja, ¼ da votação obtida na primeira eleição. De acordo com sua prestação de contas ao TSE, as despesas de sua campanha somaram R\$1.066.345,72, as quais foram integralmente custeadas pelo fundo público (Fundão e Fundo Partidário).

A outra eleita em 2018 foi a candidata Fabiana Silva de Souza, filiada ao PSL. “Major Fabiana”, que concorreu pelo Rio de Janeiro, também pertencia aos quadros da Polícia

⁴² O PR alterou seu nome em maio de 2019, passando a se chamar PL.

Militar, 2000 foi seu ano de ingresso na instituição. Tinha 38 anos quando foi eleita para a Câmara dos Deputados. No seu registro junto ao TSE, declarou-se divorciada, branca e com ensino superior completo. Obteve 57.611 votos, número que a colocou na 49ª posição em relação à votação das demais Deputadas Federais eleitas em 2018. Referente às suas despesas de campanha, totalizaram R\$79.612,60 e foram provenientes, majoritariamente, do fundo público (Fundão e Fundo Partidário). Como o PSL fundiu-se com DEM, formando o União Brasil, a Major Fabiana migrou de partido e concorreu à reeleição em 2022 filiada ao PL, mesmo partido da Policial Katia Sastre. Obteve 30 mil votos e não se reelegeu, ficando como suplente.

Com base nos dados apresentados acima, é possível concluir que essas Deputadas eleitas em 2018, Policial Katia Sastre (PR/SP) e Major Fabiana (PSL/RJ), eram *outsiders* políticas, ou seja, não tinham trajetória política anterior, nem qualquer ligação familiar com a política institucional. Fabiana ficou nacionalmente conhecida em 2014 após evitar que um ônibus fosse incendiado na cidade do Rio de Janeiro. À caminho do trabalho, viu a ação de alguns jovens interceptando um ônibus. Desceu de seu veículo com a arma em punho e dispersou a ação do grupo. Após esse fato, ela ganhou visibilidade na mídia e nas redes sociais, onde o acontecimento foi amplamente noticiado e compartilhado, o que resultou em grande apoio e aceitação popular, que incentivaram a policial Fabiana a lançar sua candidatura em 2018⁴³.

Katia Sastre também se envolveu em um fato semelhante. Em 2018, ela participava de um evento alusivo ao dia das mães, na escola de sua filha, na cidade de Suzano/SP, momento em que matou a tiros um homem que tentou praticar um assalto em frente ao estabelecimento escolar (RIBEIRO, 2018)⁴⁴. Assim como Fabiana, o episódio com a “Policial Kátia”, ganhou

⁴³ Leia mais em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/major-da-pm-que-controlou-tumulto-no-jacarezinho-teve-fotos-viralizadas-eleita-deputada-federal-23138908.html>

<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1439635-de-salto-e-armada-major-da-pm-ganha-rede-social-apos-acao-em-reintegracao.shtml>

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/04/11/interna-brasil,422737/de-salto-alto-policial-armada-impede-acao-de-vandalos-em-desocupacao.shtml>

<https://oglobo.globo.com/politica/major-da-pm-que-controlou-tumulto-no-jacarezinho-teve-fotos-viralizadas-eleita-deputada-federal-23138940>

⁴⁴ Ler mais em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/05/pm-que-matou-ladrao-em-frente-a-escola-e-homenageada-por-governador-de-sao-paulo-cjh5299qe07vj01qo38k06hy4.html>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/03/13/deputada-policial-que-reagiu-a-assalto-estudou-na-escola-do-massacre-de-suzano.htm>

<https://www.diariodesuzano.com.br/cidades/faria-tudo-de-novo-diz-deputada-um-ano-apos-evitar-assalto-em/48067/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eleicoes-2018/mae-pm-que-reagiu-a-assalto-e-matou-bandido-vai-ser-candidata-0fmmtr3gx6cpfta2u4dhtsghl/>

repercussão nacional e internacional, com diversos veículos de comunicação noticiando e vários compartilhamentos nas redes sociais.

A não reeleição dessas duas Deputadas em 2022 pode ser interpretada, à luz da teoria de Bourdieu, como uma espécie de "expulsão" do campo político. Bourdieu destaca a existência de capacidades e condições sociais desiguais, que determinam o acesso ao campo político, o qual é “[...] um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento” (BOURDIEU, 2011, p. 197). Em outras palavras, aqueles que não se adaptam às regras e exigências desse campo podem ser excluídos, perdendo sua capacidade de permanecer nele:

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão (BOURDIEU, 2011, p. 195)

Miguel complementa essa visão, ao explicar o funcionamento dessas exclusões:

O campo político é, como qualquer outro campo social, um espaço de exclusões. Os agentes que dele participam precisam se adequar a formas de comportamento e de expressão, sob pena de serem segregados pelos demais integrantes do campo, tendo sua capacidade de intervenção efetiva reduzida ou até mesmo anulada (MIGUEL, 2014, p. 152).

O autor identifica ainda três principais mecanismos de exclusão no campo político. O primeiro, refere-se à exigência de uma alta disponibilidade de tempo, especialmente para aqueles que ocupam posições mais centrais. O segundo, está relacionado à necessidade de adaptação ao padrão discursivo dominante. O terceiro, destaca como o campo político tende a excluir posturas mais radicais e menos dispostas ao compromisso, à barganha e à negociação (MIGUEL, 2014).

Ao analisar o perfil das Deputadas mencionadas, é possível considerar que sua derrota eleitoral em 2022 pode estar mais associada aos dois últimos fatores. Isso porque, ambas eram candidatas *outsiders* na primeira eleição. Não possuíam vínculos prévios com o ativismo político ou com a política institucional, o que pode ter dificultado sua adequação aos padrões discursivos e à lógica de negociação dominante no campo político.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/15/pm-colocou-em-risco-outras-pessoas-ao-reagir-a-assalto-em-sp-especialistas-divergem.htm>
<https://www.google.com/url?q=https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/hits-nas-redes-mae-pm-e-major-de-salto-serao-deputadas-por-sp-e-rj.htm&sa=D&source=docs&ust=1710969767367490&usg=AOvVaw2movMZUeOSUh0FA-98Trvs> e

Além das duas candidatas acima mencionadas, em 2022, o PL também lançou a candidatura de Rubia Fernanda Santos de Siqueira. À exemplo da Major Fabiana, Rubia também pertencia aos quadros da Polícia Militar, tendo ingressado na corporação em 1996. Registrou-se na Justiça Eleitoral como “Coronel Fernanda”. Nascida no Mato Grosso, tinha 48 anos quando foi eleita. Junto ao TSE, declarou-se casada, branca, policial militar e com ensino superior completo. Sua formação acadêmica é em Direito, com especialização em Ciências Criminais, Administração com ênfase em Inteligência de Segurança, Gestão em Segurança Pública e Direito: Administração Pública e Controle Externo. Em 2018, concorreu pelo PATRIOTA para o Senado da República, mas não foi eleita⁴⁵. Passados quatro anos, voltou a concorrer, buscando vaga na Câmara dos Deputados, sendo bem-sucedida na eleição de 2022, quando foi eleita com 60.304 votos. Sua votação a deixou com a 72ª posição, em comparação com as demais mulheres eleitas para a Casa em 2022. Os gastos de sua campanha totalizaram R\$2.136.165,65, sendo quase 50% desse valor financiado por recursos públicos provenientes de verba pública (Fundão)

Outra candidata eleita, pertencente ao espectro da direita, foi Katarina Feitoza Lima Santana, filiada ao PSD. Registrou-se na Justiça Eleitoral como “Delegada Katarina” e declarou-se casada, branca, advogada e nascida em Sergipe. Tornou-se Delegada da Polícia Civil em 2001 e possui formação em Direito, com pós-graduação em Gestão Estratégica em Segurança Pública e em Ciências Criminais. Tinha 49 anos quando eleita, recebeu 38.135 votos. Sua votação, a mais baixa dentre as seis eleitas da Segurança Pública, a colocou na 83ª posição no *ranking* geral de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2022. Suas despesas de campanha foram de R\$2.136.165,65, provenientes quase integralmente do fundo público (Fundão e Fundo Partidário). Diferentemente das outras candidatas acima mencionadas, a “Delegada Katarina”, tinha experiência na política institucional, tendo sido eleita vice-prefeita de Aracaju em 2020, pelo PSD.

A candidata Adriana Sauthier Accorsi, filiada ao PT, elegeu-se em 2022. Formada em Direito e especialista em Segurança Pública e Ciências Criminais, ingressou na Polícia Civil em 2000 e atuou como Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e Delegada Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás. Adotou como nome de urna “Delegada Adriana Accorsi” e, em seu registro junto ao TSE, declarou-se divorciada e branca. Quando se elegeu tinha 49 anos e conquistou 96.714 votos, ocupando a 53ª posição, quando comparada com o quadro geral das eleitas naquele ano. Declarou o valor de R\$1.114.759,00 em gastos

⁴⁵ Recebeu 293.362 votos, ficando em segundo lugar no estado do MT.

com a campanha, os quais foram oriundos predominantemente do fundo público (Fundão e Fundo Partidário).

Adriana possui uma longa trajetória na política institucional e, dentre as candidatas aqui estudadas, é a que possui mais experiência política. Foi Deputada Estadual de Goiás (2014), reeleita em 2018. Também concorreu à prefeitura de Goiânia, nas eleições de 2016 e 2020, não obtendo êxito. Em todas as experiências esteve vinculada ao PT. Além de possuir forte vínculo partidário, “Delegada Adriana Accorsi” é filha de um ex-prefeito de Goiânia, que foi um dos fundadores do PT em Goiás. Na sua trajetória política, também atuou no movimento estudantil.

A quarta e última eleita da “bancada feminina da bala”, em 2022, foi Ione Maria Moreira Dias Barbosa, filiada ao AVANTE. Mineira de nascimento, registrou-se como “Delegada Ione Barbosa” e declarou ao TSE ser casada e parda. Possui formação em Direito, com mestrado em Ciências Sociais e é Delegada desde 2013, tendo comandado a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de MG. Assim como sua colega Adriana Accorsi, já possuía experiência em disputas eleitorais, tendo concorrido à prefeita de Juiz de Fora, em 2020, pelo Republicanos, mas sem sucesso. À época da eleição como Deputada Federal, tinha 48 anos. Obteve 52.630 votos, ficando como a 77ª do *ranking* de votação das mulheres eleitas para o referido cargo em 2022. Conforme a prestação de contas apresentada ao TSE, as despesas de sua campanha somaram R\$522.346,57. Seu financiamento adveio quase integralmente do fundo público.

Diferentemente das duas eleitas em 2018, as mulheres que conquistaram mandato em 2022 já contavam com experiência prévia no campo político. Coronel Fernanda havia concorrido ao Senado em 2018, enquanto a Delegada Ione concorreu ao cargo de Prefeita de Juiz de Fora em 2020 e a Delegada Katarina atuou como vice-Prefeita de Aracaju no mesmo ano. A Delegada Adriana Accorsi também pleiteou a vaga de prefeita e foi Deputada Estadual em dois mandatos (2014 e 2018). Tal situação as coloca em uma posição diferente daquelas assumidas pelas eleitas em 2018, uma vez que já estão familiarizadas com o ambiente eleitoral e partidário, trazendo para as suas campanhas um olhar diferente, bem como pautas mais abrangentes.

Para melhor visualização dos dados apresentados acima, o Quadro a seguir traz as principais informações de forma resumida:

Quadro 8: Resumo dados biográficos das candidatas eleitas: 2018 e 2022

2018							
	Idade	UF	Partido	Formação	Ocupação	Votos	Despesas de campanha
Katia da Silva Sastre (Policia Katia Sastre)	42 anos	SP	PR	Arq e Urb	Policia Militar	264.013	R\$1.066.345,72
Fabiana Silva de Souza (Major Fabiana)	38 anos	RJ	PSL	---	Policia Militar	57.611	R\$79.612,60
2022							
Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira (Coronel Fernanda)	48 anos	MT	PL	Direito	Policia Militar (Advogada)	60.304	R\$2.136.165,65
Katarina Feitoza Lima Santana (Delegada Katarina)	49 anos	SE	PSD	Direito	Delegada da Policia Civil (Advogada)	38.135	R\$2.729.430,61
Adriana Sauthier Accorsi (Delegada Adriana Accorsi)	49 anos	GO	PT	Direito	Delegada da Policia Civil	96.714	R\$1.114.759,00
Ione Maria Moreira Dias Barbosa (Delegada Ione Barbosa)	48 anos	MG	AVANTE	Direito	Delegada da Policia Civil	52.630	R\$522.346,57

Fonte: elaboração própria

É possível notar que, os dados sobre as Deputadas eleitas estão em concordância com o perfil sociopolítico das 157 candidatas, o qual foi desenhado no capítulo anterior. Com exceção de uma (Major Fabiana), todas as Deputadas Federais eleitas estavam na faixa dos 40 anos quando foram eleitas, com formação superior e casadas. Além disso, embora todas sejam de estados distintos, a maioria é da região Sudeste (três), o que também está em conformidade com os dados gerais das candidatas. Três são Policiais Militar e três são Delegadas da Polícia Civil⁴⁶.

No que diz respeito às votações, observa-se que três candidatas – Major Fabiana, Delegada Ione Barbosa e Coronel Fernanda – obtiveram entre 50 e 60 mil votos, sem se destacarem em relação às demais. A Policia Katia Sastre foi a que obteve a votação mais expressiva entre as seis Deputadas da Segurança Pública, o que também a posicionou como a terceira mulher mais votada para o cargo em 2018. Já em 2022, a Delegada Adriana foi a

⁴⁶ Embora uma delas tenha declarado sua ocupação como “advogada”, utilizou no nome de urna seu cargo “Delegada Katarina”.

candidata da Segurança Pública mais bem votada, embora tenha alcançado apenas a 53ª posição no quadro geral das eleitas. No outro extremo, a Delegada Katarina teve a menor quantidade de votos entre as candidatas analisadas, com apenas 38.135 votos, ocupando a 85ª posição entre as 91 Deputadas Federais eleitas em 2022.

Em relação às prestações de contas das candidatas, destaca-se que todas dependeram do repasse de verbas do FEFC, para financiar suas campanhas. No que diz respeito aos valores empregados, observa-se que Major Fabiana teve um custo de campanha relativamente baixo, em comparação com as demais mulheres eleitas em 2018, posicionando-se como a quarta Deputada Federal que menos gastou naquela eleição. De forma similar, em 2022, a Delegada Ione Barbosa ocupou o oitavo lugar entre as eleitas com os menores gastos de campanha. As demais candidatas apresentaram despesas entre 1 e 2 milhões de reais, o que está dentro da média de gastos das demais Deputadas Federais.

Por último, a vinculação partidária das candidatas reforça o que foi exposto no Capítulo anterior, a respeito da expansão da direita no Brasil. Das quatro Deputadas eleitas em 2022, duas pertenciam a partidos de direita (PSD e PL), assim como as duas eleitas em 2018 (PR e PSL). Outras duas eleitas em 2022, por sua vez, eram filiadas a um partido de centro (AVANTE) e um de esquerda (PT).

4.2 Pautas de campanha das eleitas: mulheres ou segurança pública?

Para a análise das propostas de campanha das candidatas eleitas à Deputada Federal, utilizou-se as postagens feitas nas suas contas na rede social Instagram. A escolha dessa comunidade virtual se deu por duas razões principais: facilitar a busca e por ser uma das redes sociais mais populares e acessadas pelo eleitorado⁴⁷. Dessa forma, ter somente uma plataforma como fonte, torna mais ágil o processo de busca dos dados. Além disso, o limite temporal para a coleta de dados, e de escrita, de uma dissertação, devem ser levados em conta.

Neste contexto, o período da coleta das postagens corresponde à data inicial e final das campanhas eleitorais, estabelecida pelo TSE. Em 2018, foi de 16 de agosto a 05 de outubro, e, em 2022, de 16 de agosto a 30 de setembro⁴⁸. No período definido, foram identificadas 1.069

⁴⁷ Algumas pesquisas apontam o Instagram como uma das redes sociais mais consultadas pelo eleitorado para análise das campanhas eleitorais. Algumas dessas pesquisas podem ser consultadas em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado> e <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/pesquisa-mostra-qual-rede-social-e-a-preferida-dos-brasileiros-para-acompanhar-a-politica.ghtml>

⁴⁸ Consulta realizada nos calendários eleitorais de 2018 e 2022, disponíveis no *site* do TSE. Acesso em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Janeiro/eleicoes-2018-2013-confirma-o-calendario-com-as-principais-datas> e <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2022/calendario-eleitoral-resumido>

postagens. A delegada Adriana Accorsi (PT/GO) foi a mais ativa, com 386 *posts* no referido período eleitoral. No outro extremo, a delegada Ione Barbosa (MG/AVANTE), com menos publicações (83).

A coleta e compilação dos dados foram realizadas por meio de uma análise detalhada e individual de cada postagem feita nos perfis das candidatas no Instagram, durante o período especificado anteriormente. Cada publicação foi examinada minuciosamente, levando em consideração o contexto e a mensagem transmitida. As postagens abordavam uma ampla gama de temas, incluindo propostas relacionadas à educação, proteção dos agentes das instituições policiais, incentivo ao esporte, prevenção à violência contra a mulher, liberação do porte de armas, entre muitos outros. O Quadro 9 divide as postagens de cada candidata, no período selecionado, por categoria de assuntos que foram abordados. Note-se que a mesma postagem pode tratar de variados temas, sendo assim, para os fins aqui propostos, foi levada em consideração a principal temática presente em cada publicação. O Quadro a seguir divide as publicações feitas pelas candidatas eleitas em categorias, para facilitar a análise do teor do que foi postado:

Quadro 9: Categorização das postagens do Instagram

	2018		2022			
	Fabiana (PSL/RJ)	Katia (PR/SP)	Ione (AVANTE/MG)	Katarina (PSD/SE)	Adriana (PT/GO)	Rubia (PL/MT)
Agenda/informação de campanha	65	60	44	127	277	84
Apoio a outro candidato	3	3	–	2	4	3
Apoio a partido	2	2	–	–	–	–
Apoio de outro candidato	2	2	–	5	1	–
Apoio de eleitores	32	16	2	4	20	16
Ataque aos adversários	–	3	–	–	3	6
Informações sobre a candidata	15	4	13	29	3	6
Notícias envolvendo a candidata	7	4	–	–	7	
Fatos alheios à campanha	5	2	3	1	–	2
Proposições de políticas/propostas	16	7	14	14	23	9
Outro	4	–	7	1	3	2
Postagens de apoio à Bolsonaro ou Lula	1	15	–	–	45	19
Totais	152	118	83	183	386	147

Fonte: elaboração própria com base nos dados abertos disponíveis no Instagram

Agenda/informação de campanha são os *posts* contendo informações sobre passeatas, eventos, material de divulgação e os canais de comunicação das candidatas, bem como vídeos do horário gratuito de propaganda eleitoral. Essa foi a categoria de postagem que as candidatas mais fizeram, o que importa dizer que elas utilizaram a rede social principalmente para informar o eleitorado sobre o andamento de suas campanhas, onde estariam realizando eventos e como os eleitores poderiam entrar em contato com elas.

Outrossim, as postagens referentes ao apoio de outras pessoas, dizem respeito a mensagens do eleitorado, de crianças, familiares e colegas de profissão, destinadas a demonstrar adesão à campanha da candidata. A categoria “informações sobre a candidata”, diz respeito a publicações informando sobre suas trajetórias pessoais e profissionais.

Ataque aos adversários esteve mais relacionada com postagens feitas contra os candidatos à Presidência da República, Lula ou Bolsonaro, a notar que, as únicas candidatas que apresentaram esse tipo de conteúdo foram as que pertenciam aos partidos dos respectivos candidatos. O mesmo se pode dizer das postagens de apoio, que incluem fotos, vídeos e mensagens de apoio às candidaturas dos candidatos à presidência mencionados acima.

Na presente dissertação, a metodologia adotada foi a seleção e análise das postagens no Instagram, durante o período oficial de campanha eleitoral, em 2018 e 2022, tendo como foco os temas segurança pública⁴⁹ e mulheres⁵⁰. Como já destacado, a quantidade de postagens realizadas pelas candidatas eleitas teve uma grande variação, entre 83 e 386 *posts*. No Quadro abaixo, é possível visualizar o total de publicações de cada eleita e a sua distribuição entre os dois principais temas.

Quadro 10: Número de postagens nas contas de Instagram das candidatas

2018 (16/08 a 05/10)	Total de postagens	Segurança Pública	Mulheres
Katia da Silva Sastre (PR)	152	42	4
Fabiana Silva de Souza (PSL)	118	23	6
2022 (16/08 A 30/09)			
Adriana Sauthier Accorsi (PT)	386	1	8
Katarina Feitoza Lima Santana (PSD)	183	7	8
Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira (PL)	147	5	3
Ione Maria Moreira Dias Barbosa (AVANTE)	83	11	11

Fonte: elaboração própria com base nos dados abertos disponíveis no Instagram

⁴⁹ Incluindo temas como controle da criminalidade, instituições policiais, segurança social, combate à violência e outros.

⁵⁰ Incluindo direitos das mulheres, representatividade feminina, delegacias da mulher, segurança da mulher, entre outros. *Posts* com assuntos relacionados à segurança da mulher ficaram nesse tópico pois estão intimamente relacionados com a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Como se percebe pelos dados coletados, o tema da segurança pública foi mais instrumentalizado entre as seis eleitas, mas, mesmo assim, não é o principal foco delas na campanha eleitoral, somando os dois períodos, foram apenas 89 publicações (8,3%). Em 2018, este tema esteve mais presente do que nas campanhas de 2022, possivelmente, porque as duas eleitas construíram suas imagens eleitorais ancoradas principalmente na conversão de seu capital profissional como policial. Assim, conduziram suas campanhas focadas em torno do desempenho de suas funções e nos eventos em que viraram notícias, como exposto acima. Além disso, as duas eleitas de 2018 eram vinculadas a partidos de direita e apoiadoras de Bolsonaro, o que também explica a ênfase de suas campanhas em discursos voltados para a segurança pública, uma vez que, como apontam Berlatto e Codato (2014, p. 8): “Quanto mais à direita no espectro político, maior a adesão às estratégias mais repressivas no campo da segurança pública. Ou seja, mais se é favorável à pena de morte, à redução da minoridade penal, às punições mais duras, prisões perpétuas, etc”

Já a temática sobre "mulheres" apareceu com maior frequência entre as eleitas em 2022. Isso pode ter ocorrido em virtude da vinculação partidária de duas dessas candidatas, uma era de centro e a outra de esquerda. Nota-se que, neste ano, a única que teve mais publicações sobre segurança pública do que sobre mulheres foi a candidata Rubia, filiada ao mesmo partido de Bolsonaro (PL). As demais mostraram mais engajamento com pautas sobre mulheres ou uma distribuição equilibrada entre os assuntos.

Antes de adentrar na análise das campanhas, é importante atentar-se para algumas questões que são comuns a todas as eleitas. Primeiramente, identifica-se que todas elas realizaram a conversão de seu capital profissional em capital político, nos termos da Teoria dos Campos, de Bourdieu, explorada no Capítulo 2. Um exemplo disso é a forma como se apresentam ao eleitorado e a utilização de suas patentes policiais nos nomes de urna. Essa estratégia evidencia como suas experiências profissionais, adquiridas junto às corporações policiais, foram mobilizadas para agregar visibilidade, credibilidade e validação às candidaturas e, ainda, funcionam como um atalho para adentrar no cenário da política institucional. Esse emprego da titulação profissional é explicado por Bourdieu, quando destaca que: “O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico, legal (e não apenas legítimo)” (1989, p. 148)

Em todas as campanhas, é possível verificar declarações das candidatas frisando que, assim como fizeram um bom trabalho nas instituições policiais, também trabalharão com excelência ao atuar na esfera política. Isso porque, ao recorrer ao capital profissional, elas

pretendem transformá-lo em capital simbólico, para conseguir entrar no campo político com mais facilidade. Uma vez que: “A capacidade de conseguir voto deriva-se do capital simbólico dos agentes e este, da conversão de capitais acumulados e transformados em poder, na grande maioria das vezes em outros campos que não o político” (PINTO, 1996, p. 226). Essa conversão se mostra necessária, para que as Deputadas tenham as condições necessárias para ocupar um lugar no campo político, no qual

A força das ideias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. É o que faz com que o campo da política - onde se procuraria em vão uma instância capaz de legitimar as instâncias de legitimidade e um fundamento da competência diferente do interesse de classe bem compreendido - oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito (BOURDIEU, 1989, p. 185).

Outra estratégia utilizada pelas Deputadas Federais oriundas da Segurança Pública, em suas campanhas eleitorais, é agregar à construção de sua imagem política, o fato de serem esposas e mães que atuam com bravura e afinco, no cuidado e na manutenção da segurança de suas famílias e filhos, e também de toda a sociedade, no desempenho de suas funções como policiais e delegadas⁵¹. Miguel (2001) aponta que, a figura da mulher como cuidadora, como mãe, é mobilizada com frequência, inclusive entre as próprias mulheres na política, as quais encontram nesse discurso uma maneira de sustentar um diferencial positivo em relação aos concorrentes masculinos. Essa prática é definida como política do desvelo ou pensamento maternal, segundo a qual as mulheres, por já estarem acostumadas a cuidar dos outros e zelar pelos indefesos, trariam para a política a valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca pela paz, valorizando áreas que hoje são desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente (MIGUEL, 2001):

O central, nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família. Responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para suas outras atividades (MIGUEL, 2001, p. 260).

⁵¹ A manifestação desse perfil maternal e cuidador pode ser visto em postagens como as que estão nos seguintes links:

Major Fabiana: <https://www.instagram.com/p/BnW5eCbBrI8/>

PoliciaI Katia Sastre: <https://www.instagram.com/p/Bnr4VKEhwUT/>

Ao agregar essa imagem maternal, as Deputadas estudadas, visam conferir credibilidade ao seu discurso eleitoral, destacando a urgência de um maior cuidado com as crianças e famílias, que são afetadas pelo aumento da criminalidade urbana no país. A finalidade dessa construção é transmitir a ideia de que elas, enquanto profissionais da segurança pública, mães e agora políticas, têm a capacidade de implementar medidas eficazes para a prevenção da violência, reforçando seu papel como protetoras, não apenas de suas próprias famílias, mas também da sociedade como um todo. Essa associação entre maternidade e segurança permite que elas se apresentem como vozes confiáveis e comprometidas com o bem-estar da população.

A partir dessas ideias, passa-se ao estudo das campanhas eleitorais das deputadas federais eleitas, tomando como unidade de análise as suas postagens feitas no Instagram. A Policial Katia Sastre, eleita em 2018 pelo PR/SP, construiu sua campanha e imagem eleitoral ancorada em sua história como Policial Militar. Inicialmente, importante destacar que, em seu material de divulgação, a candidata aparece muitas vezes vestida com sua farda de policial, demonstrando visualmente, e de forma clara, sua vinculação com a referida instituição. Além disso, concentrou sua campanha em postagens de defesa da segurança pública (36%).

Figura 5: Reprodução de *post* do Instagram de Policial Katia Sastre (26 de agosto de 2018)



Fonte: perfil de Policial Katia Sastre no Instagram: <https://www.instagram.com/p/Bm9YTVyB9Mj/>

Essa preocupação está diretamente vinculada à sua origem profissional, bem como ao episódio que a fez ganhar notoriedade nacional. A candidata o explora politicamente, citando-o em 18 postagens⁵² e empregando frases como “Atirei e atiraria de novo” e “Agi como Policial Militar e como mãe”. A cobertura dada pela mídia ao fato, à época, também é citada e mencionada pela policial em seis publicações⁵³.

A construção da imagem e da agenda eleitoral de Kátia está alicerçada em sua carreira como Policial Militar, marcada pela frase: “Sou uma mulher corajosa e guerreira, mãe, policial [...]” (SASTRE, 02 de outubro de 2018). Com este slogan, a Deputada ressaltou que trabalharia na política com o mesmo compromisso e dedicação que trabalhou durante tantos anos na atividade policial. Em sua postagem de apresentação para o eleitorado, construiu sua imagem como corajosa e destemida, que não hesitou em defender crianças e mães de uma ação criminosa, destacando:

Coragem que merece nosso respeito.

Olá, sou a policial Katia Sastre.

No último dia das mães, meios de comunicação do Brasil e do mundo mostraram minha ação na porta de uma escola em Suzano. Agi como policial e como mãe, por isso, atirei em um criminoso e atiraria novamente, já que minha filha e muitas crianças estavam na mira do bandido.

Me candidatei a deputada federal para lutar em um outro combate: usarei a política para dar voz àqueles que buscam uma segurança pública eficiente. Em 20 anos como

⁵² Como pode ser visto nas seguintes publicações:

- <https://www.instagram.com/p/BnT5mOhhpvE/>
- <https://www.instagram.com/p/BneX8xrhvNb/>
- <https://www.instagram.com/p/Bno-3yehvB4/>
- <https://www.instagram.com/p/BnpX5RTBxpT/>
- <https://www.instagram.com/p/BntK1-dndpG/>
- <https://www.instagram.com/p/BnuEd2pDm51/>
- <https://www.instagram.com/p/BnwFbwJBbsn/>
- https://www.instagram.com/p/Bn2B7Rbh_nJ/
- <https://www.instagram.com/p/BoRikvDB4IB/>
- <https://www.instagram.com/p/BoXOYAHBpVS/>
- <https://www.instagram.com/p/BoY8Wuth1oh/>
- https://www.instagram.com/p/BoZX8J5h_Xz/
- <https://www.instagram.com/p/BoB8f8BBD80/>
- <https://www.instagram.com/p/BocYFIJnbY1/>
- <https://www.instagram.com/p/BoehTJYByDJ/>
- <https://www.instagram.com/p/BofKnO5h9Px/>
- <https://www.instagram.com/p/Boh9DEoh9HB/>
- <https://www.instagram.com/p/BokGWfnB6GH/>

⁵³ Como pode ser visto nas seguintes publicações:

- <https://www.instagram.com/p/Bn9sKZYhTzv/>
- https://www.instagram.com/p/Bn_zpt7huB2/
- https://www.instagram.com/p/BoINFONhXY1/?img_index=1
- <https://www.instagram.com/p/Bn4wTOPB5C7/>
- <https://www.instagram.com/p/Bn3hMbThzNW/>
- <https://www.instagram.com/p/Bn9HMEsBG2T/>

policial militar posso garantir que a sua segurança pode e deve ser melhor (SASTRE, 25 de agosto de 2018).

Katia sempre manifesta sua aptidão para mudar a situação da (in)segurança no Brasil e defender o estado de São Paulo, o qual, segundo ela, sofre com a impunidade, a corrupção e a violência urbana. Deixa claro que vai trabalhar para melhorar a segurança para a sociedade, as crianças e as “famílias de bem”. Esta promessa é o principal objetivo que pretende desempenhar no cumprimento do mandato, a qual foi frisada através de *hashtags* com frases que evidenciam seu compromisso, tais como: “coragem para fazer”, “coragem, força e honra” e “coragem para mudar”, que foram utilizadas em 133 publicações em sua conta na rede social.

Figura 6: Reprodução de *post* do Instagram de Policial Katia Sastre (12 de setembro de 2018)



Fonte: perfil de Policial Katia Sastre no Instagram: <https://www.instagram.com/p/Bno-3yehvB4/>

Em postagem feita no dia 04 de outubro, a Deputada expôs pautas como: a revogação parcial do Estatuto do Desarmamento, possibilitando o porte de arma para cidadão civil que preencha os requisitos, a alteração do Código Penal, em especial referente às excludentes de ilicitude do Art. 23⁵⁴. O intuito da candidata era conferir mais apoio e respaldo para as forças de segurança, nas ações legais em nome do Estado. Além disso, manifestou sua pretensão em enrijecer as leis penais, para aumentar o tempo mínimo de cumprimento inicial da pena e a

⁵⁴ Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

revogação de benefícios em caso de descumprimento das medidas cautelares. A candidata também argumentou a favor do fim ou alteração das audiências de custódia, do encerramento das saídas temporárias e da obrigatoriedade do PROERD⁵⁵ em todas as escolas públicas (SASTRE, 04 de outubro de 2018).

Quanto ao tema “mulheres”, foram identificadas apenas quatro postagens tratando do assunto, durante toda a campanha da candidata em 2018. Dessas quatro postagens, duas foram relacionadas a datas alusivas à temáticas femininas e uma referente ao dia internacional da igualdade feminina:

Ainda em tempo: hoje é o Dia Internacional da Igualdade Feminina. Nunca é tarde para lembrar que, nós mulheres, podemos ser o que quisermos. Policial, médica, engenheira, mãe, ou seja, aquilo o que a gente desejar. Não deixe que ninguém diga para você que seu sonho é impossível. O seu destino é seu.
Sou mãe e policial militar com orgulho. Tenha orgulho de você também. Ensine as mulheres de sua família isso e, juntas, vamos fazer o nosso Brasil um país melhor (SASTRE, 26 de agosto de 2018).

A outra publicação foi alusiva ao outubro rosa, alertando para a prevenção do câncer de mama:

Outubro é mês de falar sobre um assunto muito importante: o câncer de mama. Ele é o mais comum entre as mulheres, mas pode ser tratado e curado se for diagnosticado precocemente com o autoexame! Pratique o autoexame e fale com as suas amigas e familiares sobre isso. Essa luta é de todas nós! (SASTRE, 01 de outubro de 2018).

No dia 17 de setembro, a candidata compartilhou um vídeo de Bolsonaro falando sobre a ineficiência da Lei do Feminicídio para a proteção efetiva das mulheres, combinado com a filmagem do episódio em que Kátia parou a ação criminosa na escola de sua filha⁵⁶. Na mesma data, trouxe informações referentes ao aumento do número de casos de estupro de vulnerável no estado de São Paulo, com relação ao ano de 2017, sustentando que:

[...] A defesa da família vem em primeiro lugar, e para isso, devemos, além de proteger e acolher nossas crianças, punir severamente quem as maltrata! O nosso Código Penal prevê pena de 8 a 15 anos para estes criminosos. Um dos meus objetivos em Brasília será apoiar o enrijecimento das leis existentes, isto é, que elas sejam aplicadas efetivamente. #KatiaSastre2240 #CoragemParaFazer #MulheresDeFarda #DeputadaFederalSP (SASTRE, 17 de setembro de 2018).

Embora a candidata não tenha abordado com frequência assuntos envolvendo as mulheres em suas postagens, ela usou em suas publicações a *hashtag* “mulheres de farda”. Também compartilhou 11 publicações (vídeos e fotos) de mulheres, especialmente colegas das instituições da segurança, dando apoio a sua candidatura⁵⁷. Um exemplo é a publicação

⁵⁵ Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

⁵⁶ O vídeo pode ser encontrado em: https://www.instagram.com/p/Bn2B7Rbh_nJ/

⁵⁷ As publicações podem ser encontradas nos seguintes links:

https://www.instagram.com/p/BnocXeDh8RG/?img_index=6

<https://www.instagram.com/p/BnHTkEhBot0/>

feita no dia 30 de agosto, na qual aparece com a candidata à vice-Governadora pelo PR, “coronel Nikoluk”. Nela, a candidata enuncia “Mulheres fortes, decididas e com coragem para fazer o melhor para São Paulo” e destaca no vídeo “Mulheres juntas para fazer pela nossa segurança, pela nossa família, pela estrutura familiar. Mulheres guerreiras colocando a cara a tapa para servir a população. Mulheres determinadas, força, garra”.

O intuito ao usar essa *hashtag*, juntamente com a presença de outras mulheres, parece ser evidenciar a atuação feminina em ambientes tradicionalmente dominados por homens, como a política e as organizações policiais. Deste modo, essa escolha pode refletir um esforço para ressaltar a bravura e a coragem que foram necessárias para que ela lançasse sua candidatura, adicionando um diferencial que busca conquistar a confiança do eleitorado, principalmente o feminino.

Outrossim, em diversas oportunidades, a Deputada Kátia vinculou a figura materna em sua campanha. Como a foto em que aparece grávida e de farda, enquanto trabalhava como fiscal de obras da Polícia Militar de SP⁵⁸. Também, mostrou sempre a preocupação com a educação e com a segurança das crianças no ambiente escolar⁵⁹, ressaltando regularmente o episódio que deu início ao seu interesse pela política, o qual se passou na porta da escola de sua filha, durante a comemoração do dia das mães, ratificando a utilização do pensamento maternal, nos termos expostos anteriormente:

A escola é um dos lugares mais importantes da vida das nossas crianças e, mais do que um ambiente de aprendizado, ela também precisa ser um ambiente com segurança. Eu estava na frente da escola da minha filha para um evento de dia das mães quando eu precisei agir diante de um assalto. Quantas outras mães e pais já não passaram por isso e não conseguiram se defender?
É com isso que estou comprometida: melhorar a segurança do cidadão do bem.
É para isso que eu vou trabalhar! (SASTRE, 14 de setembro de 2018).

A partir da análise do material de campanha da candidata, constata-se que a policial Katia ancorou sua candidatura e campanha eleitoral em sua imagem profissional como Policial Militar, que combate à criminalidade e mantém a segurança da sociedade, em especial

https://www.instagram.com/p/BnpH8--B13d/?img_index=3
https://www.instagram.com/p/BnpXGyUBfOU/?img_index=3
https://www.instagram.com/p/Bn19_-KHzX8/
https://www.instagram.com/p/Bn_MaI3BO-b/
<https://www.instagram.com/p/BoADj4XBv65/>
<https://www.instagram.com/p/BoDDeQbhdII/>
https://www.instagram.com/p/BoKOapEhlhr/?img_index=1
<https://www.instagram.com/p/BoY8Wuth1oh/>
<https://www.instagram.com/p/BojPiGLherW/>

⁵⁸ Pode ser conferida no seguinte endereço: <https://www.instagram.com/p/Bnr4VKEhwUT/>

⁵⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BoXOYAHBpVS/>,
<https://www.instagram.com/p/BoY8Wuth1oh/>, <https://www.instagram.com/p/BohQwDhddO/>,
<https://www.instagram.com/p/Boh8f8BBD80/>, <https://www.instagram.com/p/BoehTJYByDJ/>,
<https://www.instagram.com/p/Boh9DEoh9Hb/>, <https://www.instagram.com/p/BntK1-dndpG/>

das crianças. Para tanto, utilizou-se da grande visibilidade que recebeu após o fato ocorrido na porta da escola de sua filha, na qual saiu em defesa de crianças e mães, sob um ataque criminoso na instituição de ensino, localizada no município de Suzano/SP. Cena esta que foi amplamente disseminada em seu Instagram. Esse ato serviu como instrumento de validação para a construção de sua imagem política, que se firmou como uma policial corajosa, destemida e uma heroína que combate o crime, a insegurança e a impunidade do país, estando apta também a defender e representar a sociedade, agora na Câmara dos Deputados:

Um combate diferente com o mesmo objetivo: a segurança da população. A mulher que sempre arriscou a vida pela de outras pessoas agora quer ser Deputada Federal e usar a política para dar voz àqueles que buscam uma segurança pública eficiente. Desde pequena, manteve vivo um conjunto de valores que serviu de inspiração para ser uma policial exemplar. Katia pretende agora levar até Brasília os mesmos valores para ser exemplo e inspiração para milhares de policiais e a população do Estado de São Paulo (SASTRE, 07 de setembro de 2018).

A outra eleita para o cargo de Deputada Federal em 2018, foi a Major Fabiana (PSL/RJ). À exemplo da colega Katia, esta policial militar também explorou em sua campanha eleitoral o fato inusitado, ocorrido em 2014, em que foi protagonista, ao evitar que um ônibus fosse incendiado no estado do Rio de Janeiro, abordando o assunto em três postagens de seu Instagram⁶⁰. Como mencionado anteriormente, a candidata aproveitou o destaque recebido na mídia local e nacional para se lançar na corrida eleitoral.

A construção da imagem política da Deputada gira em torno de ser uma figura feminina, com atuação forte e determinada junto à Polícia Militar, sem perder a “feminilidade” e a “essência feminina”. Tal situação pode ser visualizada nas representações feitas de sua atuação no acontecimento com o ônibus, as quais aparecem acompanhadas da frase “De salto alto: armada, major da PM impede ação de vândalos no Rio”, como se pode ver na imagem a seguir:

⁶⁰ As postagens podem ser encontradas nos links abaixo:
https://www.instagram.com/p/BmuSGAYHykn/?img_index=1
https://www.instagram.com/p/Bnn_L_uH7fo/?img_index=1
https://www.instagram.com/p/Bn2f9LEhYjX/?img_index=1

Figura 7: Reprodução de *post* do Instagram de Major Fabiana (20 de agosto de 2018)



Fonte: perfil de Major Fabiana no Instagram: <https://www.instagram.com/majorfabianadepfed/>

Na mesma linha, encontra-se o vídeo, compartilhado no dia 16 de agosto, em que a candidata ressalta: “[...] as mulheres mudam, mas continuam as mesmas. É possível alcançar posições dentro das empresas, corporações, sem perder a essência [...]”. Ainda, no dia 18 de setembro, publicou um vídeo no qual, declara:

Eu gravo esse vídeo para você, mulher que assim como eu cansou. Cansou de não ter representatividade mesmo sendo maioria de votos. Cansou de confiar em mulheres que na hora H não nos representam em nada. Vamos falar de empoderamento feminino, mas vamos falar da forma correta. Empoderamento feminino é poder trabalhar com as mesmas oportunidades que os homens tem. É poder trabalhar com tranquilidade que nossos filhos estão nas escolas sem acesso à drogas, sem acesso à erotização infantil e tudo que ele não precisa saber agora nesse momento. Então, você precisa ser representada e eu vesti essa camisa com coragem e continuidade! Não deixarei me influenciar por mentalidades masculinas. Estou aqui para representar a mulher, que terá um papel de destaque no governo de Jair Bolsonaro [...] (SOUZA, 18 de setembro de 2018)

Também enfatizou, em várias publicações, o fato de participar de diversas operações policiais como a única mulher, rodeada de homens, como no caso da retomada do complexo do alemão no RJ⁶¹. Além disso, ela fala diretamente sobre a necessidade de representatividade feminina na política, de mulheres com coragem para fazer mudanças e inovações:

[...] Eu nunca me escondi! Quem me conhece sabe o quanto eu luto para ser reconhecida e admirada como MULHER! Ser mãe, esposa, PM em tempo integral e ainda arrumar tempo para ser bonita, pra estudar e ter vida Social é tarefa pra heroína. Mas eu me empenho. Sempre dá certo? Não, mas eu me orgulho assim mesmo. Então MULHERES, hoje eu me dirijo a vcs, para que também não se escondam. Precisamos eleger Jair e Flavio Bolsonaro, presidente e senador. Precisamos eleger mais mulheres, e pra isso eu tô aqui. Eu jamais associaria a minha imagem a alguém que não valorizasse essa minha trajetória e o esforço que eu faço pra ser tudo isso, então pense bem antes de engolir conceitos mal intencionados. Eu, Fabiana, quero um país melhor, um RJ seguro para criar meus 3 filhos. E esse

⁶¹ Pode-se constatar o referido nas seguintes publicações: <https://www.instagram.com/p/BmqX9J1BBo3/> e https://www.instagram.com/p/BnKDj9gBgQ8/?img_index=1

processo de mudança passa por essa eleição! Então, pensem fora da caixa, pq nós MULHERES podemos mudar esse país. Vamos votar certo, venham comigo nessa! [...] (SOUZA, 2018)

Ao integrar o desempenho de suas atividades como profissional da segurança pública a um aspecto distintivamente feminino, a candidata demonstra um esforço intencional para que as eleitoras também se identifiquem com suas pautas e campanha eleitoral, como também fez a Policial Katia Sastre, anteriormente examinada. Ao proceder assim, a candidata não apenas sublinha sua própria capacidade e resiliência no exercício de sua atividade policial, mas também faz um apelo a um segmento eleitoral que valoriza a representatividade e a inclusão de vozes femininas em espaços de decisão e de autoridade.

Assim como Kátia, Fabiana também veiculou em suas postagens pautas que envolvem a Segurança Pública, as corporações policiais e os profissionais da área. Em seu primeiro *post* da campanha eleitoral, quando se apresenta através de uma foto, esta vem acompanhada da seguinte afirmação:

“PM COM ORGULHO. Transparência é o meu método e segurança o meu ideal. Pelo resgate do Brasil, pela estruturação social e jurídica dos agentes públicos e seus familiares, através do alinhamento de ações com a FAMÍLIA BOLSONARO. Vamos com fé!” (SOUZA, 16 de agosto de 2018).

A candidata divulgou em seu perfil no Instagram diversas propostas voltadas para os agentes das instituições militares. Por exemplo, no dia 20 de agosto de 2022, ressaltou a que a violência descontrolada no RJ é um reflexo da “cultura da impunidade”, trazendo propostas como investimentos em equipamentos e capacitação policial, previdência com equidade e extinção da progressão de pena para crimes dolosos⁶². No dia 26 de agosto, defendeu a necessidade de uma gestão da segurança pública que vise à eficiência operacional e administrativa, com benefícios para os agentes e instituições, bem como à excelência no serviço prestado, expondo a possibilidade de parcerias público privadas, para tornar as viaturas policiais mais seguras e minimizar a vitimização policial⁶³. Sempre frisando sua preocupação com a diminuição da violência e a expansão das medidas para assegurar a segurança da população:

Após quase 21 anos da PMERJ, contribuirei para a diminuição da violência através da reestruturação do sistema de segurança pública nacional, investindo na redução dos indicadores criminais do Estado, no reaparelhamento dos órgãos públicos e nas melhores condições de trabalho para os policiais e agentes de segurança. Comprometimento e honestidade, pra fazer dar certo AGORA! (SOUZA, 20 de setembro de 2018)

⁶² <https://www.instagram.com/p/Bm2A13Vn54O/>

⁶³ <https://www.instagram.com/p/Bm9yJLzhlrF/>

A referida candidata compartilhou nove vídeos, nos quais, aparecem colegas policiais, majoritariamente homens, manifestando seu apoio e voto para a candidata⁶⁴. Essa aderência à campanha, por parte de seus companheiros de farda, busca demonstrar a aceitação que seu discurso e suas propostas de campanha, voltadas para a valorização da força policial, encontraram perante essa categoria profissional. Tendo em vista que a maioria dos vídeos são de apoiadores masculinos, tem-se que a candidata pode estar incorporando em sua campanha uma forma de validação masculina de seu discurso e de sua posição política como profissional atuante da Segurança Pública. Tal postura traz à figura da candidata maior credibilidade, aceitação e força perante a população, já que as corporações policiais ainda são vistas como lugar para homens.

Outra tendência muito frequente dentre as postagens da candidata Fabiana, é a presença de vídeos, fotos e textos envolvendo o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro e seu filho Flávio, à época candidato ao Senado. As menções à família Bolsonaro, aos valores que defendem e às suas candidaturas, estão espalhadas em diversas publicações realizadas durante o período da campanha de 2018. Afora isso, a candidata também compartilhou, em seis publicações, mensagens de apoio e votos de recuperação, após o incidente em que Jair foi atingido por uma faca durante a campanha⁶⁵.

Em um dos materiais, bastante utilizado na campanha eleitoral, Major Fabiana é vista ao lado dos dois candidatos da família Bolsonaro, como ilustrado na imagem abaixo. Os vídeos e fotos com essa imagem estão acompanhados da frase “A mulher na segurança”⁶⁶.

⁶⁴ Tais vídeos podem ser encontrados nos seguintes links:

https://www.instagram.com/p/BmlCw4HBWu_/
<https://www.instagram.com/p/BmlUqIJBB0I/>
<https://www.instagram.com/p/BmmpIjMh1U-/>
<https://www.instagram.com/p/BmyXVaTngWL/>
<https://www.instagram.com/p/Bm1RadTHPD3/>
<https://www.instagram.com/p/Bm1tb93nDok/>
<https://www.instagram.com/p/BnSJFy7h8QX/>
https://www.instagram.com/p/BobNcHDAxTl/?img_index=1
https://www.instagram.com/p/Bml-xCbBd5_/

⁶⁵ Podem ser conferidos em:

<https://www.instagram.com/p/BnZ11yVh5nK/>,
<https://www.instagram.com/p/BnaGhNchx-s/>,
https://www.instagram.com/p/Bnb4r9ch7K_/,
<https://www.instagram.com/p/BncgS7PBIUD/>,
<https://www.instagram.com/p/Bne8VCWh2C7/>,
https://www.instagram.com/p/Bng6nVyhr1p/?img_index=1.

⁶⁶ <https://www.instagram.com/p/BnQrvFZBL4c/>
<https://www.instagram.com/p/Bn3Z0cYA8BO/>
<https://www.instagram.com/p/BoPDkaJAS-i/>
<https://www.instagram.com/p/Boesy8WakCx/>
<https://www.instagram.com/p/Bogd79RgYCM/>
https://www.instagram.com/p/BnB-XTgh_fT/
https://www.instagram.com/p/Bm_XWfBhOpX/

Esse slogan reforça a imagem política construída pela candidata, nos termos destacados anteriormente, na qual ela se apresenta como uma mulher que está inserida no ambiente policial, que é majoritariamente masculino, mas que não perdeu sua “feminilidade, beleza e cuidado” com seu lado feminino.

Figura 8: Reprodução de *post* do Instagram de Major Fabiana (03 de setembro de 2018)



Fonte: perfil de Major Fabiana no Instagram: <https://www.instagram.com/p/BnQrvFZBL4c/>

É importante destacar o uso das figuras de Jair e Flávio Bolsonaro na campanha da candidata, na tentativa de ter sua imagem associada não só à família, como também aos preceitos ideológicos defendidos por eles. Mesmo pertencendo ao mesmo partido dos Bolsonaros (PSL), a estratégia é apelar para o vínculo pessoal, ampliando seu engajamento com o eleitorado. Ao fazê-lo, pretende conquistar os votos de pessoas que se identificam com as pautas defendidas por Jair e Flávio, que incluem temas como segurança pública, aumento da punibilidade e medidas de controle da criminalidade, frequentemente abordados nas campanhas de todos os três. Dessa forma, Fabiana legitima seu discurso eleitoral, contando com o respaldo e a popularidade dos referidos candidatos, que possuem uma imagem mais conhecida no cenário eleitoral brasileiro, especialmente em 2018.

A campanha da Major Fabiana incorporou a temática da segurança pública na sua agenda eleitoral, tendo como estratégia destacar a presença feminina em espaços tradicionalmente dominados pelos homens, como é o caso das corporações militares. Este uso busca ampliar seu escopo eleitoral e também atingir o público que está interessado em aumentar o número de mulheres na política. As postagens em seu instagram, que enfatizam sua experiência profissional, o compromisso com a segurança, a sua atuação no episódio do “ônibus”, bem como seu apoio à família Bolsonaro, refletem um esforço para se conectar a um eleitorado preocupado com a violência e a criminalidade. Essa estratégia deve ser analisada levando em consideração que a candidata concorreu pelo estado do RJ, o qual

apresentava altos índices de violência urbana em 2018. Ao mesmo tempo, a candidata também propõe ampliar o espaço para mulheres na segurança pública, apontando sempre que se orgulha de ser uma mulher policial, utilizando sua história pessoal e profissional para ressaltar sua competência nessa área e seu comprometimento em levar essa característica para sua atuação como Deputada Federal.

Outra candidata que também teve tendência em focar suas postagens em assuntos relacionados à temática da Segurança Pública, foi Coronel Fernanda (PL/MT), eleita em 2022. Ao se apresentar, no dia 19 de agosto, seu *post* destacou que foi a primeira mulher presidenta da Associação dos Oficiais da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, tendo atuado por 25 anos na Polícia Militar deste Estado e, à época da campanha eleitoral, trabalhava como advogada. Nesta mesma publicação, também indicou que foi candidata ao Senado, em 2020, pelo Patriota. Mesmo obtendo 290.548 votos não se elegeu e ficou em segundo lugar na disputa. No mesmo *post*, também reafirmou que acompanha Bolsonaro e seu partido. Finalizou afirmando: “Sou cristã, casada com o Coronel Wanderson, mãe do Rubens, do João, do Paulo, da Naty e avó da Luíza e Carolina” (SIQUEIRA, 19 de agosto de 2022) e, assim, trazendo à sua candidatura o lado pessoal e a face da maternidade, presente também nas campanhas anteriormente analisadas.

Dentre as seis Deputadas Federais aqui analisadas, Rubia Fernanda Siqueira foi a que menos deu destaque a propostas relacionadas com a temática da segurança pública ou de assuntos relacionados aos direitos das mulheres. Foram apenas oito postagens sobre esses temas. O foco dos *posts* da Coronel Fernanda foi seu apoio ao candidato Jair Bolsonaro, companheiro de partido. Suas postagens ressaltaram o quanto compartilhavam das mesmas ideias e comungavam do mesmo lema “Deus, Pátria e Família”.

No esforço de associar sua imagem a Bolsonaro, ela compartilhou seis vídeos⁶⁷, entre os dias 12 a 30 de setembro, nos quais o ex-presidente manifestou apoio à sua candidatura e pediu votos para ela. Tal estratégia política incorporou à sua campanha a validação de seu discurso, através do pronunciamento de um homem que, à época, ocupava o cargo máximo da República e que expressava compartilhar os mesmos valores e opiniões da Coronel Fernanda. Este ideário conservador foi expresso de forma clara pela candidata, em postagem no dia 24

⁶⁷ Os vídeos citados podem ser encontrados nos seguintes links:

<https://www.instagram.com/p/CiaumB5p2Ew/>
<https://www.instagram.com/p/Ci3ckZaJkQk/>
https://www.instagram.com/p/Ci-_bq-ADBh/
<https://www.instagram.com/p/CjDk2vegZeC/>
<https://www.instagram.com/p/CjFmmxYgQKR/>
<https://www.instagram.com/p/CjIWIrA8hj/>

de agosto, afirmando ser a "a favor da vida, dos valores cristãos, da liberdade, do agro forte, de menos impostos e, em contrapartida, ser contra o aborto, a ideologia de gênero, a censura, a invasão de terras e a taxaço tributária excessiva". Com essa manifestação, a candidata deixa claro sua postura ideológica e a pauta política que defende. Ou seja, preceitos liberais na área econômica e conservadora na matéria comportamental e dos costumes.

Além disso, um dos materiais de divulgação mais utilizados durante a sua campanha trata-se de uma imagem em que ela aparece juntamente com Bolsonaro, como se pode ver na imagem a seguir, estabelecendo de forma clara sua vinculação com o candidato.

Figura 9: Reprodução de *post* do Instagram de Coronel Fernanda (16 de agosto de 2022)



Fonte: perfil de Coronel Fernanda no Instagram: <https://www.instagram.com/p/ChToeL6M-mq/>

No que diz respeito à Segurança Pública, enunciou: “Entendo que boa parte desta área corresponde ao Poder Executivo, mas, enquanto representante dos mato-grossenses e legisladora no Congresso Nacional, vou lutar por leis que protejam o cidadão de bem e as famílias, e que sejam mais rígidas para os criminosos”. Trazendo as seguintes propostas: “Elaboração de leis mais rígidas, sem progressão do regime e com obrigatoriedade do trabalho para as pessoas presas custearem suas despesas; propor leis de valorização da carreira dos profissionais da segurança pública; e defender o acesso ao porte de armas a todos os cidadãos” (SIQUEIRA, 16 de setembro de 2022)⁶⁸. Ainda, defendeu a instalação do PROERD nos municípios do Mato Grosso, bem como demonstrou apoio aos vigilantes, aos guardas municipais e aos policiais militares, civis e penais.

Nas propostas direcionadas às mulheres, a candidata manifestou o intento de criar programas de incentivo ao empreendedorismo feminino e a liberdade financeira e de fortalecer os programas de proteção à mulher, assim, combatendo a violência doméstica, institucional e política (SIQUEIRA, 12 de setembro de 2022). Para reforçar sua proximidade

⁶⁸ A referida publicação pode ser encontrada no link: https://www.instagram.com/p/CikNCVium5j/?img_index=3

com o eleitorado feminino, a Coronel Fernanda divulgou diversos vídeos com o depoimento de eleitoras manifestando sua intenção de voto na própria e proferindo o slogan "mulher vota em mulher"⁶⁹. Diferentemente das outras duas policiais eleitas em 2018, Fernanda não trouxe para seu Instagram manifestações de apoio à sua candidatura de colegas policiais. Isso pode ter ocorrido porque ela, embora utilizasse sua patente para nome de urna, já não estava mais na ativa na Polícia Militar, logo, talvez não possuísse mais contato direto com os profissionais desta instituição.

A partir do material analisado, pode-se depreender que o perfil do Instagram da Coronel Fernanda, durante sua campanha eleitoral, foi marcado pelo apoio à reeleição do candidato Bolsonaro, com constante associação entre seu nome e a figura do Presidente, que também era seu companheiro de partido. Para tal, fez diversas postagens expressando sua concordância com as pautas defendidas por ele, bem como de vídeos em que Bolsonaro também afirma seu respaldo à candidata. Ademais, apresentou propostas que refletem sua abordagem política voltada para os valores tradicionais, a defesa da família, dos valores cristãos e da liberdade, bem como sua oposição à chamada “pauta dos costumes” (aborto, a ideologia de gênero, entre outros).

Abordando a segurança pública de forma específica, a candidata não se diferenciou das campanhas empreendidas pelas demais candidatas aqui analisadas. Abordou assuntos como a valorização dos profissionais militares, o endurecimento das leis penais, com destaque para o projeto de acesso ao porte de arma para os cidadãos. Quanto às pautas envolvendo o direito das mulheres, a candidata não se preocupou muito com este tema, mas destacou a intenção de fortalecer os programas de proteção à mulher e de incentivar o empreendedorismo feminino.

Pautas como as defendidas pelas três candidatas acima analisadas, corroboram a reflexão estabelecida nos capítulos anteriores a respeito da crescente onda neoconservadora, que se espalhou pela política brasileira nos últimos anos, especialmente após 2016. Uma vez que “[...] a pauta neoconservadora é a de restauração da autoridade da lei, do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não obstrua a liberdade individual e a livre iniciativa” (ALMEIDA, 2018, p. 31). Com esses discursos, veiculados por essas candidaturas da Segurança Pública, vinculados com partidos de direita, é possível notar que:

⁶⁹ Alguns dos vídeos podem ser vistos nos seguintes links:
<https://www.instagram.com/p/CiX8ZW0AUKc/>
<https://www.instagram.com/p/CjDk2vegZeC/>
https://www.instagram.com/p/CjD8V0_Jgsa/
<https://www.instagram.com/p/CjGfvo9JFiy/>
<https://www.instagram.com/p/CjFmmxYgQKR/>

Passa-se a valorizar abertamente medidas arbitrárias de repressão sobre qualquer indivíduo que cometa um crime, geralmente orientadas para a eliminação física do sujeito sem nenhum tipo de proporcionalidade entre a conduta criminosa e o castigo aplicado. “Vive-se uma guerra! O cidadão está acuado, e os bandidos estão nas ruas!” Bradam seus defensores. [...] Os discursos enfatizam o caráter heroico da figura e da atividade policial: este é o agente último da ordem, braço armado do “cidadão de bem”; aquele que cumpre seu dever mesmo com o Estado lhe oferecendo baixos salários e condições precárias de trabalho. Concebe-se uma apreciação da autoridade policial como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das virtudes guerreiras e do heroísmo da figura policial se conjugam com um discurso que entende a violência como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutive de problemas sociais. A resolução dos conflitos na segurança pública prescinde de moderação; não pode haver tolerância, nem uma resolução baseada na busca de uma mediação calculada, essenciais para uma constituição de valores e instituições democráticas (FAGANELLO, 2015, p. 150-151)

O que se pode constatar, a partir da análise feita até aqui, é que essas candidatas, embora falem e incorporem em suas campanhas postagens relacionadas aos direitos das mulheres ou ao empoderamento feminino, parecem estar mais interessadas em atrair o eleitorado feminino, do que genuinamente defender essas pautas durante o exercício de seus mandatos. Isso porque, mantiveram seus *posts* concentrados em pautas envolvendo a Segurança Pública, referindo-se ao aumento da criminalidade, à corrupção, à violência urbana e abordando também, com menos frequência, assuntos como a prevenção à violência contra a mulher e a presença feminina nas instituições policiais.

Enquanto as duas eleitas em 2018, Katia (PR/SP) e Fabiana (PSL/RJ), e Rubia Fernanda (PL/MT), eleita em 2022, tiveram preocupação em destacar temas ligados à segurança pública em suas campanhas eleitorais, as outras três candidatas de 2022, Ione (Avante/MG), Katarina (PSD/SE) e Adriana (PT/GO), tiveram outro foco. Para essas eleitas, a pauta que ganhou destaque foi os direitos das mulheres e das minorias.

Delegada Ione (AVANTE/MG), foi a candidata com menos postagens no Instagram, durante o período da campanha, foram apenas 83. Contudo, foi a que mais apresentou propostas direcionadas às mulheres (11). A candidata apresentou-se como “Apaixonada por uma missão: A defesa e proteção das mulheres; Defensora da Segurança Pública; Delegada de Mulheres; Defensora da Família; Serva de Deus⁷⁰; Casada e mãe de dois filhos; Obtive quase 60 mil votos nas eleições para a Prefeitura de Juiz de Fora;”⁷¹. Como propostas para o

⁷⁰ Coronel Fernanda e Delegada Ione foram as duas candidatas que mais incorporaram o tema da religiosidade em suas campanhas. Coronel Fernanda, como visto anteriormente, incluiu em sua campanha, de forma mais expressiva, a defesa e manutenção dos valores cristãos. Contudo, importante ressaltar que as demais candidatas também mencionaram questões relacionadas à sua religião em suas postagens, mas o fizeram de maneira pessoal, apresentando sua devoção como uma forma de compartilhar esse aspecto particular com o eleitorado. Esse gesto complementa a construção de sua imagem como mulheres que defendem a família, os filhos e mantêm uma ligação com a religiosidade e a fé. O tema não foi explorado em profundidade nesta dissertação, pois elas não apresentaram propostas de campanha diretamente vinculadas ao assunto.

⁷¹ *Post* disponível em: <https://www.instagram.com/p/CiQzhz5v4rn/>

mandato, citou que sempre lutou pelas mulheres e que pretendia lutar por mais vagas em creches, investir em equipamentos de primeira linha para a Segurança Pública, por um transporte público melhor, para acabar com o desemprego em Juiz de Fora e destinar emendas para o asfaltamento de ruas e estradas⁷² (BARBOSA, 23 de agosto de 2022).

Nota-se que a candidata recorreu a sua experiência profissional como Delegada, atuante na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres em Juiz de Fora/MG, na qual esteve à frente desde 2013. Em postagem feita no dia 19 de setembro, direcionou abertamente a campanha para a luta por direitos para as mulheres, destacando que iria representá-las, defendendo e promovendo-as no Congresso Nacional⁷³. Mostrou também preocupação com a violência doméstica, o assédio, o abuso e a importunação sexual contra a população feminina, bem como a necessidade de maior atenção para o atendimento desses casos nas delegacias:

Fui Delegada de Mulheres durante muitos anos e a Defesa da Mulher sempre foi algo que ardeu em meu coração, estive à frente de diversas prisões contra a violência doméstica. Meu desejo é representar todas no Congresso Nacional, ser voz e lutar pelos nossos direitos com muita garra e coragem! 🤝
VOTE 7010 e vamos mudar essa realidade juntas! ❤️ (BARBOSA, 19 de setembro de 2022).

A outra preocupação da candidata Ione foi com a temática da segurança pública, onde apontou a escassez de mulheres atuando na área, em prol da sociedade. Nas suas postagens, compartilhou notícias envolvendo episódios de atuação de agentes da polícia no combate à criminalidade, ao tráfico de drogas e de crimes que foram cometidos na região de Juiz de Fora⁷⁴. No que diz respeito a propostas nesta área, a candidata eleita enfatizou a necessidade de “aumentar as vagas para policiais femininas e instalar mais Delegacias da Mulher” (BARBOSA, 13 de setembro de 2022)⁷⁵, afirmou que luta pela valorização da Segurança Pública e que irá investir em equipamentos de qualidade para os profissionais.

Destacou algumas das ações que realizou enquanto delegada de mulheres do estado de MG, apontando que foi a “Delegada de Polícia com um dos maiores índices de prisão da história de Juiz de Fora” (BARBOSA, 15 de setembro de 2022) e referindo:

O que já fiz pelas mulheres, mesmo sem ter mandato:
Como Delegada de Mulheres, realizei um trabalho de repressão atuando em diversos casos criminosos cometidos contra mulheres;

⁷² Postagem disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci-YaPeL7f0/>

⁷³ https://www.instagram.com/p/CitHP_xPyDY/

⁷⁴ As postagens podem ser conferidas nos seguintes links:

<https://www.instagram.com/p/ChmtDNdglyz/>

https://www.instagram.com/p/CiL1jUqrwJs/?img_index=1

<https://www.instagram.com/p/CiV4igbgzZg/>

<https://www.instagram.com/p/CibQVURg2P5/>

<https://www.instagram.com/p/Cidv27qAmGz/>

<https://www.instagram.com/p/CigZgBcAUmN/>

⁷⁵ Pode ser conferido aqui: <https://www.instagram.com/p/Cic22zIL6TL/>

O que quero fazer pelas mulheres com mandato:
Implementar mais Delegacias Especializadas em Atendimento às mulheres em todo o Estado e aumentar o número de Policiais Femininas, para que todas as vítimas mulheres sejam atendidas também por mulheres (BARBOSA, 24 de setembro de 2022).

O *slogan* de sua campanha é direcionado para mudança na política, sempre expondo em suas publicações frases como “A MUDANÇA PRECISA SER AGORA!”, “Chega de figurinhas repetidas na política, vamos em busca de fazer a diferença!” e “Chega da velha política! As pessoas estão cansadas da falsa política, querem alguém que lute por elas de verdade!” (BARBOSA, 20 de setembro de 2022).

Figura 10: Reprodução de *post* do Instagram de Delegrada Ione (20 de setembro de 2022)



Fonte: perfil de Delegrada Ione no Instagram: <https://www.instagram.com/p/Ciu4RIhrW57/>

A partir do material veiculado pela candidata, e destacado anteriormente, ficou evidenciada em sua rede social, a preocupação da Delegrada Ione com a defesa das mulheres. Ao abordar a Segurança Pública, destacou ser defensora da área e frisou em seus *posts* a indignação pela situação envolvendo o aumento da criminalidade na região onde atuava (Juiz de Fora/MG), bem como o apoio e admiração pela atuação dos policiais no combate às ações criminosas.

Tratando-se efetivamente de propostas para o mandato, a candidata eleita sempre incorporou a questão da mulher, mesmo ao abordar a segurança pública. Falou sobre o aumento do número de policiais femininas para atendimento das vítimas mulheres e a necessidade de implementação de mais delegacias de atendimento à mulher, como foi destacado na citação acima, transcrita de uma imagem publicada no seu perfil no Instagram.

Assim como as demais candidatas, a Delegrada Ione compartilhou fotos com sua família, marido e filhos, destacando seu papel como mãe e esposa cuidadosa e atenta,

trazendo a figura maternal para compor a construção da sua imagem para o eleitorado. Como se vê na imagem abaixo, ela também se apresentou como uma representante e protetora da causa feminina, preocupada em melhorar o atendimento das vítimas de violência doméstica e sexual através da contratação de mais policiais mulheres. A figura pública construída, somada à experiência anterior atuando como Delegada de Mulheres da Polícia Civil, traz confiabilidade para sua candidatura e consegue atrair a atenção das eleitoras, que estão em busca de maior representatividade na política.

Figura 11: Reprodução de *post* do Instagram de Delegada Ione (19 de setembro de 2022)



Fonte: perfil de Delegada Ione no Instagram: https://www.instagram.com/p/CitHP_xPyDY/

A Delegada Katarina (PSD/SE), que em 2020 foi eleita vice-Prefeita de Aracaju, também incorporou em sua campanha eleitoral a experiência adquirida durante os anos em que foi Delegada, atuante em várias delegacias no interior de Sergipe, enfocando que está “[...] totalmente preparada para ser a primeira Deputada Federal de Sergipe” (FEITOZA, 2022). A campanha esteve ancorada na premissa de que a candidata estava pronta para assumir o cargo de Deputada Federal, pois já passou por diversas situações adversas e desafios durante sua carreira policial. Além disso, outro foco das publicações é o desejo de ser a primeira Deputada Federal eleita pelo seu estado de origem.

As publicações desta candidata deixaram explícito seu envolvimento com a luta pelos direitos das mulheres, desde quando atuava como Delegada da Polícia Civil. Em *post* realizado na data de 05 de setembro de 2022, afirmou que: “Lutar pelas mulheres é uma das minhas bandeiras e dentro da polícia não poderia ter sido diferente. Agora, na política, eu quero fazer muito mais. Por isso, mulheres, peço o apoio de vocês para ser a primeira Deputada Federal de Sergipe e representar todas nós”. Além disso, sua atuação na Delegacia

de Mulheres culminou, por exemplo, na criação do Plantão de Gênero no DAGV⁷⁶ de Aracaju.

Dentre suas propostas, estava o aumento no número de Delegacias da Mulher, ampliar as cotas femininas na segurança privada, aumento do orçamento federal na luta contra a violência doméstica, garantia de assistência social aos órfãos do feminicídio e ampliação dos centros de referência em atendimento à saúde da mulher, da criança, do idoso, da pessoa com deficiência e da população LGBTQIAPN+⁷⁷: “Sempre estive ao lado dos vulneráveis e com a comunidade LGBTQIAPN+ não é diferente” (FEITOZA, 28 de agosto de 2022).

A Delegada Katarina (PSD) foi a única dentre as candidatas aqui estudadas a abordar assuntos que ainda são controversos na política e na sociedade brasileira, como, por exemplo, a prática da laqueadura. Em postagem realizada no dia 17 de agosto⁷⁸, a candidata comemora a aprovação, no Senado, da Lei 14.443/2022, a qual é um avanço em dois sentidos: reduz a idade mínima para a realização do procedimento, antes era 25 e passou para 21 anos; e estabeleceu que não é mais necessário que a mulher tenha a autorização do marido/companheiro para se submeter ao procedimento médico. Tais mudanças estabeleceram um progresso em relação à autonomia sexual feminina, como destaca Katarina na mesma publicação: “[...] essa vitória que garante liberdade para escolher o destino do nosso corpo e da nossa vida”.

Figura 12: Reprodução de *post* do Instagram de Delegada Ione (17 de agosto de 2022)



Fonte: perfil de Delegada Katarina no Instagram: <https://www.instagram.com/p/ChYBZ4uut0v/>

A respeito da Segurança Pública, as publicações foram voltadas para sua carreira profissional como delegada, trazendo propostas como: a municipalização da segurança

⁷⁶ Departamento de Atendimento aos Grupos Vulneráveis

⁷⁷ As propostas podem ser visualizadas no link: <https://www.instagram.com/p/CjBu0OdDQOO/>

⁷⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ChYBZ4uut0v/>

pública, a melhoria na condição de trabalho dos agentes policiais, aumento do investimento em inteligência policial, ampliação do atendimento para grupos vulneráveis, ampliação das rondas Maria da Penha, fortalecimento das guardas municipais e implementação do Estatuto da Segurança Privada, com inclusão de cotas femininas⁷⁹.

Outro ponto relevante a ser apontado na sua campanha eleitoral, é que ela traz um olhar diferente sobre a Segurança Pública, bem como apresentou promessas diferenciadas em comparação às outras candidatas, mais voltadas para os direitos e à proteção das minorias sociais e de grupos vulneráveis, tais como mulheres, idosos, crianças e a população LGBTQIAPN+. Em publicação do dia 27 de setembro, ela afirmou: “Com pulso de Delegada e coração de mãe, serei a voz dos grupos vulneráveis em Brasília. [...]”. Esse é um exemplo de como a candidata também empregou em sua campanha a política do cuidado, discutida no início do presente item.

Além disso, sempre explicitou sua preocupação em aumentar a segurança das mulheres, defendendo também que “segurança pública não é feita só com a polícia, a polícia é peça fundamental no sistema de segurança [...], mas na prevenção precisamos de outras políticas públicas” (FEITOZA, 31 de agosto de 2022), explicitando que a polícia, e outros entes estatais, precisam entender quais as problemáticas sociais existentes, para poder ajudar na prevenção e redução da criminalidade⁸⁰.

Por fim, a Delegada Adriana Accorsi (PT/GO), que foi, dentre as Deputadas aqui analisadas, a candidata com a maior experiência anterior na política institucional, tendo sido eleita e reeleita para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 2014 e 2018, e concorrido à prefeitura de Goiânia, nas eleições de 2016 e 2020, sem obter sucesso. Em todas as disputas sempre esteve filiada ao mesmo partido, o PT. Foi a candidata com maior número de publicações na rede social, totalizando 386 no período investigado. O teor de suas postagens reflete sua filiação partidária e seu campo ideológico. A exemplo das candidatas do PL, Adriana também divulga apoio ao candidato de seu partido, Lula da Silva, e faz constante associação entre ele e sua candidatura. O apoio de Lula é postado em 45 oportunidades, por exemplo, só no mês de agosto os *posts* ocorreram nos dias 17, 18, 19, 24, 25, 27, 28 e 29.⁸¹ Nas suas publicações, Adriana afirma estar alinhada aos ideais defendidos pelo candidato petista, demonstrando interesse em temáticas como a saúde pública, os direitos dos trabalhadores, os movimentos sociais, as crianças e adolescentes, a educação, entre outras.

⁷⁹ As propostas podem ser conferidas em: <https://www.instagram.com/p/CitSvE1jAVw/>

⁸⁰ Vídeo disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch7X8xjDTgF/>

⁸¹ Lembrando que as publicações analisadas são entre os dias 16/08 e 30/09.

Das 386 postagens realizadas pela candidata Accorsi, apenas uma aborda o tema da Segurança Pública. Mesmo assim, ela mostrou-se preocupada em tratar da criminalidade ou da violência contra a mulher, vinculada ao combate ao feminicídio, contra a exploração sexual, o tráfico de meninas e mulheres e a proteção do bem-estar da população feminina⁸². Além disso, também compartilhou um vídeo falando de suas propostas e de sua atuação como deputada estadual (GO), quando defendeu os direitos das mulheres, combateu a violência contra crianças e adolescentes e a defesa de uma segurança pública cidadã e democrática.⁸³

Figura 13: Reprodução de *post* do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (23 de setembro de 2022)



Fonte: perfil de Delegada Adriana Accorsi: <https://www.instagram.com/p/Ci27dqtLFgm/>

Em contrapartida, as postagens com a temática “mulheres” abrangeram vários tópicos. A candidata relatou que, no exercício do seu mandato de Deputada Estadual, teve um projeto aprovado para incentivo ao futebol feminino no estado de Goiás. Também abordou a questão da representação feminina na política, ressaltando a necessidade de aumentar a presença de mulheres no legislativo federal e defendendo que tal acesso é imprescindível para construir projetos que tragam dignidade e transformação, declarando:

É imprescindível a participação de mulheres na política para construir projetos que tragam dignidade e transformem nossas vidas para melhor! Junto com o Presidente Lula, eu vou lutar para que as mulheres e nossas crianças, tenham uma vida digna, livre da fome, do desemprego e da falta de condições de acesso à Educação (ACCORSI, 2022).

⁸² As postagens estão nos seguintes links:

<https://www.instagram.com/p/CiJELd8uhhO/>

<https://www.instagram.com/p/Ci27dqtLFgm/>

<https://www.instagram.com/p/ChsyPPqLJ8p/>

⁸³ O vídeo mencionado pode ser conferido aqui: https://www.instagram.com/p/CiNH_iog9bU/

Figura 14: Reprodução de *post* do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (05 de setembro de 2022)



Fonte: perfil de Delegada Adriana Accorsi: <https://www.instagram.com/p/CiJELd8uhhO/>

Além disso, sua campanha também deu enfoque para propostas direcionadas aos movimentos sociais e políticas públicas voltadas para a ampliação de direitos básicos, tais como, educação, direitos trabalhistas, inclusão social, participação feminina na política, entre outros assuntos similares. A candidata afirmou que: “Ao lado do presidente Lula no Congresso Nacional, vou trabalhar pela retomada de programas sociais importantes para garantir dignidade à vida de nossas crianças e suas famílias” (ACCORSI, 21 de setembro de 2022).

Esses pontos demonstram o alinhamento da candidata com os princípios defendidos por seu partido (PT), o que é reforçado por suas diversas publicações em apoio à eleição de Lula, para a Presidência da República. Além disso, há um vídeo em que Lula pede votos para Adriana⁸⁴ e fotos em que eles aparecem juntos, como a que segue. Tudo isso serve, também, como forma de validar seu discurso e sua candidatura.

⁸⁴ <https://www.instagram.com/p/CjBvOsJOjzO/>

Figura 15: Reprodução de *post* do Instagram de Delegada Adriana Accorsi (19 de setembro de 2022)



Fonte: perfil de Delegada Adriana Accorsi: <https://www.instagram.com/p/Cir5M9pPBBT/>

Nota-se que a candidata foi a que mais movimentou seu perfil no Instagram durante o período eleitoral. Foi, também, a que mais apresentou propostas em suas postagens. Essas incluíam temas como saúde, esporte feminino, educação, proteção às crianças e à juventude, suporte a demandas estudantis, como o fortalecimento do Prouni e do Fies, e muitas outras. Essa atividade intensa nas redes sociais, superior à das demais deputadas federais aqui estudadas, pode ser atribuída a diversos fatores, como sua carreira política mais extensa, que pode ter gerado um maior número de seguidores no Instagram e possibilitado, assim, a escolha de uma estratégia de *marketing* voltada para a rede social, visando também atingir um público mais amplo e diversificado.

Em uma análise final, enquanto as duas candidatas eleitas em 2018, e Rubia em 2022, trazem um discurso político que se pode identificar como securitário-repressivo, voltado para pautas mais conservadoras, envolvendo a segurança pública e a criminalidade urbana. As candidatas-delegadas Ione, Katarina e Adriana, eleitas em 2022, apresentam em suas campanhas bandeiras ideológicas voltadas para a defesa de direitos sociais, preocupadas com a representatividade feminina na política, a eliminação das violências contra as mulheres, entre outros temas semelhantes.

As candidatas de 2018, bem como Rubia, que venceu, em 2022, estavam mais focadas em mobilizar sua experiência profissional para alavancar seu ingresso na política institucional, especialmente, aproveitando a comoção popular e a cobertura da mídia sobre episódios "heroicos" em que elas foram as protagonistas. Através de sua expertise policial,

atuaram em situações em que outras pessoas estavam em risco. Desta forma, suas campanhas destacavam sua coragem ao agir e, por isso, seu preparo para assumir o cargo de Deputada Federal, pois, assim, enfrentariam destemidamente qualquer perigo e dificuldade que o cargo político poderia lhes impor. Por esse motivo, suas campanhas eleitorais contavam com um foco maior em propostas e temas voltados para a segurança pública, apesar de fazerem publicações voltadas para o eleitorado feminino, com o intuito de expandir seu campo e atrair também esses votos.

O que se identifica é a existência de uma política de presença dessas candidatas e não uma política de idéias. As Deputadas mencionadas, não apresentaram em suas campanhas eleitorais propostas concretas voltadas à promoção de políticas de igualdade de gênero ou à proteção de direitos femininos. Assim, a ascensão dessas mulheres a cargos políticos, por si só, não garante maior representatividade feminina nas esferas de poder, uma vez que temas essenciais ao movimento feminista, e às pautas de gênero, continuam excluídos do debate público. Essa distinção entre presença e representação efetiva é abordada por Pinto (2001), que reflete sobre como a participação feminina pode ser significativa quando as pautas feministas estão presentes nas esferas políticas:

A presença de muitas mulheres nas casas legislativas sem dúvida seria reveladora de um aumento da participação política da mulher e isso estabeleceria um novo patamar a partir do qual a questão da representação se coloca. A presença de um conjunto de propostas defendidas pelo feminismo revela uma outra situação, que é a da participação na política institucional de um sujeito político construído a partir de sua condição como mulher em relação às outras posições políticas e identitárias presentes no campo político (PINTO, 2001, p. 107).

Já as candidatas eleitas nas eleições de 2022, possuíam uma trajetória anterior ligada à política institucional. As quatro mulheres que venceram o referido pleito já haviam disputado outras eleições, algumas obtiveram êxito e outras não, mas, o que importa frisar é que, diferente das eleitas em 2018, que eram *outsiders*, as candidatas de 2022 já possuíam experiência na corrida eleitoral e contavam com algum capital político, quesito importante e necessário para auxiliar em suas campanhas. Não obstante, fizeram menção aos seus cargos nas instituições policiais, utilizando a patente em seu nome de urna, buscando promover mais credibilidade perante o eleitorado. Outro fato diferenciador entre as duas campanhas é que, nas eleições de 2022, as candidatas aqui estudadas apresentaram mais propostas voltadas aos direitos das mulheres, demonstrando também maior preocupação com problemas sociais, como a fome, a educação, a falta de moradia, as crianças, idosos e o público LGBTQIAPN+.

5. Considerações finais

Estudar as candidatas à Deputada Federal, nas eleições de 2018 e 2022, com vinculação profissional na Segurança Pública, serviu para compreender como se deu o caminho percorrido pelo neoconservadorismo, bem como o crescimento da direita e extrema-direita no cenário político brasileiro recente. Haja vista que essa movimentação teve início logo após o fim da ditadura militar, ganhou intensidade com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma e consolidou-se com a eleição de Bolsonaro em 2018.

A aceitabilidade dessas candidaturas perante o eleitorado brasileiro se dá através da construção do “discurso do medo”, no qual são mobilizados os dados que mostram a elevada presença de insegurança, perante a violência urbana, que se vê em várias cidades do Brasil. Assim, essas candidatas, lançam mão de suas posições como policiais, delegadas, bombeiras, militares ou qualquer outro cargo das instituições da Segurança Pública, e constroem uma imagem política atrativa para os eleitores, que estão aterrorizados e amedrontados pela crescente criminalidade, clamando por mais medidas punitivas para as pessoas criminosas.

A expressão “sensação de insegurança” tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública. Parece-nos que ela pode ser lida como a representação do medo instalado nas subjetividades e que as conduzem a desejarem medidas duras contra os perigos do cotidiano. Reverberando a violência naturalizada, demandam-se ações policiais fora dos padrões de dignidade humana e a criação de leis com ainda maior poder punitivo (TELES, 2018, p. 79).

Ao analisar as trajetórias e campanhas dessas candidatas, foi possível perceber que elas possuem origens diversas, com capitais políticos e culturais variados, desafiando a ideia inicial de que constituiriam um grupo homogêneo. Dessa forma, ao revisitar as perguntas que nortearam esta pesquisa, podemos refletir e responder a elas: qual é o perfil socioeconômico e político dessas candidatas? Quais foram as pautas defendidas pelas eleitas em suas campanhas eleitorais? E em que medida a vinculação com a área da segurança pública molda a identidade política dessas mulheres?

O perfil sociopolítico das candidatas aqui analisadas não destoam do perfil geral das mulheres que disputam cargos eletivos no Brasil. Ou seja, são mulheres na faixa dos 40 anos, solteiras (em 2018) ou casadas (em 2022) e com ensino superior completo. A análise revelou que essas mulheres tendem a entrar na política em uma fase mais madura da vida, quando suas responsabilidades familiares não lhes requerem tanta dedicação e amparo, permitindo que se dediquem às exigências de uma campanha eleitoral, sem necessitar dividir suas atenções com demandas com filhos, maridos ou deveres domiciliares.

Quanto ao perfil racial das candidatas, também acompanhando a tendência geral das candidaturas no Brasil, houve um aumento no número de mulheres negras, entre os anos de

2018 e 2022. Contudo, essa maior representatividade não se refletiu proporcionalmente entre as eleitas, uma vez que, das seis Deputadas analisadas na presente dissertação, apenas uma se declarou parda em seu registro no TSE. Tal conjuntura demonstra que, apesar de estarem presentes em maior número, enquanto candidatas, as mulheres negras ainda encontram mais dificuldades em angariar votos junto ao eleitorado e, de fato, assumir posições de poder na política brasileira. Isso reflete uma sociedade marcada pelo racismo, na qual as posições de representação política são monopolizadas pelas pessoas brancas, em função de seus privilégios. No caso das mulheres, as representantes são, majoritariamente, brancas, heterossexuais, de classe média, o que não retrata a realidade e diversidade das mulheres brasileiras como um todo.

Em relação à vinculação partidária, confirmando as premissas e reforçando as observações feitas anteriormente sobre o crescimento do neoconservadorismo e da direita/extrema-direita no Brasil, as candidatas alinharam-se principalmente a partidos deste campo ideológico. Em 2018, o PSL foi a principal escolha dessas candidatas, enquanto que em 2022, o PL tornou-se o mais representativo. Legendas às quais o candidato Jair Bolsonaro estava filiado quando concorreu à Presidência da República.

Geograficamente, a maioria destas candidaturas esteve concentrada na região Sudeste, com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi possível observar uma correlação entre esses dois estados e os elevados números de criminalidade urbana que apresentaram, o que sugere uma associação dos estados com altos índices de mortes violentas intencionais e aqueles que apresentaram uma maior quantidade de mulheres com vinculação profissional ligada à Segurança Pública que concorreram ao cargo de Deputada Federal, em 2018 e 2022. Confirmando, assim, a primeira hipótese desta dissertação, uma vez que, a maioria das candidatas da Segurança Pública possui vinculação a partidos de direita, bem como são provenientes de estados com altos índices de criminalidade urbana.

No que diz respeito às seis eleitas, foi possível constatar que todas converteram seu capital profissional/cultural em capital político, nos termos da teoria dos campos de Bourdieu. Elas fizeram essa conversão, por exemplo, vinculando seus cargos em seu nome de registro, o qual é utilizado em todo o material de campanha. Ou seja, a construção da imagem política dessas Deputadas, a qual é apresentada ao eleitorado, se deu apoiada nas posições que ocupavam enquanto atuavam nas instituições policiais/militares. Logo, em um ambiente político historicamente hostil à presença feminina, essa estratégia funcionou como um atalho para alcançar os cargos eletivos almejados, além de trazer confiabilidade e validação às candidaturas. Como explica Bourdieu:

A palavra política - é o que a define de modo próprio - empenha totalmente o seu autor porque ela constitui um empenhamento em fazer que só é verdadeiramente político se estiver na maneira de ser de um agente ou de um grupo de agentes responsáveis politicamente, quer dizer, à altura de conseguirem o empenhamento de um grupo e de um grupo capaz de a realizar é só com esta condição que ele equivale a um acto. A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade (BOURDIEU, 1989.p. 186).

A partir desse panorama, confirmam-se outras duas hipóteses da presente dissertação: as eleitas efetivamente converteram seu capital profissional em capital político, com o propósito de criar uma identidade política baseada em seus cargos e funções desempenhadas nas entidades da Segurança Pública. Esse movimento teve como objetivo agregar confiabilidade às suas campanhas, bem como obter maior adesão junto ao eleitorado

A última hipótese também foi confirmada. As candidatas eleitas, de fato, fizeram uso de sua experiência na área de segurança pública para apresentar uma agenda político-eleitoral, com pautas securitárias-repressivas, voltadas ao combate à criminalidade. Nota-se que, em alguma medida, a vinculação com a segurança pública foi explorada por todas as seis candidatas eleitas, embora o discurso repressivo tenha sido mais frequentemente utilizado entre candidatas ligadas aos partidos conservadores, como o PR, PSL e PL. Ademais, foi possível perceber que, em 2022, houve uma ampliação na temática das pautas de campanha, em comparação com 2018, quando o foco das candidatas esteve mais associado à proposições envolvendo a Segurança Pública, o controle da criminalidade e o aumento de medidas repressivas.

Assim, a análise feita a partir das postagens do Instagram dessas candidatas, revela um paradoxo, pois, embora sua presença no cenário político brasileiro representa um aumento na participação feminina (política de presença), suas agendas eleitorais nem sempre refletiram os interesses e demandas das mulheres enquanto grupo social (política de idéias). Isso porque, elas optaram por priorizar pautas envolvendo a segurança pública e o combate à criminalidade, em detrimento de questões mais diretamente relacionadas aos direitos das mulheres. Tal perspectiva remete ao conceito de “política de presença”, desenvolvido por Anne Phillips. Embora a ascensão dessas mulheres a cargos políticos seja um progresso em termos de igualdade numérica na representação, isso não necessariamente traduz um avanço na representatividade de gênero, tendo em vista que a verdadeira representatividade vai além da mera ocupação de cargos e é essencial que as mulheres eleitas defendam ativamente agendas que abordam os desafios específicos enfrentados pelas mulheres na sociedade.

Em contrapartida, três das quatro candidatas eleitas em 2022, além de abordarem assuntos relacionados à Segurança Pública, também incorporaram em suas campanhas pautas

e propostas mais voltadas aos direitos de grupos sociais minoritários e vulneráveis, bem como defenderam a proteção e expansão de direitos para as mulheres. Embora não seja possível identificar uma única causa para essa mudança no direcionamento das campanhas, pode-se considerar que esteja relacionada ao expertise político dessas candidatas, à medida que já haviam participado de eleições anteriores e possuíam experiência em cargos eletivos. Com isso, elas teriam adquirido um melhor entendimento das demandas e preferências de seu eleitorado, ajustando suas propostas para atender a essas expectativas de forma mais abrangente.

Ademais, outro fator a ser considerado é o contexto específico das eleições de 2022. Neste ano, o Brasil registrou o menor número de Mortes Violentas Intencionais (MVIs) em uma década, totalizando 47.398 casos. Esse declínio significativo pode ter influenciado o cenário eleitoral, diminuindo o apelo de um discurso excessivamente focado na segurança pública, o qual foi mais relevante nas eleições de 2018. Naquele período, o Brasil ainda sentia o impacto do pico de MVIs ocorrido em 2017, quando os casos atingiram 64.078 — o maior índice desde 2011. Portanto, o cenário de 2022, com índices de criminalidade mais baixos, pode ter levado as candidatas da segurança pública a diversificarem suas pautas, adaptando suas campanhas a um eleitorado que não via mais a violência urbana como a principal questão a ser abordada.

Diante disso, observa-se que, nas eleições de 2018, as candidatas eleitas levantaram temas como a presença de mulheres nas instituições policiais, a proteção da família e das crianças, além do empoderamento feminino, utilizando frases como “mulheres de coragem” e “a mulher na segurança”. Contudo, essas iniciativas pareceram ser, em grande parte, estratégias voltadas exclusivamente para fortalecer suas candidaturas junto ao eleitorado feminino, sem um compromisso genuíno de abordar questões mais complexas relacionadas ao debate de gênero ou à luta do movimento feminista por uma maior presença e participação das mulheres na sociedade. O foco principal de suas propostas estava mais centrado no combate à criminalidade urbana, melhorias para as instituições policiais e a valorização dos agentes de segurança, deixando em segundo plano as questões femininas mais amplas.

Em contraste, as eleitas em 2022 abordaram com mais intensidade questões diretamente relacionadas à proteção dos direitos das mulheres e de minorias sociais em geral. Suas publicações destacaram propostas de combate à violência contra a mulher, tanto doméstica quanto sexual, e a necessidade de melhorar o atendimento às vítimas nesses casos. Além disso, trataram da falta de representatividade feminina na política e de temas ligados às pautas da população LGBTQIAPN+, à proteção dos idosos e das crianças.

A análise das campanhas eleitorais e das propostas apresentadas pelas candidatas eleitas revela como o capital profissional acumulado em carreiras na Segurança Pública foi convertido em capital político. Esse processo de conversão é particularmente relevante para entender como as experiências dessas mulheres foram instrumentalizadas para alcançar êxito em suas respectivas campanhas. O fortalecimento e a expansão das direitas, e da extrema-direita, tiveram como amálgama o neoconservadorismo no Brasil, que serviu como base para a ascensão de figuras políticas como as candidatas estudadas nesta dissertação. Esses personagens políticos carregam como principais bandeiras o discurso securitário-repressivo, bem como a militarização da política, reforçando ideias como a necessidade de medidas mais severas para o controle da criminalidade urbana no país, retirando importantes direitos fundamentais para frações significativas e específicas da população.

Em síntese, a pesquisa evidencia que as candidatas vinculadas à Segurança Pública exploraram suas trajetórias profissionais, com o intuito de se destacar no cenário político, criando, desta forma, um atalho para acessarem o campo da política institucional e viabilizarem sua vitória na corrida eleitoral. No entanto, embora tenham alcançado maior representatividade feminina em termos numéricos, nem sempre suas agendas refletiram os interesses mais amplos das mulheres enquanto grupo social. Ao priorizarem pautas securitárias em detrimento de questões relacionadas aos direitos femininos e à inclusão de minorias, essas candidatas ilustram os limites da "política de presença" quando não acompanhada pela "política de idéias". Assim, é essencial reconhecer que a conquista de espaço pelas mulheres na política brasileira ainda enfrenta desafios no que se refere à verdadeira representatividade de gênero e diversidade.

Enfim, as experiências das candidatas eleitas à Câmara dos Deputados, vinculadas à segurança pública, mostraram-se moldadas por suas perspectivas como mulheres dentro das corporações policiais, mas, também, de maneira mais expressiva, por sua profissão e pelo contexto social em que atuam. Essas influências diversas moldam suas visões de mundo e prioridades políticas. A continuidade das investigações sobre o crescimento do interesse das mulheres de corporações militares em cargos na política institucional é fundamental. Especialmente em um cenário político em constante mudança, como o brasileiro, no qual as posições conservadoras mantêm-se e buscam ampliar seu espaço.

Referências Bibliográficas

ACCORSI, Adriana Sauthier. @adriana_accorsi. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/adriana_accorsi. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. GALLEGO, Esther Solano (org.), 1ed, Boitempo, 2018

ALMEIDA, Ivan. História do Podemos: um partido em constante transformação. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/podemos/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BARBOSA, Ione Maria Moreira Dias. @delegadaione. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/delegadaione>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 79-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/THW9gqqKq5HFmrD59Y3LjjM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BIROLI, Flavia. **O rastro da onda**: derrocada dos direitos e moralismo compensatório. Blog Boitempo, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>. Acesso em: 01 set. 2023

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761>. Acesso em 12 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. **Portal de Dados Abertos do TSE**. Conjunto de dados de diversas candidaturas. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>. Acesso em: 15 jan. 2023

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Percentual de mulheres que concorrem à Câmara dos Deputados não se altera em quatro anos**. Agência Câmara de Notícias, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/543774-percentual-de-mulheres-que-concorrem-a-camara-dos-deputados-nao-se-altera-em-quatro-anos/>. Acesso em 01 set. 2024

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. GALLEGO, Esther Solano (org.), 1ed, Boitempo, 2018

CARRERAS, Miguel. The rise of Outsiders in Latin America, 1980-2010: an institutionalist perspective. **Comparative Political Studies**, 45(12), 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414012445753>. Acesso em 20 set. 2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. GALLEGO, Esther Solano (org.), 1ed, Boitempo, 2018

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In: Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (org.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-144

CYPRIANO, Breno, et al. **NOTA TÉCNICA Nº 1:** Análise comparada do perfil das candidaturas: 2014, 2018 e 2022. ONMP. UNB, 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/noticias-1/unb-lanca-apresenta-duas-notas-tecnicas-em-parceria-com-observatorio-nacional-da-mulher-na-politica>. Acesso em: 01 set. 2024

DUARTE, Kamilla, Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146(3), 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JSQhmDk8n5Q4jbLmVqJnwDy/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FAGANELLO, Marco Antonio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. *In: Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (org.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145-162

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> Acesso em: 15 jan. 2023.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **INFORME DE ANÁLISE** Candidaturas de Profissionais da Segurança Pública - 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/informe-de-analise-candidaturas-de-profissionais-da-seguranca-publica-2022/. Acesso em: 29 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. **Uma reflexão sobre a recente redução da violência no Brasil**. Nota da presidência nº 9. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Brasília, 2022 Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11227>. Acesso em: 20 out. 2023.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. In: Souza Jessé (org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 245 - 282.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed.34, 2002, pp. 59 – 78

GALLEGO, Esther Solano. Introdução. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano Gallego (org.). 1ª ed. Boitempo, 2018.

IBGE. **Brasil: Cidades e Estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em 15 jun. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in parliament in 2023: The year in review**. 2024. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2024-03/women-in-parliament-2023>. Acesso em: 19 ago. 2024

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações e disputas eleitorais na nova República: aportes teóricos-metodológicos, tendências e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 53-68, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3396.0005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161276>. Acesso em: 20 out. 2023.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo, SP : Editora Contracorrente, 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, Santiago, n. 70, p. 223-249, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812021000200223. Acesso em: 19 set. 2023.

MACAULAY, Fiona. **Bancada da Bala: the growing influence of the security sector in Brazilian politics**. In: Foley C (Ed) *In Spite of You: Bolsonaro and the New Brazilian Resistance*: New York. OR Books. 2019. Disponível em: https://bradscholars.brad.ac.uk/bitstream/handle/10454/16781/Macaulay_F_2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jan. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano Gallego (org.). 1ª ed. Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F/abstract/?lang=pt.l>
Acesso em 19 ago. 2024

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Femininos**. 9 (1), 2001. p. 253 - 267. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zsVTgNyNX3yJ5m6gSQ7QFHr/>. Acesso em: 15 jun. 2024

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos Augusto Mello. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201557>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7503>. Acesso em: 22 mai. 2023.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda?**. Unesp, 2015. Disponível: <https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/11/Diferen%C3%A7as-entre-neoliberalismo-e-neoconservadorismo.pdf>. Acesso em 18 set. 2023.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. v. 5, n. 2, p. 255-273, 29 jun. 2011. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/979>. Acesso em 12 dez. 2023.

MORITZ, Maria Lúcia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016). **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 15, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13265>. Acesso em: 19 set. 2023.

MORITZ, Maria Lúcia. Lei de cotas 25 anos depois: um panorama das vereadoras nas capitais brasileiras (1996–2020). In: MIGUEL, Luís F. (org.). **Mulheres e Representação Política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil**. Porto Alegre: Ed ZOUK, 2021.

NOVELLO, Roberta Heleno; ALVAREZ, Marcos César. Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 15 – no 1 – JAN-ABR 2022 – pp. 81-101. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/Hh4pF7SGX4sTptFWJq7RzpJ/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A Segurança Pública no Brasil**. c2023. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2023.

Observatório Nacional da Mulher na Política. **Mulheres nas eleições gerais**. Câmara dos Deputados. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmU4ZjE5MTktZWlyYy00Y2VhLTk3YjAtNWVINjQ3MTkxMGQxIiwidCI6IjU2MjFkNjRmLTRjZjgtNDdmNS1iMzc5LTJiMmFiNzljMWM1ZiJ9>. Acesso em 01 set. 2024

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PETERS, Gabriel. **Bourdieu em pílulas: introdução ao habitus**. Blog do Labemus.

Disponível em:

<https://blogdolabemus.com/2020/03/05/bourdieu-em-pilulas-3-introducao-ao-habitus-por-gabriel-peters/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Rev. Estud. Fem.** 9 (1). 2001, p. 268 - 290. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/FdBzZvsFvDmZLZQQm5DKY8M/>. Acesso em 15 set. 2023.

PICUSSA, Roberta; CODATO, Adriano. **Outsiders na política: uma visão geral**. In: SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4533>. Acesso em: 15 set. 2023.

PINTO, Celi; MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 61-87. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1610>. Acesso em: 19 set. 2023.

PINTO, Celi Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 41, n. 162, p. 221–227, 1996. DOI: 10.15448/1984-6746.1996.162.35834.

Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35834>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910>. Acesso em: 12 dez. 2023.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PODER360. **Compare resultados por região do 1º turno para o 2º turno**. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/eleicoes/compare-resultados-por-regiao-do-1o-turmo-para-o-2o-turmo/>. Acesso em 01 jun. 2023.

SAINT MARTIN, Monique. A noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol 10, Nº. 26. Set-Dez/2022, p. 222-235. Disponível em:

<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/910>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTANA, Katarina Feitoza Lima. @delegadakatarina. Instagram. Disponível em:

<https://www.instagram.com/delegadakatarina/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SASTRE, Katia da Silva. @policiaikatiasastre. Instagram. Disponível em:

<https://www.instagram.com/policiaikatiasastre>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SIQUEIRA, Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de. @coronelfernandamt. Disponível em:

<https://www.instagram.com/coronelfernandamt>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SOUZA, Fabiana Silva de. @majorfabianadepfed. Disponível em: <https://www.instagram.com/majorfabianadepfed>. Acesso em: 30 mar. 2024.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Esther Solano Gallego (org.). 1ª ed. Boitempo, 2018.

THOMSON, Patrícia. Campo. *In: Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*, editado por Michel Grenfell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 95-114.

VAGGIONE, Juan Marco. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. *In: BIROLI, Flavia. Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. *In: BIROLI, Flavia. Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 139-190, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/346M4vFfVzg6JFk8VZnWVvC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023

APÊNDICE A – Lista das 157 candidatas analisadas na dissertação

Candidatas eleições 2018 (total: 35)			
Candidatas	Nome de urna	Partido	UF
Adriana Guedes Machado	Adriana Guedes	PATRIOTA	SP
Adriana Pereira Nacif	Adriana Nacif	MDB	PA
Alba Regina Cabral de Santana Ribeiro	Alba Regina	PHS	BA
Ana Paula Damaceno de Oliveira	Ana Paula	PATRIOTA	SP
Benae Pereira Limoeiro	Benae Limoeiro	PODE	AM
Cintia Geralda Oliveira Fraga	Cintia Fraga	PATRIOTA	AM
Clarice Alves dos Santos	Delegada Negona	PSOL	BA
Denise Brasil Menezes	Sgt Denise Brasil	PSL	GO
Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves	Delegada Elaine Matozinhos	PTB	MG
Fabiana Silva de Souza	Major Fabiana	PSL	RJ
Flavia Cristina Abreu	Sargento Flavia	PATRIOTA	RS
Glaucia Paiva Virginio	Cabo Glaucia	SOLIDARIEDADE	RN
Iris Oliveira do Nascimento	Coronel Iris	PSL	PB
Isabel Cristina Muzeka	Major Isabel Cristina	PDT	PR
Joelma de Moraes Santos	Joelma	PDT	AP
Katia da Silva Sastre	Policia Katia Sastre	PR	SP
Lilian Bernardino da Silva	Cabo Lilian	PRTB	MG
Lucenilde Lago Araujo Gomes	Sargento Lucy	PMN	MA
Lucineide da Silva	Sargento Lucineide	PSL	PB
Mabel Carneiro da Silva	Suboficial Mabel	SOLIDARIEDADE	MS
Mara Lucia de Souza	Cabo Mara da Saúde	PRTB	RJ
Marcia Bastos Guimaraes	Marcia Guimarães	DC	RJ
Marcia Scherer	Delegada Márcia Scherer	MDB	RS
Margarete Sa dos Reis	Margarete Reis	PSL	SP
Maria Elizete de Lima Silva	Major Elizete	SOLIDARIEDADE	PI
Marisa Nunes dos Santos	Marisa Nunes	PSB	SP
Palmira das Neves Bittencourt	Coronel Palmira	DEM	AP
Pricila Araponga Pires Leal	Cabo Araponga	PATRIOTA	BA
Priscilla de Souza Vicente	Sargento Priscilla	PTB	RR
Roseli Jusara Schmidt	Cabo Roseli	PPL	PR
Rosilene Etiene Mendonça	Sargento Etiene	PSL	RJ
Sandra Candido Moretti	Cabo Sandra	MDB	SP
Sandra Luiza Costa	Sandra	PHS	SE
Silvana Gabardo	Silvana Gabardo	PSL	PR
Thuylla Kaynara de Oliveira Martins	Thuylla Martins	PROS	PI
Candidatas eleições 2022 (total: 122)			
Candidatas	Nome de urna	Partido	UF
Adriana Aparecida Ribeiro	Sargenta Adriana	PMN	MG

Adriana Pereira Nacif	Coronel Adriana	REPUBLICANOS	PA
Adriana Sauthier Accorsi	Delegada Adriana Accorsi	PT	GO
Alda Radine Castro de Andrade Nery	Alda Radine	MDB	AC
Alessandra Esquivel Prandi	Alessandra Prandi	MDB	SP
Aline Risi dos Santos	Aline Risi	REPUBLICANOS	MG
Alyne Anne Soares de Oliveira	Policial Alyne Anne	REPUBLICANOS	PE
Amanda de Melo Bezerra	Amanda Csi	MDB	PB
Ana Paula Santana de Rezende Arruda	Delegada Ana Paula	PATRIOTA	MG
Andrea Louriçal Firmo de Araujo	Tenente Coronel Andréa Firmo	REPUBLICANOS	RJ
Antônia Socorro Dantas da Silva	Tenente Socorro Dantas	MDB	AM
Beatriz Pereira Corbeta	Beatriz	PRTB	RJ
Betânia Kelly Rodrigues da Silva	Sargento Betânia	PL	MS
Carla Kaline Fernandes Câmara	Capitã Carla Câmara	PL	RN
Carolina Gomes de Oliveira Cruz	Cb Carolina	PROS	RO
Caroline Carvalho Noletto	Carol Noletto	PODE	MA
Cirleide dos Santos Silva Oliveira	Irmã Cirleide	PROS	RO
Clarissa Martins Mamede	Major Clarissa	PSDB	PE
Claudia de Melo Lovain	Coronel Claudia Lovain	PSD	RJ
Cláudia Ferreira de França Oliveira de Morais	Sargento Cláudia	PP	RN
Claudia Santos Leal	Claudia Leal	PATRIOTA	SP
Cleia Fatima Assunção Rebelo	Policial Cleia	SOLIDARIEDADE	AM
Crecia Tavares de Brito	Crecia Galega do Rg	PTB	PB
Cristiane Ignacio Isidoro Braz	Policial Cristiane	PL	SP
Daniela Alzira da Silva Arouca Miguel	Danny Arouca	REPUBLICANOS	PR
Débora Cristina Pereira Mafra	Delegada Débora Mafra	PSD	AM
Deborah Cristina Lucio da Silva	Inspetora Deborah	PL	MS
Denice Santiago Santos do Rosário	Major Denice	PT	BA
Denise Brasil Menezes	Sargento Denise Brasil	MDB	GO
Dulcineia Lopes de Oliveira	Coronel Dulcinéia	PL	SP
Edenir Queiroz Santos	Cabo Edenir	CIDADANIA	BA
Edilaine Mansueto Alves Sampaio	Subtenente Edilaine	PP	MS
Edjane Lima de Azevedo	Policial Edjane	PROS	SP
Elaine Cristina do Nascimento	Sargento Elaine	REPUBLICANOS	SP
Eliana Oliveira de Lima	Eliana Lima	AGIR	SP
Elisângela Bonifácio Nascimento de Menezes	Tenente Elisângela	PSDB	SE
Elisangela de Paula e Silva	Tenente Elisangela	PRTB	PR
Elisangela Vieira Ferreira	Nega	PATRIOTA	SP
Elissa Urquiza Veras	Elissa Urquiza Federal	PODE	PE
Emília Ferraz de Carvalho	Delegada Emília Ferraz	UNIÃO	AM
Estéfane da Silva Franca Ferreira	Capitã Estéfane	PATRIOTA	ES
Fabiana Silva de Souza	Major Fabiana	PL	RJ

Fatima Aparecida Santos de Souza	Fátima Pérola Neggra	PROS	SP
Flavia Cristina Abreu	Sargento Flavia	PSC	RS
Flavia Souza da Silva	Suboficial Flavia	PRTB	MS
Galiana Marques da Costa	Sargenta Galiana	PMN	PI
Geyza Vieira do Rosário Kobayashi	Sgt Geyza Kobayashi	PTB	PA
Gilsete dos Santos Lopes	Gilsete Lopes	SOLIDARIEDADE	ES
Glauce Candida Lopes Franco	Glauce Franco	PSC	DF
Glaucia Paiva Virginio	Sargento Glaucia	AVANTE	RN
Ione Maria Moreira Dias Barbosa	Delegada Ione Barbosa	AVANTE	MG
Isabel Maria Silva Braga	Isabel Braga	PSD	CE
Jeanne Maria de Souza Fonseca	Sub Ten Jeanne	PODE	PE
Jeovana da Conceição Pereira	Geovana Cp	PSD	AP
Jônia Gil Lacerda de Almeida Santana	Cabo Jônia	CIDADANIA	BA
Joyce Albuquerque da Rocha Leite	Major Joyce	PTB	RJ
Juliana Pinto Gonçalves	Capitã Médica Juliana	PTB	SP
Junia Cristina Leme Macedo	Delegada Junia	PTB	SP
Katarina Feitoza Lima Santana	Delegada Katarina	PSD	SE
Katia da Silva Sastre	PoliciaI Katia Sastre	PL	SP
Katia Soraya Silva Cabral	Katia Cabral PoliciaI Federal	REPUBLICANOS	MG
Katia Souza Santos Ramiro	Coronel Katia	MDB	MS
Letícia Chun Pei Pan	Major Letícia	UNIÃO	PR
Lívia Oliveira Machado	Lívia Oliveira	CIDADANIA	PI
Luana Karminy Bessa de Araújo	Luana Karminy	PODE	RR
Lucélia Alves dos Santos	Sargento Lucélia	PL	MT
Lucia Costa da Silva	Sgt Lucia Silva	PSDB	AP
Marcia Danielli Silva de Assunção	Tenente Coronel Danielli	PT	AL
Márcia Sandra Rêgo de Sousa	Subtenente Márcia Sandra	PODE	PI
Margarete Sá dos Reis	Margarete Reis	PL	SP
Maria Angélica Brito Machado	Angélica Kate Marrone	PL	DF
Maria Aparecida Santos Barbosa Garcia	Sargento Cida	PTB	GO
Maria da Conceição da Cruz Corrêa	Conceição Corrêa	PROS	RO
Maria do Santo Costa Sousa	Maria Costa	UNIÃO	DF
Maria Lúcia Saldanha de Sousa	Cabo Lúcia	PRTB	PB
Maria Selma Pereira Lima	Delegada Selma	PDT	BA
Marilia Gabriela Contente Gomes	Bombeira Gabriela	UNIÃO	PA
Marilia Maria Viana de Souza	Guarda Marília	PP	PE
Meire Alves da Cunha	Sargento Meire	PL	GO
Mirela Maria dos Santos	Mirela Vozes Negras	PSB	PE
Monica Vitoria dos Santos da Costa	Sargento Monica Vitoria	PMN	DF
Natalia Rodrigues de Azevedo	Sargento Natalia	REPUBLICANOS	TO
Neidy Nunes Barbosa Centuriao	Coronel Neidy	PSDB	MS

Nelia dos Santos Ferreira	Sargento Nelia	PTB	GO
Núbia Vanessa Alves de Carvalho	Sgt Núbia Vanessa	CIDADANIA	BA
Patricia Maria Ferreira de Souza	Comissaria Patricia	REPUBLICANOS	PE
Patricia Siqueira Neri	Subtenente Siqueira Neri	PATRIOTA	SP
Paula Mary Reis de Albuquerque	Delegada Paula Mary	UNIÃO	RJ
Priscila Cavalcanti de Araujo	Priscila Bombeira	PODE	RJ
Priscilla de Souza Vicente	Sargento Priscilla	PODE	RR
Regina Célia de Souza Bento Sequeira	Capitã Brasil	PTB	RJ
Rita De Cassia Borges dos Santos Guedes	Rita Guedes	PL	SP
Rosemary Rodrigues de Lima	Delegada Rosemary	PL	ES
Rosilaine Aparecida dos Santos Brandão	Bombeira Sargento Brandão	PL	SP
Rosilene Etiene Mendonça	Ethiene	AGIR	RJ
Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira	Coronel Fernanda	PL	MT
Rute Andréa de Souza Campos	Irmã Rute	PTB	PA
Sandra Maria de Souza	Sargento Sandra	AVANTE	RN
Selma da Silva Santos Jericó	Selma Jericó	PL	BA
Sheila dos Santos Barbosa	Capitã Sheila Barbosa	PODE	BA
Sheyla Soares Sampaio	Coronel Sheyla	PSD	DF
Silmara Bezerra Miranda	Policia Silmara Miranda	REPUBLICANOS	DF
Silvia da Silva Santana	Inspetora Silvia	PP	MG
Silvia Leticia Dourado de Castro Nascimento	Sargento Silvia	PP	GO
Simone Franceska Pinheiro das Chagas	Ten Cel Simone	UNIÃO	PA
Simone Silva Feitoza	Simone Linhares	PP	SE
Simone Suarez Gomes Felippetto	Simone Suarez	AVANTE	RS
Sirrame Maquiné de Sá	Sirrame Maquiné	PATRIOTA	AM
Solange Moreira de Jesus	Tenente Solange	PL	MG
Suana Guarani de Melo	Suana Melo	REPUBLICANOS	PB
Susanna do Val Moore	Susanna Policial Federal	PSD	SP
Tânia Cristina Duarte Harada	Delegada Tânia Harada	NOVO	SC
Tânia Mara Abrão Guerreiro	Sargento Tânia Guerreiro	UNIÃO	PR
Tatyana Pricila Bortolaz	Taty da Civil	PTB	SC
Teresinha de Carvalho	Delegada Teresinha	PATRIOTA	SP
Thais Siqueira do Rosario	Delegada Thais	UNIÃO	BA
Thereza Christina Faria Lima	Thereza Faria Lima	PATRIOTA	SP
Vanessa Costa Tavares Farias	Coronel Vanessa	UNIÃO	PA
Vanessa Cristina de Rossi	Cabo Rossi	PSB	SP
Veronica Penco Figueiredo	Veronica Penco	AGIR	RJ
Wellingtania de Sousa Lima	Cabo Wellingtania	PSB	BA
Zozima Dias dos Santos	Coronel Zózima	PTB	MT

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/group/candidatos>